



DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

TESE

MARIA DALVANI SOARES DA SILVA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DESAFIANDO PARA UMA QUALIDADE TOTAL NA GESTÃO
ESCOLAR PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

ASSUNÇÃO - Py

2014

DOUTORADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

TESE

MARIA DALVANI SOARES DA SILVA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DESAFIANDO PARA UMA QUALIDADE TOTAL NA GESTÃO
ESCOLAR PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Tese apresentada à Universidad Internacional Tres Fronteras – UNINTER, sob a orientação do professor doutor PhD. Juan Gregorio Meza Cubilla, como requisito final para obtenção do grau de Doutorado em Ciências da Educação.

ASSUNÇÃO - Py
2014

Maria Dalvani Soares da Silva

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DESAFIANDO PARA UMA QUALIDADE TOTAL NA GESTÃO
ESCOLAR PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I**

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do título de Doutorado em Ciências da Educação pela Universidad Internacional Tres Fronteras – UNINTER, campus de Asunción Paraguay, sob orientação do Prof. Dr. PhD. Juan Gregorio Meza Cubilla.

Aprovada em _____ de _____ de 2014

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof^a. Dr^a.

Silva, Maria Dalvani Soares da, 1973

Gestão Democrática: Projeto Político Pedagógico Desafiando para uma
Qualidade Total na Gestão Escolar Pública do Ensino Fundamental I.

264 f. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. PhD. Juan Gregorio Meza Cubilla

Tese (Doutorado) – Universidad Internacional Tres Fronteras,
Asunción - Py, Curso Ciências da Educação, 2014.

1. Gestão. 2. Qualidade. 3. Projeto. 4. Pedagógico
I. Político. 5. Democrático

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente por sua infinita bondade e misericórdia de todos os dias está comigo e em minha vida, me guiando, protegendo, e me fortalecendo sempre.

A minha mãe por sempre me conduzir em direção ao sucesso, que me ofertou desde muito pequena o doce néctar do conhecimento, da humildade e da perseverança.

A minhas irmãs que, mesmo distante e sem saber de que se trata um doutorado, torciam por mim e se alegravam com minhas conquistas.

Ao meu esposo que sempre acreditou no meu potencial e me deu apoio segurando à 'barra' durante as viagens de estudo presenciais. Sei que você se orgulha de mim. Sou grata por seu carinho.

Aos meus filhos, inteligentes, carinhosos e muito lindos. Espero que eu tenha passado um pouquinho dos valores essenciais dessa vida que sempre cultivei e defendi. Sei que me orgulharei de vocês, sempre.

À Juan Meza, meu professor por ter se tornado um amigo nos períodos presenciais e por ter aceitado meu convite para ser meu orientador, ajudando-me nessa outra etapa tão importante da minha vida.

Às professoras que abriram suas salas de aula para que eu pudesse realizar minha pesquisa, sem a colaboração de vocês essa tese não teria sido possível. E de igual modo às diretoras de ambas as escolas que consentiram minha presença no seu espaço escolar para formação e construção do Projeto Político Pedagógico.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste sonho, meu sincero: MUITO OBRIGADO!

GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DESAFIANDO PARA UMA QUALIDADE TOTAL NA GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Autora: Maria Dalvani Soares da Silva

Orientador: Prof. Dr. PhD. Juan Gregorio Meza Cubilla

RESUMO

A Pretensão Nuclear desta Tese constitui em estudar a Gestão Democrática: O Projeto Político Pedagógico Desafiando para uma Qualidade Total na Gestão Escolar Pública do Ensino Fundamental I. O enfoque da presente pesquisa com observação participante – qualitativa devido ao estudo de caso que foi realizado com sujeitos – objeto de pesquisa – de duas escolas que funcionam da Pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Com um período de seis meses de pesquisa – ação (entre os meses de março a agosto) para um grupo de 43 adultos com a participação de 15 professores e 2 gestores e 2 coordenadores, será proporcionado um aprofundamento a cerca de suas características em sala de aula e como vão ser desempenhado um estudo apresentado em forma de capacitação para elaboração do Projeto Político Pedagógico, construímos e logo após retiramos uma ação para ser colocado em prática com 366 estudantes com o apoio da pesquisadora. Os objetivos específicos foram: Diagnosticar as principais causas da falta de competência da gestão escolar. Identificar os recursos didáticos que são trabalhados em reuniões e na escola. Investigar a Metodologia Pedagógica de Ensino vivenciada nas referidas escolas. Analisar o resultado das atividades lúdicas e da capacitação oferecida na gestão escolar e determinar a possibilidade de uma proposta pedagógica baseada no lúdico e em capacitação que poderá contribuir para uma melhor aprendizagem e uma gestão de qualidade total.

Como conclusões gerais, pode-se afirmar que os estudantes e a equipe investigada sentem dificuldades de colocar em prática as ações do projeto político pedagógico e se torna para os mesmos um desafio na qual é mostrado que é possível colocá-lo em prática para poder obter um resultado satisfatório no trabalho pedagógico da escola. Os professores precisam acreditar e fazer valer sua prática juntamente com a equipe gestora da escola. Ao comparar a visão dos estudantes em relação á dos professores sobre o Projeto Político Pedagógico há uma mistura de político com pedagógico sem um mínimo de compreensão da diferença e a avaliação do docente e da modalidade do Ensino Fundamental I, pôde-se observar que as opiniões são bem parecidas em muitos aspectos. De maneira geral, os professores, os estudantes, gestores e as famílias mesmo que sob algumas melhorias e atenções pedagógicas, estão estimulando o desenvolvimento da capacidade de envolver formação através do lúdico. As principais recomendações foram sobre o aperfeiçoamento de projetos com oficinas lúdicas nas áreas de Português e Matemática, tendo como maior teor o estímulo ao estudante, para se ter um aprendizado satisfatório e um projeto político pedagógico de qualidade total.

Palavras-chaves: Gestão. Qualidade. Projeto. Pedagógico Político. Democrático.

DEMOCRATIC MANAGEMENT: POLITICAL EDUCATIONAL PROJECT CHALLENGING FOR A TOTAL QUALITY MANAGEMENT IN THE PUBLIC SCHOOL BASIC EDUCATION I

Author: Maria Soares da Silva Dalvani

Advisor: Prof. Dr. PhD. Juan Gregorio Meza Cubilla

ABSTRACT

The Nuclear Pretension this thesis is to study the Democratic Management: The Political Education Programme Challenging for Total Quality Management in the School of Public Elementary Education I. The focus of this research with participant observation – due to the qualitative case study that was conducted with subjects – research object – two schools that run the Pre-school to 5th grade of elementary school I. with a period of six months of research – action (between the months from March to August) for a group of 43 adults with participation of 15 teachers and two administrators and two coordinators, will be provided a deeper about their characteristics in the classroom and will be played as a study presented in the form of training for preparation of Political Pedagogical Project, built and soon after withdrew a lawsuit to be put into practice with 366 students with support from the researcher. The specific objectives were: to diagnose the root causes of the lack of competence of the school management. Identify educational resources that are worked in meetings and in school. Investigate the Pedagogical Teaching Methodology experienced in these schools. Analyze the results of play activities and training offered in school management. Analyze how the management team works to keep students in those schools. Analyze the way of how students are treated by the community leader when have learning difficulties. Determine how a pedagogical proposal, based on playful and training can contribute to better learning and total quality management.

As a general conclusion, it can be stated that students and staff feel investigated difficulties of putting into practice the actions of the political pedagogical project and becomes a challenge for them in which it is shown that it is possible to put it into practice in order to obtain a satisfactory result in the pedagogical work of the school. Teachers need to believe and assert their practice along with the management team of the school. When comparing the students' view in their teachers on Political Pedagogical Project there is a mix of policy on teaching without a minimum of understanding of the difference and the evaluation of teaching and the type of elementary school, it was observed that the views are very similar in many aspects. In general, teachers, students, administrators and families even under some improvements and pedagogical attention, are stimulating the development of the ability to engage training through playful. The main recommendations were on the improvement project with playful workshops in the areas of Mathematics and Portuguese, with the highest content stimulating the student to have a satisfactory learning and a political-pedagogical project of total quality.

Keywords: Management. Quality. Project. Political pedagogical. Democratic.

GESTIÓN DEMOCRÁTICA: PROYECTO EDUCATIVO POLÍTICO IMPUGNACIÓN DE UNA GESTIÓN DE CALIDAD TOTAL EN EL COLEGIO PÚBLICO DE EDUCACIÓN BÁSICA I

Autor: Maria Soares da Silva Dalvani

Asesor: Prof. Dr. PhD. Juan Gregorio Meza Cubilla

RESUMEN

La Pretensión de esta tesis es estudiar la Gestión Democrática: El Programa de Formación Política Desafiando para la Gestión de la Calidad Total en la Escuela Primaria de Educación Pública I. El objetivo de esta investigación con la observación participante – debido al caso de estudio cualitativo que se llevó a cabo con sujetos – objeto de investigación – dos escuelas que se ejecutan el Pre-escolar hasta quinto grado de primaria I. con un período de seis meses de investigación – acción (entre los meses de marzo a agosto) para un grupo de 43 adultos con participación de 15 profesores y dos administradores y dos coordinadores, se le proporcionará un conocimiento más profundo acerca de sus características en el aula y se jugará como un estudio presentado en la forma de entrenamiento para la preparación del Proyecto Político Pedagógico, construido y poco después se retiró una demanda para ser puesto en práctica con 366 estudiantes con el apoyo del investigador. Los objetivos específicos fueron: para diagnosticar las causas fundamentales de la falta de competencia de la gestión escolar. Identificar los recursos educativos que se trabajan en las reuniones y en la escuela. Investigar la Pedagógica Metodología de la Enseñanza con experiencia en estas escuelas. Analizar los resultados de las actividades lúdicas y de formación que se ofrecen en la gestión escolar. Analizar cómo funciona el equipo de gestión para mantener a los estudiantes en esas escuelas. Analizar la manera de cómo los estudiantes son tratados por el líder de la comunidad cuando tienen dificultades de aprendizaje. Determinar la forma de una propuesta pedagógica, basada en jugueteón y formación puede contribuir a mejorar el aprendizaje y la gestión de calidad total.

Como conclusión general, se puede afirmar que los estudiantes y el personal sienten dificultades de la poner en práctica de las acciones del proyecto político pedagógico y se convierte en un reto para ellos en el que se demuestra que es posible de llevar a práctica con el fin de obtener un resultado satisfactorio en el trabajo pedagógico de la escuela. Los profesores necesitan creer y afirmar su práctica pedagógica conjuntamente con el equipo directivo de la escuela. Al comparar la visión de los estudiantes en relación a los profesores sobre Proyecto Político Pedagógico, existe una mezcla de la política sobre la enseñanza sin un mínimo de comprensión de la diferencia y la evaluación de la enseñanza y el tipo de escuela primaria, se observó que las opiniones son muy similares en muchos aspectos. En general, los profesores, estudiantes, administradores y familias incluso en algunas en una mejor atención pedagógica, están estimulando el desarrollo de la capacidad de participar a través de la formación lúdica. Las principales recomendaciones fueron en el proyecto de mejora con talleres lúdicos en las áreas de Matemáticas y portugués, con el más alto contenido de estimular al estudiante a tener un aprendizaje satisfactorio y un proyecto político pedagógico de la calidad total.

Palabras-clave: Gestión. Calidad. Proyecto. Pedagógica Política. Democrática.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O PROBLEMA	1
1.1 Introdução	1
1.2 Proposições do problema	3
1.3 Pergunta geral	3
1.4 Perguntas específicas	3
1.5 Objetivos	4
1.5.1 Objetivo geral	4
1.5.2 Objetivos específicos	4
1.6 Justificativa	5
CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO	7
2.1 Gestão democrática: historicidade e percurso da educação no Brasil	8
2.2 Gestão escolar: a construção escolar e sua função social	13
2.3 Gestão escolar participativa e a construção da comunidade educativa	15
2.4 Gestão da qualidade total na educação: um novo modelo organizacional?	20
2.4.1 A questão da qualidade no ensino fundamental I	20
2.4.2 A evolução do conceito de gestão da qualidade	21
2.4.3 Qualidade e gestão: a gestão da qualidade total	22
2.5 Gestão e organização do trabalho escolar: novos tempos e espaços de aprendizagem	24
2.5.1 O projeto político pedagógico numa construção coletiva	35
2.5.2 O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para cidadania	40
2.5.3 Papel e função do gestor escolar na organização do trabalho escolar	43
2.5.4 A importância do brincar no ensino fundamental I	44
2.6 Desenvolvendo a aprendizagem através do lúdico	46
2.6.1 Professor, mediador diante das brincadeiras	49
2.6.2 O brincar e sua função na intervenção em sala de aula	51
2.6.3 Hipótese	53

2.6.4 Variáveis	54
2.6.5 Operacionalização das variáveis	54
CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO	55
3.1 Enfoque e níveis de investigação	55
3.2 Área de estudo	56
3.3 Universo	56
3.4 Amostra	57
3.5 Unidade de amostra	58
3.6 Unidade de análise	58
3.7 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	59
3.8 Prova piloto	59
3.9 Procedimentos	60
3.10 Plano de análise dos dados	60
3.11 Considerações éticas	60
CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	61
4.1 Resultado e discussão	61
4.2 Processo de análise e interpretação dos dados	62
4.3 Análise dos sujeitos	64
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	86
5.1 Conclusões	86
5.2 Recomendações	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	

LISTAS DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Pesquisa do ministério de educação e cultura, p. 10

Tabela 2. Variáveis dependentes e independentes, p. 54

Tabela 3. Universo da pesquisa: detalhamento das escolas, turmas, alunos e professores, p. 56

Tabela 4. Amostra das escolas e turmas selecionadas para pesquisa, p. 58

GRÁFICOS

Gráfico 1. Números de pesquisa – estudante, p. 69

Gráfico 2. Números de pesquisa – funcionários, p. 70

Gráfico 3. Números de pesquisa – família, p. 70

Gráfico 4. Faixa etária dos estudantes, p. 71

Gráfico 5. Renda familiar / salário mínimo / benefício bolsa família, p. 72

Gráfico 6. Estado civil – família, p. 73

Gráfico 7. Esclarecimento dos estudantes, família e funcionários em relação ao projeto político pedagógico da escola, p. 74

Gráfico 8. Trabalho em equipe, p. 75

Gráfico 9. Criatividade, p. 76

Gráfico 10. Avaliação, p. 77

Gráfico 11. Motivação, p. 78

Gráfico 12. Domínio do conteúdo, p. 79

Gráfico 13. Preocupação com a formação do estudante, p. 80

Gráfico 14. Atualização dos professores está de acordo com as exigências do mercado, p. 81

Gráfico 15. Incentivo para manter a disciplina em sala de aula, p. 82

Gráfico 16. Qualidade de ensino, p. 83

Gráfico 17. Relação entre os níveis de satisfação professor x estudante, p. 84

CAPITULO I – O PROBLEMA

1.1 Introdução

O Presente estudo realizado nas Escolas Públicas Municipais Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores e a Escola Maria de Lourdes Chagas, localizada no Município de Bezerros-PE tem como objetivo primordial analisar a Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico. Desafio para uma Qualidade Total na Gestão Escolar Pública do Ensino Fundamental I através de capacitação para equipe gestora das referidas escolas. Sendo assim, pede-se de imediato o ato de “por que capacitar equipe gestora?”. Em que a capacitação favorece no contexto social e escolar hoje requer, com a ajuda de alguns autores e com a Constituição de 1988, a LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), subsídios que são trazidos com o intuito de conhecer e aprofundar a posição de cada um, para uma melhor compreensão do tema abordado. Com o conhecimento de algumas obras, podemos estabelecer um paralelo entre a educação oferecida pela família e pela escola, tomando como base a experiência vivenciada pela própria criança, em uma escola onde se pratica uma Gestão Democrática.

Este trabalho objetiva refletir sobre a forma de gestão, a educação oferecida pelo Sistema de Educação e como a capacitação poderá melhorar os trabalhos pedagógicos como todo em sala de aula e em toda escola. Percebemos as dificuldades que temos de entender a historicidade e o processo da Educação no Brasil, o Projeto Político Pedagógico, pois há anseios de se tornar possíveis os limites e propor possibilidades de uma educação qualitativa. Portanto, percebe-se que o ensino e o trabalho democrático são possíveis de ser realizado no contexto social que vivemos.

O que se pretende com este trabalho é analisar as formas de gestão democráticas procurando possibilitar meios que integre o PPP (Projeto Político

Pedagógico) em uma qualidade total, aplicadas ações em salas de aula de escolas públicas de nível Fundamental I, e estabelecer uma relação com a utilização de recursos de multimeios como DVDS no processo de ensinar e aprender uma Gestão de Alta Performance. Nesse sentido, serão considerados o contexto de aprendizagem (especialmente a abordagem pedagógica e a interação entre os estudantes e entre os estudantes e o professor) e a produtividade das estratégias de aprendizagem e capacitação para a atividade em questão.

Para alcançar os objetivos este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o problema que pretendemos investigar, bem como as perguntas e objetivos gerais e específicos. No capítulo dois de Revisão da Historicidade da Gestão, tratamos de conceitos teóricos e abordagens de diferentes autores principalmente com relação a uma Gestão Democrática. No capítulo três de Marco Metodológico, são apresentados: o universo da pesquisa, as fases da observação, as atividades desenvolvidas durante a formação do Projeto Político pedagógico e os processos de análise e interpretação dos dados. No capítulo quatro de Análise e Interpretação dos resultados, são socializados e discutidos os resultados obtidos durante todo este trabalho. No capítulo cinco de Conclusões e Recomendações, são retomados os pontos citados acima, são feitas observações sobre a dificuldade dos gestores terem em mãos um projeto político pedagógico de qualidade total, professor querendo conseguir que seus estudantes assumam a responsabilidade em querer aprender. São feitas algumas observações sobre a utilização dos recursos de multimeios e os resultados obtidos e por fim, são deixadas algumas questões para discussão e prosseguimento em futuras pesquisas.

1.2 Proposições do problema

GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DESAFIANDO PARA UMA QUALIDADE TOTAL NA GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

1.3 Pergunta geral

Como a proposta do Projeto Político Pedagógico baseado em capacitação com toda equipe gestora e com o apoio de um trabalho pedagógico utilizando o lúdico poderá proporcionar melhores resultados e motivação para toda comunidade dirigente no Ensino Fundamental I?

1.4 Perguntas específicas

- Quais são as principais causas da falta de competência da gestão escolar?
- Quais são os recursos didáticos que são trabalhados em reuniões e na escola?
- Como é a Metodologia pedagógica de ensino vivenciada nas referidas escolas?
- Qual é o resultado das atividades lúdicas e da capacitação oferecida na gestão escolar?
- Como a Equipe Gestora atua para manter os estudantes nas referidas escolas?
- De que maneira os estudantes são tratados pela comunidade dirigente quando apresentam dificuldades de aprendizagem?
- De que forma uma proposta pedagógica baseada no lúdico e em capacitação pode contribuir para uma melhor aprendizagem e uma gestão de qualidade total?
- De que forma é elaborado o projeto político pedagógico das referidas escolas?

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo geral

Analisar se a proposta do Projeto Político Pedagógico baseado em capacitação com toda equipe gestora e com o apoio de um trabalho pedagógico utilizando o lúdico poderá proporcionar melhores resultados e motivação para toda comunidade dirigente no Ensino Fundamental I.

1.5.2 Objetivos específicos

- Diagnosticar as principais causas da falta de competência da gestão escolar;
- Identificar os recursos didáticos que são trabalhados em reuniões e na escola;
- Especificar a Metodologia pedagógica de ensino vivenciada nas referidas escolas;
- Examinar o resultado das atividades lúdicas e da capacitação oferecida na gestão escolar;
- Explicar como a Equipe Gestora atua para manter os estudantes nas referidas escolas;
- Identificar a maneira como os estudantes são tratados pela comunidade dirigente quando apresentam dificuldades de aprendizagem;
- Determinar de que forma uma proposta pedagógica baseada no lúdico e em capacitação pode contribuir para uma melhor aprendizagem e uma gestão de qualidade total;
- Elaborar o Projeto Político Pedagógico numa construção coletiva e dinâmica.

1.6 Justificativa

O presente projeto tem como objeto de estudo um tema intrigante na atualidade: A Gestão Democrática. O assunto será abordado sob o ponto de vista da utilização de capacitação como instrumento de compreender e resgatar o fazer gestão com democracia, aprender com experiências contadas e criando metas e ações no Projeto Político Pedagógico que possa ser colocada em prática. O tema gestão foi escolhido devido ao elevado índice de gestores desmotivados sem domínio, sem valores e sem habilidades e competências didáticas e administrativas.

Assim, confirmado, é entendido a necessidade de se implantar uma proposta pedagógica baseada em capacitação e em projeto. E se faz necessário uma investigação mais profunda para detalhar essa dificuldade de competência, motivação e coragem de assumir e colocar em prática o Projeto Político Pedagógico.

Isso, de certa forma, favorece a busca de possíveis respostas, tais como, aprender através de textos e da organização de capacitar no teor de resgatar o Projeto Político Pedagógico procurando motivar com brincadeiras produtivas e pedagógicas, onde maior será a certeza de que o conhecimento é um ponto chave para se ter uma boa gestão e uma boa qualificação. Visando a construção do processo educacional, para que juntos possamos fazer uma educação qualitativa dentro de uma Gestão participativa tanto desejada e possível de ser concretizada na modalidade do Ensino Fundamental I.

Apesar de se considerar a preocupação de muitos estudiosos, a cerca do desenvolvimento dos conhecimentos relacionados à gestão, pode estabelecer um paralelo entre a educação oferecida pela família e pela escola, tomando como base, a experiência vivenciada pelo próprio estudante. Entretanto, também pode ser tratado como um desafio gratificante tanto no que diz ao ato de ensinar, quanto ao ato de aprender com dinamismo, considerados a funcionalidade do conteúdo, o papel de protagonista e o envolvimento exigido dos responsáveis pelo processo, professores, equipe gestora e estudante, para que a aquisição dessa gestão possa ocorrer satisfatoriamente. Sem essa cumplicidade é possível ainda perceber quão complexa a tarefa destinada a ambas as partes.

E essa é a intenção: detectar o grau de dificuldade de manter uma gestão democrática com uma qualidade total no ensino aprendizagem por meio de uma proposta de capacitação pedagógica e lúdica para tentar resgatar uma reorganização do Projeto Político Pedagógico na motivação em sala de aula, dos funcionários, procurando melhorar a qualidade da aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental I.

CAPÍTULO II – MARCO TEÓRICO

Este trabalho deverá ser constituído da seguinte forma: Inicialmente discute um breve histórico da Gestão Democrática, Historicidade e Percurso da Educação no Brasil; em seguida, buscar analisar a Construção Escolar e sua função social; Caminhos possíveis da gestão democrática dos sistemas e das escolas: pressupostos, princípios e instrumentos; dando continuidade reflete-se numa Gestão Escolar participativa e sua construção na comunidade educativa; posteriormente, evidência uma Gestão da qualidade total na educação; Gestão e organização do trabalho escolar; o Projeto Político Pedagógico numa construção coletiva; o Projeto Político Pedagógico no contexto da gestão escolar: concepções, pressupostos e operacionalização; Papel e função do gestor escolar na organização do trabalho escolar; analisa-se a gestão da escola e as políticas de financiamento da educação básica: limites e possibilidades. A Modalidade da Educação Escolar, dando continuidade reflete-se nos Fundamentos da Educação Infantil ao 5º ano, o conhecimento matemático e o da língua portuguesa, posteriormente evidência a Expectativa de Aprendizagem e motivação.

Com o conhecimento e pesquisas de algumas obras como: Emília Ferreiro, Paulo Freire, Libâneo, Constituição Federal, LDB, ECA Ângela Kleiman, Artur Gomes, Magda Soares, Weisz, Piaget, Vigotsky, Ernesto Bologna entre outros, buscaremos extrair a essência da relação conhecimento x aprendizagem e gestão assim contribuir para melhorar o ensino aprendizagem desta modalidade de ensino através do lúdico com capacitação e trabalhos pedagógicos.

Portanto, é imprescindível a realização de estudos e de pesquisas que busquem alternativas para diagnóstico e o desenvolvimento dessa melhoria de uma gestão e de uma Aprendizagem Educacional.

As atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano e, em especial (na vida) da criança, embora que, durante muitos séculos eram vistas sem muita importância e, somente por volta da década de 50, graças ao avanço do estudo da

psicologia é que as atividades lúdicas começaram a ser valorizadas, já que esta é a essência da infância e seu bom uso possibilita a produção do conhecimento. São através das atividades lúdicas que se criam condições para que a criança e o adulto se envolvam e se expresse, aprendendo de modo mais livre, logo este aspecto pode ser apresentado pelos profissionais da educação para favorecer a aprendizagem em diversos campos, particularmente durante o processo de Alfabetização e se estendendo para o Fundamental, essas atividades se bem conduzidas são relevantes para o estímulo da criança e do adulto.

Desde os nossos antepassados os jogos já se faziam presentes como forma de divertimento e entrosamento social, não só entre criança, mas entre jovens e adultos. Vemos que a história dos jogos e brinquedos mudou com o tempo, o que antes era tratado com objetivos de entretenimento, hoje um simples brinquedo pode ser usado com objetivo de ensinar algum comportamento. E no ambiente escolar vemos que “jogar em sala de aula requer do educador uma postura diferente da que é de comumente associada ao ensino (...)”, pois através dos jogos os papéis são modificados, havendo uma reciprocidade na troca entre o educador-educando (Fortuna, 2003 p.15).

Logo, podemos aprender que as atividades lúdicas em sala de aula não são mero passatempo mais sim mecanismo de uma prática bem estruturada, aberta a invenções e reinvenções, e com a equipe gestora inserida com sua participação a uma possibilidade de resgatar a motivação tão desejada em sala de aula com um Projeto Político Pedagógico bem elaborado e trabalhado em capacitação apresentará uma diferença significativa na educação com uma ação pedagógica em Língua Portuguesa e Matemática.

2.1 Gestão democrática: historicidade e percurso da educação no Brasil

O exame das origens da educação escolar no Brasil permite constatar a presença de uma escola que atende somente segmentos minoritários da população. O acesso era exclusividade para os filhos das elites. Somente no século XX, por volta dos anos 30, essa situação começa a mudar. O processo de urbanização, o

surgimento das primeiras indústrias, a emergência das camadas médias e a imigração têm efeitos sobre o campo da educação.

Reformas educacionais acontecem em diversos estados da Federação. Em 1932 é divulgado o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que defende a ideia de uma educação pública, gratuita e “laica” (para leigos) para todos. Esse movimento foi considerado por educadores como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrevive em importância e gravidade ao da educação.

Portanto, cada escola, seja ela qual for o seu grau de ensino deve, pois, reunir os pais em torno de si, as famílias dos alunos, estimulando e aproveitando as iniciativas dos pais em favor da educação, despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o de espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa, e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação. Para tanto, torna-se estritamente necessário remeter-se à década anterior, por julgar-se que no marco histórico de 1964 encontram-se as raízes dessa crise. Neste período, houve um grande avanço na política educacional brasileira, talvez um período mais fértil.

Segundo o debate oferecido pelo MEC no programa Ensino Médio Fazendo Escola, com alguns especialistas em educação, destacaram que: no ano de 1967 o Brasil se descobre, Paulo Freire se sensibiliza, nações falam sobre os oprimidos, programa de rádio auxilia a educação dos trabalhadores rurais e jovens professores como: Florestan Fernandes e Rock Pensam Maciel de Barros desencadeiam ampla campanha em defesa das escolas públicas, no entanto, os resultados reais não acompanham as aspirações do movimento intelectual e nem responde as expectativas da sociedade.

De 1964 a 1970 o Ministério de Educação e Cultura realizou uma pesquisa com o total de 1000 estudantes, inicialmente foram observados os estudantes que cursavam a 1ª série do Ensino Fundamental, e nos anos seguintes as demais séries, com o objetivo de analisar o índice de aprovação de cada ano, conforme a **Tabela 1**.

ANO	SÉRIE	APROVADOS
1964	2 ^a	449
1965	3 ^a	313
1966	4 ^a	245
1967	5 ^a	165
1968	6 ^a	133
1969	7 ^a	115
1970	8 ^a	101

Tabela 1. Pesquisa do Ministério de Educação e Cultura

A partir do golpe de 1964, o país passou por um intenso processo de centralização administrativa, também muda no direcionamento e a condução do trabalho pedagógico de docente dos diferentes níveis do sistema público de ensino.

Segundo C. Grzybowski, 1996, p.45:

A educação, qualquer que seja, é resultado de uma disputa social. Por isso, ela varia, se estrutura, tem um movimento contraditório em seu interior (...). Nas perspectivas das classes subalternas, em especial os trabalhadores, a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidade e apropriação do saber social.

De acordo com o sistema público de ensino, a menor forma de instrução era tida como instrução programada, poderia ter objetivos de conteúdos, objetivos de comportamentos que os estudantes deveriam ter, preferencialmente, esses objetivos do Ensino Médio, deverá ser trabalhado com questões fechadas de múltiplas escolhas, não é casual que durante o regime militar foi à era do ouro da instrução por meio de múltiplas escolhas, temos um conjunto de possibilidade a partir das quais não podemos escapar, pois é apenas uma responsabilidade certa. Essa tecnocratização da Educação foi muito marcante, é muito característico de regime totalitário, e constantemente, isso foi em processo de aprendizado, de aprender a questionar e ver a realidade de forma mais sutil. De toda forma que a Educação não combina com governo totalitário e com ditaduras. A resistência à ditadura gera um movimento de lutas democráticas, a década de 80 reflete a ação que resulta no retorno ao estado democrático e, em seguida, o que resulta na chegada de instalação da Constituição, os diferentes setores da sociedade se organizam para

garantir o direito de influenciar no processo de mudanças que fica mais forte no país.

Os dados estatísticos mostram que no Brasil há grandes deficiências, em nível de atendimento ao acesso às escolaridades básicas, a permanência dos estudantes no Ensino Fundamental. De sorte que várias associações científicas, profissionais, sindicais de outra natureza, se reuniram e constituíram em fórum em defesa da escola pública, a fim de colocar num capítulo de Educação na Constituição, princípios que garantissem uma escola ao mesmo tempo plural, aberta, igualitária e democrática. Então era uma experiência de alguém que tinha visto que significa não ter educação democrática no País e ajudar constituí-la, não ter educação aberta, uma educação comprometida com a melhoria de vida da maioria da população precisamos construir. A luta pelo processo de Gestão Democrática na Educação acompanha o ritmo do País, o momento é manifestação, com afirmação dos direitos de democracias.

A democratização necessita de uma autonomia na escola, mais uma autonomia que esteja vinculada a uma política geral de estado, porque se não perdemos o sentido mais importante que a escola pública tem que é o seu sentido público, que é o atendimento a todos, esse sentido não pode ser perdido por uma privatização interna da escola, a escola é pública e sendo pública ela é de todos, então todos precisam participar.

Segundo a ¹Constituição Federal / 88 estabeleceu a Gestão Democrática como um dos princípios de ensino:

1 – Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III. Art. 206, 1988, p.131

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condução para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

- V. Valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII. Garantia de padrão de qualidade.

Se tratando de Gestão Democrática, as escolas autônomas são aquelas que estabelecem normas e regras para sua existência e funcionamento, e com essa conquista ela estabelece um equilíbrio de forças de diferentes setores, governos, administração, professores, estudantes e pais, esse é o princípio básico, uma bandeira levantada no Fórum Nacional em defesa da Escola Pública em 1987, os indivíduos passam a interferir nos rumos das escolas.

O Fórum continuou mobilizando em função de uma nova lei, LDB que propiciaria uma chegada mais próxima ao chão da escola, ao sistema estadual, aos sistemas municipais, ao sistema de Hospital, mais ainda, logicamente, já pensando num Plano Nacional de Educação, que pudesse garantir meios para essa educação igualitária, democrática e aberta. O mecanismo da escolha do diretor ocupa lugar de destaque no debate sobre a administração democrática das escolas.

A eleição de diretores entra como um instrumento da Gestão Democrática, mas não só isso, o conselho escolar, por exemplo, é uma forma democrática de administrar a escola, quando fala em administrar não se restringe a uma administração pura e simples, refere-se administrar estabelecimento de políticas de uma escola, tanto pedagógica quanto administrativa, e o conselho escolar tendo a sua composição de representantes dos pais dos alunos, dos funcionários, da direção, dos professores e da comunidade que ali está cercando, aquela escola têm vários olhares sobre o mesmo objeto, e assim, consideram-se certamente melhores decisões.

O processo de democratização é um conjunto de estratégias para gestão escolar, por isso, é necessária a participação dos alunos, das famílias e da

comunidade que cercam a educação, implicar em mudanças de atitudes de todos os autores na tarefa de gerir.

Quem faz os cargos das escolas são professores, os estudantes, os dirigentes, as representações, os pais de alunos da comunidade, então a escola é construída dessa forma, como cidadão devem exigir mostrem trabalho com transparência. A sociedade brasileira chega a defender que para ser uma escola de qualidade é preciso que seja democrática. Cumprir esse mandato condicional nesse princípio filosófico da maior importância está acima das religiões dos partidos políticos nas nacionalidades, que todo mundo tem de educação.

Diríamos que a Educação pública apesar de todas as dificuldades que ela enfrenta sucateamento, de baixos salários, o compromisso dos profissionais da Educação tem feito das escolas públicas um local onde, democraticamente, as pessoas se encontram para enfrentamento dessa realidade, e para construção de uma visão mais crítica sobre a sociedade, sobre mundo, sobre humanidade.

Portanto, o conhecimento deve ser bem socializado para o bem da comunidade, pois encontramos educadores comprometidos com a educação pública. “A educação é um bem público, direito de todos os cidadãos e dever do estado”. LDB (1996, p.4)

A Gestão Democrática deve consolidar a democracia, se materializando no caráter público e gratuito da Educação, e na busca permanente de qualidade de ensino socialmente referenciada, para agir na conquista da transformação das estruturas da escola e da própria sociedade.

2.2 Gestão escolar: a construção escolar e sua função social

As novas formas de encarar a educação na sociedade atual estão suportadas pela compreensão de que a Construção Escolar é um apropriado e um interesse de todos os cidadãos, porque sua primeira função social é a família, pois tem o papel de educação de forma disciplinada, impondo-lhe limites e regras a serem seguidas e respeitadas, para que elas venham a ser um adulto capaz de reconhecer-se, enquanto cidadão, respeitado na sociedade que vive.

Segundo o trecho do manifesto dos pioneiros da Educação Nova, 1932, p.32, deixa claro que:

A escola, campo específico da educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mais uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vive a criança, a adolescência e a mocidade com os interesses e as alegrias profundas de suas naturezas (...).

Dessa concepção positiva da escola como uma constituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de organizá-la, como um organismo maleável e vivo aparelhado de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação (...). Cada escola seja qual for seu grau, dos jardins às universidades deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação, constituindo sociedade de ex-estudantes que mantenham relação constante com as escolas, utilizando em seu proveito, os valiosos e múltiplos exemplos materiais e espirituais da coletividade, despertando o desenvolvimento, o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições interessadas na obra da educação.

Observe que nessa época já havia pessoas sensíveis à aproximação das famílias com a escola e outros parceiros. A partir dos anos 40 começaram a surgir algumas mudanças legais, organizando-se gradativamente os sistemas estaduais de ensino. Em 1961 tivemos a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional LDB nº 4.024/61.

Em 1968 a Lei 5.540 que desencadeou a reforma universitária. Em 1971 a Lei 5.692 que reformou o ensino primário e secundário, ampliando a oferta de escolaridade obrigatória de quatro para oito anos, instituindo o ensino de 1º e 2º grau, e propondo a profissionalização do ensino.

Daí em diante, pode observar o grande ganho histórico – um maior número de crianças frequentando a escola, o que não garantiu o sucesso foi à existência da produção do fracasso escolar, problemas no acesso à educação, baixo rendimento, excesso de repetência e altos índices de evasão escolar.

Aliado a tudo isso, ainda se constata a existência de problemas em relação ao magistério, desde a má formação aos baixos salários.

Todas as situações persistem até hoje e tem sido uma luta e preocupação constante do Governo e da Sociedade, e como tal, consta à aprovação de uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 9.394/96 também conhecida como Lei de Darcy Ribeiro, começou a ser organizada a partir da Constituição Federal de 1988, estabelece 'a educação é um direito de todos e um dever do Estado e das famílias'. Sua finalidade é o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Art. 205) p.131.

Portanto, a escola deve exercer uma liderança no ambiente escolar, o diretor deve incentivar novas lideranças, compartilhando compromisso e responsabilidade de forma criativa, visando à melhoria do processo e dos resultados educacionais e sociais. É importante que o gestor compreenda que o seu papel na escola deve ser o de líder democrático na coordenação dos projetos pedagógicos e educativos, para poder promover a participação das comunidades local e escolar na consolidação de uma escola focada no sucesso e bem-estar do estudante e realização dos Sonhos, Objetivos e Metas Coletivas.

2.3 Gestão escolar participativa e a construção da comunidade educativa

A ideia de participação está estreitamente associada à Gestão Democrática. Confira essa declaração relendo o artigo 14 da LDB:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação da comunidade escolar e local, um conselho escolar ou equivalente;

Dos sentidos bem articulados são imputados à participação nessa norma.

Por um deles, compreende-se que, na organização da escola, a tomada de decisão em relação a certos processos se dá, institucionalmente, por organismos constituídos pelas comunidades escolares e locais – Conselho de Escola, Conselho de Classe, com objetivo de concretizar a corresponsabilidade na gestão da escola.

A participação é, ainda, um instrumento da autonomia da escola que deve garantir o envolvimento da comunidade escolar – educadores e funcionários – na construção do propósito educativo comum, consubstanciando-o na proposta pedagógica da escola. Justifica-se essa participação por suas razões de igual relevância: as necessidades da unidade da ação educativa em torno de diretrizes, normas, desempenho de funções, rotinas e a constituição de uma comunidade estruturada que se forma nas situações de trabalho.

A unidade da ação educativa é definida pelo conjunto dos educadores que estudam, discutem, refletem sobre questões pertinentes à qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, os meios para alcançá-las, no processo de elaboração da proposta pedagógica escolar.

Essas questões referem-se à concepção de aprendizagem, de ensino, de avaliação, de administração da heterogeneidade dos níveis de aprendizagem, da organização dos contextos de aprendizagem etc. Como os estudantes aprendem? Por que às vezes não tínhamos proposto? Que podemos? Devemos fazer para que aprendam? O que quer dizer “aprender”? Aprender é repetir o que o professor apresentou? Aprender é transferir o processo de resolução de uma situação com os conteúdos (noções, informações) assimilados para outra situação? Aprender é construir? O que é construir? Como se dá o processo de construção? Como levar o conjunto de estudantes de uma classe a avançar na sua aprendizagem, considerando a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento aí presentes? Como avaliar as aprendizagens e fazer avançá-las? Como aperfeiçoar os recursos da escola para cumprir seus objetivos? Como apoiar a frequência e a aprendizagem do estudante? Como envolver a comunidade?

A participação de cada um na construção da proposta pedagógica garante a construção de uma cultura local que expressa significados, sentimentos, expectativas compartilhados pelo grupo social que constitui a escola. A proposta

pedagógica, numa perspectiva progressista, é o meio pelo qual, os agentes diretos da escola tornam-se sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de intervir conscientemente e coletivamente nos objetivos e nas práticas de sua escola, na produção social do futuro (da escola, da comunidade, da sociedade).

Libâneo, 2001, p. 134, diz que:

[...] A proposta pedagógica, assim entendida, é um ingrediente do potencial formativo das situações de trabalho. Os profissionais (direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários) aprendem através da organização, do ambiente de trabalho. Por sua vez, as organizações também aprendem, mudando junto com seus profissionais. Todos podem aprender a fazer do exercício do trabalho um objeto de reflexão e pesquisa.

Um terceiro viés da participação é aquele que se torna o tema como conteúdo da escola. A participação como um valor numa sociedade que se quer democrático também é objeto de aprendizagem e faz parte dos ingredientes da escola e da educação.

Segundo a LDB 9.394/96, Art. 2º, p. 4 diz:

A educação. Dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a LDB, promover o pleno desenvolvimento do estudante implica desenvolver capacidades cognitivas, físicas, afetivas, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética. Entre essas capacidades a serem adquiridas está a de aprender a relacionar-se, a inserir-se socialmente, que se desenvolve no seio da família, do grupo social a que o indivíduo pertence, nas instituições sociais que participa, e que também se desenvolve na escola como espaço de atuação pública, na convivência democrática, aprendendo a participar, participando.

Segundo os Parâmetros Nacionais — Apresentação dos temas transversais — Ética, p. 59 diz que:

O ensino e a aprendizagem da participação têm como suporte básico a realidade escolar para o uso efetivo dos procedimentos aprendidos. Assim, devem ser eleitos métodos e atividades que ofereçam experiências de aprendizagem rica em situações de participação. Nas quais os estudantes possam opinar, assumir responsabilidades,

colocar-se, resolver problemas e conflitos, refletir sobre as consequências de seus atos.

Percebemos que alguns princípios para o exercício de uma Gestão Democrática precisam de destaque, a autonomia é compreendida como conquista do trabalhador de educação, autonomia é ainda hoje objeto de conquista de controvérsias nos debates dos educadores sobre o trabalho escolar. É comum ouvirmos professores e diretores afirmarem que “a gente não tem liberdade, não tem autonomia, é tudo discurso vazio...” ou “então na minha sala de aula, sou eu quem mando, fecho a porta e ninguém tem a ver com o quê e como faço...”.

Alguns aspectos do tema deve ser objeto de reflexão. O primeiro abordado foi por Rios, 1993, p. 15, é o de que a ideia de autonomia como a de liberdade está associada à ideia de relação.

A autonomia como a liberdade se experimenta em situação e não em situações em que não haja limites para os indivíduos. Uma situação é uma articulação de limites e possibilidades. Podemos afirmar que se é tanto mais livre quanto mais se reduzem os limites e se ampliam às possibilidades que encontramos nas situações que vivenciamos.

Outro viés da ideia de que se constrói autonomia como projeto num horizonte ético-político. “Horizonte ético-político porque diz respeito a uma ação que está no campo da moralidade. E aí encontramos, como um núcleo da ação, a noção de responsabilidade”. (Rios, 1993).

Segundo Azanha, 1998 reitera a ideia ao afirmar que a autonomia da escola, numa sociedade que se pretenda democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão das metas da tarefa educativa numa democracia. Sem essa possibilidade, não há como falar em ética da escola, a autonomia deixa de ser uma condição de liberdade e pode até ser facilitadores da opressão, sem liberdade de escolha, professores e escolas são simples executores de ordens e ficam despojados de uma responsabilidade ética pelo trabalho educativo. E mesmo assim, o exercício da autonomia, requer dos educadores competência.

Rios, 1993, P. 18, diz que:

Construir ética e politicamente autonomia não teria significado se não se aliassem à perspectiva ético-política a dimensão técnica, o domínio seguro de conhecimentos específicos, a utilização de uma metodologia eficaz, a consciência crítica e o propósito firme de ir ao

encontro das necessidades concretas de sua sociedade e de seu tempo.

A proposta pedagógica, o plano de desenvolvimento escolar e o regime escolar construído pelos educadores da escola, são instrumentos de exercício da autonomia da escola. Em seguida, relata sobre a relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe escolar. Trata-se da prática de uma gestão compartilhada da escola cujo propósito educativo preside todas as ações e as responsabilidades da direção e da equipe escolar.

Segundo Libâneo, 2001, p. 117, afirma que:

Nesse principio está presente a exigência da participação de professores, pais, estudantes, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como a forma de viabilização dessa participação: a integração comunicativa, a busca do consenso em pautas básicas, o diálogo intersubjetivo. Pois, a gestão democrática não pode ficar restrita ao discurso da participação e às suas formas externas: as eleições, assembleias e reuniões. Ele está a serviço dos objetivos de ensino, especialmente da qualidade cognitiva dos processos de ensino e aprendizagem.

A ação racional, estruturada e organizada no planejamento das tarefas e definição das responsabilidades. A proposta pedagógica e o plano de desenvolvimento escolar, construídos coletivamente, são os instrumentos que norteiam todas as ações da escola: proposição de objetivos, estratégias, provimento e ordenação dos recursos disponíveis, cronogramas, definição de plano de trabalho, estabelecimento de responsabilidade, forma de acompanhamento, avaliação e controle.

A racionalização, estruturação e organização das tarefas bem como a definição das responsabilidades se dão a partir do que delinear o projeto da Escola. A Democratização de informações se dá a partir do processo de elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação, revisão, reorientação do projeto político-pedagógico, todos os dados e as informações precisam ser disponibilizadas, analisadas e interpretadas pela comunidade escolar, embasando as decisões e a execução das ações. A formação continuada em serviço dos educadores para o desenvolvimento pessoal e profissional acontece através do exercício da autonomia que impõe a necessidade do desenvolvimento pessoal e profissional. A opção atual pela expressão “formação continuada” em substituição às expressões “capacitação”,

“treinamento”, “reciclagem” se estabelece pela recusa a um processo que não considere a formação inicial e a prática do professor e, por outro lado, que reduza esse processo a mera capacitação e treinamento de caráter tecnicista. A formação continuada em serviço considera a formação inicial do educador e comporta uma estreita relação com a prática do cotidiano escolar. Pressupõe assim o movimento permanente de ação – reflexão – ação, e estimula a valorização da formação articulada à proposta pedagógica da escola, assim como a constituição da equipe escolar. Para acontecer a avaliação compartilhada a direção, professores e comunidade acompanham e avaliam o processo escolar, e se avaliam mutuamente, tendo em vista os objetivos da escola e as definições de responsabilidade na escola.

Portanto, o envolvimento da comunidade só se torna prático a partir do momento que a participação da comunidade no Conselho Escolar, assim como nas organizações associativas, não só garante o acompanhamento e avaliação da qualidade dos serviços prestados, como estabelece a cogestão, o que implica da educação formal uma responsabilidade de todos.

2.4 Gestão da qualidade total na educação: um novo modelo organizacional?

2.4.1 A questão da qualidade no ensino fundamental I

A preocupação com a qualidade de bens e serviços não é recente. Os consumidores sempre tiveram o cuidado de inspecionar os bens e serviços que recebiam em uma relação de troca. Essa preocupação caracterizou a chamada era da inspeção, que se voltava para o produto acabado, não produzindo assim qualidade, apenas encontrando produtos defeituosos na razão direta da intensidade da inspeção.

A era do controle estatístico surgiu com o aparecimento da produção em massa, traduzindo-se na introdução de técnicas de amostragem e de outros procedimentos de base estatística, bem como em termos organizacionais, no aparecimento do setor de controle da qualidade. Sistemas da qualidade foram pensados, esquematizados, melhorados e implantados desde a década de 30 nos Estados Unidos, e um pouco mais tarde (anos 40) no Japão, e em vários outros

países do mundo. A partir da década de 50, surgiu a preocupação com a gestão da qualidade, que trouxe uma nova filosofia gerencial com base no desenvolvimento e na aplicação de conceitos, métodos e técnicas adequados a uma nova realidade. A Gestão da Qualidade Total, como ficou conhecida essa nova filosofia gerencial, marcou o deslocamento da análise do produto ou serviço para a concepção de um sistema da qualidade. A qualidade deixou de ser um aspecto do produto e responsabilidade apenas de departamento específico, e passou a ser um problema da empresa, abrangendo, como tal, todos os aspectos de sua operação.

2.4.2 A evolução do conceito de gestão da qualidade

A preocupação com a qualidade, no sentido mais amplo da palavra, começou com W. A. Shewhart, estatístico norte-americano, que já na década de 20 tinha um grande questionamento com a qualidade e com a variabilidade encontrada na produção de bens e serviços. Shewhart desenvolveu um sistema de mensuração dessas variabilidades que ficou conhecido como Controle Estatístico de Processo (CEP). Criou também o Ciclo PDCA (Plan, Do, Check e Action), método essencial da gestão da qualidade, que ficou conhecido como Ciclo Deming da Qualidade. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o Japão se apresenta ao mundo literalmente destruído e precisando iniciar seu processo de reconstrução. W. E. Deming foi convidado pela Japanese Union of Scientist and Engineers (JUSE) para proferir palestras e treinar empresários e industriais sobre controle estatístico de processo e sobre gestão da qualidade. O Japão inicia, então, sua revolução gerencial silenciosa, que se contrapõe em estilo, mas ocorre paralelamente a Revolução Tecnológica “barulhenta” do Ocidente, e chega a se confundir com uma revolução cultural. Essa mudança silenciosa de postura gerencial proporcionou ao Japão o sucesso de que desfruta até hoje como potência mundial. O período pós-guerra trouxe ainda dimensões novas ao planejamento das empresas. Em virtude da incompatibilidade entre seus produtos e as necessidades do mercado, passaram a adotar um planejamento estratégico, porque caracterizava uma preocupação com o ambiente externo às empresas.

A crise dos anos 70 trouxe à tona a importância da disseminação de informações. Variáveis informacionais, socioculturais e políticas passaram a ser fundamentais e começaram a determinar uma mudança no estilo gerencial. Na década de 80, o planejamento estratégico se consolida como condição necessária, mas não suficiente se não estiver atrelado às novas técnicas de gestão estratégica.

A gestão estratégica considera como fundamentais as variáveis técnicas, econômicas, informacionais, sociais, psicológicas e políticas que formam um sistema de caracterização técnica, política e cultural das empresas. Tem também como seu interesse básico o impacto estratégico da qualidade nos consumidores e no mercado, com vistas à sobrevivência das empresas, levando-se em consideração a sociedade competitiva atual.

A competitividade e o desempenho das organizações são afetados negativamente em termos de qualidade e produtividade por uma série de motivos. Dentre eles destacam-se: a) deficiências na capacitação dos recursos humanos; b) modelos gerenciais ultrapassados, que não geram motivação; c) tomada de decisões que não são sustentadas adequadamente por fatos e dados;

2.4.3 Qualidade e gestão: a gestão da qualidade total

Qualidade, enquanto conceito é um valor conhecido por todos e, no entanto, definido de forma diferenciada por diferentes grupos ou camadas da sociedade – a percepção dos indivíduos é diferente em relação aos mesmos produtos ou serviços, em função de suas necessidades, experiências e expectativas. Já o termo qualidade total tem inserido em seu conceito seis atributos ou dimensões básicas que lhe conferem características de totalidade. Essas seis dimensões são: qualidade intrínseca, custo, atendimento, moral, segurança e ética.

Por qualidade intrínseca entende-se a capacidade do produto ou serviço de cumprir o objetivo ao qual se destina. A dimensão custo tem em si dois focos: custo para a organização do serviço prestado e o seu preço para o cliente. Portanto, não é suficiente ter o produto mais barato, mas sim ter o maior valor pelo preço justo. Atendimento é uma dimensão que contém três parâmetros: local, prazo e quantidade, que por si só demonstram a sua importância na produção de bens e na

prestação de serviços de excelência. Moral e segurança dos clientes internos de uma organização (funcionários) são fatores decisivos na prestação de serviços de excelência: funcionários desmotivados, mal treinados, inconscientes da importância de seus papéis na organização não conseguem produzir adequadamente. A segurança dos clientes externos de qualquer organização, em um sentido restrito, tem a ver com a segurança física desses clientes, e em um sentido mais amplo, com o impacto do serviço prestado ou da sua provisão no meio ambiente. Hoje em dia, pode-se dizer que o foco no cliente tem primazia absoluta em todas as organizações. Finalmente, a sexta dimensão do conceito de qualidade total, a ética, é representada pelos códigos ou regras de conduta e valores que têm que permear todas as pessoas e todos os processos de todas as organizações que pretendem sobreviver no mundo competitivo de hoje.

A Gestão da Qualidade Total (GQT) é uma opção para a reorientação gerencial das organizações. Tem como pontos básicos: foco no cliente; trabalho em equipe permeando toda a organização; decisões baseadas em fatos e dados; e a busca constante da solução de problemas e da diminuição de erros.

A GQT valoriza o ser humano no âmbito das organizações, reconhecendo sua capacidade de resolver problemas no local e no momento em que ocorrem, e busca permanentemente a perfeição. Precisa ser entendida como uma nova maneira de pensar, antes de agir e produzir. Implica uma mudança de postura gerencial e uma forma moderna de entender o sucesso de uma organização. É uma nova filosofia gerencial que exige mudanças de atitudes e de comportamento. Essas mudanças visam ao comprometimento com o desempenho, à procura do autocontrole e ao aprimoramento dos processos. Implica também uma mudança da cultura da organização. As relações internas tornam-se mais participativas, a estrutura mais descentralizada, e muda o sistema de controle [Longo (1994)]. Sistemas de controle são necessários em qualquer organização, porém se forem burocráticos ou tradicionais, as pessoas reagem com pouca participação, pouca criatividade e pouca responsabilidade. O autocontrole — que significa que a responsabilidade pela qualidade final dos serviços e/ou produtos é a consequência do esforço conjugado de todas as áreas da empresa, onde todos precisam saber, a todo o momento, o que fazer e como fazer, com informações objetivas e imediatas sobre o seu

desempenho —, permite que as pessoas respondam com participação, criatividade e responsabilidade. Como se trata de uma mudança profunda, a implantação desse modelo enfrenta várias barreiras, pois mexe com o status quo, com o imobilismo, com o conformismo e com os privilégios. Portanto, deve-se ver a Gestão da Qualidade não como mais um programa de modernização. Trata-se de uma nova maneira de ver as relações entre as pessoas, na qual o benefício comum é superior ao de uma das partes (Xavier, 1994).

Da gestão da qualidade total depende a sobrevivência das organizações que precisam garantir aos seus clientes a total satisfação com os bens e serviços produzidos, contendo características intrínsecas de qualidade, a preços que os clientes possam pagar, e entregues dentro do prazo esperado. É fundamental atender e, preferencialmente, exceder às expectativas dos clientes. A obtenção da qualidade total parte de ouvir e entender o que o cliente realmente deseja e necessita, para que o bem ou serviço possa ser concebido, realizado e prestado com excelência. A GQT ocorre em um ambiente participativo. A descentralização da autoridade, as decisões tomadas o mais próximo possível da ação, a participação na fixação das metas e objetivos do trabalho normal e as metas e objetivos de melhoria da produtividade são considerações essenciais. O clima de maior abertura e criatividade leva a maior produtividade. A procura constante de inovações, o questionamento sobre a forma costumeira de agir e o estímulo à criatividade criam um ambiente propício à busca de soluções novas e mais eficientes.

2.5 Gestão e organização do trabalho escolar: novos tempos e espaços de aprendizagem

Gerir uma escola: atividade meramente burocrática é legal? As pesquisas, estudos e experiências diversas apontam e insistem que, mais que uma atividade burocrática, mais que o zelo de normas legais pré-estabelecidas é uma atividade essencialmente política e pedagógica, ou política-pedagógica, como nos afirma Freire.

As transformações que o mundo em geral, a sociedade brasileira e a escola, em particular, tem vivenciado apontam para o aguçamento dessas dimensões e,

desconhecê-las, pode ser além de um grave erro político-pedagógico, um entrave real ao avanço da escola e do processo de ensino-aprendizagem por ela desenvolvido.

Essas transformações são de toda ordem: econômicas, políticas, culturais e atingem os mais diversos sujeitos. Assim cabem as seguintes interrogações: como dirigir, coordenar, organizar o trabalho escolar, sem levar em consideração alterações significativa no perfil dos estudantes que nas últimas décadas tiveram acesso à escola, em especial, à escola pública? Como dirigir uma escola, cercada pelo desemprego da sua comunidade, da criminalidade de muitos de seus estudantes? É possível dirigir desconhecendo a impregnação geral que as novas tecnologias digitais e comunicações estabelecem no mundo do trabalho e no cotidiano das pessoas? E os professores, como reagem e interagem com toda essa realidade? Que significado tem para eles cursos de formação continuada? Como modificam sua prática?

Estas interrogações têm por objetivo problematizar algumas dessas questões, tendo como referência a atividade dos gestores escolares. Não tem a pretensão de esgotá-las, mas de contribuir para um fecundo debate que se estabelece na educação brasileira em geral.

As estatísticas escolares apontam que do ponto de vista do Ensino Fundamental, de fato, estamos em um estágio de universalização, ou seja, a grande maioria das crianças em idade escolar está dentro da escola. Essa é uma realidade relativamente recente, que se inicia nos anos 1960 e tem pleno avanço na década de 1990.

Se essa universalização constitui-se, sem sombra de dúvida, uma democratização de acesso à escola, não necessariamente significa uma democratização da permanência e do acesso ao conhecimento. As mesmas estatísticas são pródigas em apontar, inicialmente a repetência e a evasão e, posteriormente, as “dificuldades de aprendizagem” das nossas crianças e adolescentes.

Diversos professores queixam-se de que não sabem como ensinar esse público. Alguns, de forma preconceituosa, caracterizam essas crianças como

portadoras de déficits culturais, desestruturadas emocionalmente, etc. Ainda que sejam duras as condições de vida da maioria desse público, rótulos e atitudes preconcebidas ajudam pouco ou até atrapalham no enfrentamento do problema. Outros, porém, buscam inovações, alterações em sua prática e muitas vezes recebem pouco estímulo para isso.

Entender que a primeira tarefa da escola é nossa e que o pouco tempo de escola não seja uma experiência a mais de desumanização, de trituração de suas esperanças roubadas de chegar a ser alguém. A escola pode ser menos desumanizadora do que a rua, a moradia, a fome, a violência, o trabalho forçado, más reconheçamos, ainda, as estruturas, rituais, normas, disciplinas, reprovações e repetência na escola são desumanizadoras. (Arroyo, 2000: 59)

Portanto, interrogar-nos sobre esse público, levar a escola a refletir sobre seus estudantes, é uma premissa essencial para uma direção que se pretende democrática na radicalidade total do temor: reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos socioculturais e retirá-los da subumanidade a que muitas vezes estão submetidos.

Já apontamos que o acesso à escola pelos setores populares é algo recente. Nossos professores, em sua maioria, não foram formados para trabalhar com eles, mas para lidar com um estudante idealizado, com acesso a bens e informações, bem nutridos, com autoestima em ascensão. Difícil é a tarefa de lidar com estudantes com o estômago roncando, sem possibilidades de acesso ao lazer, muitas vezes sem um livro sequer dentro de casa, com pais e mães analfabetos ou semianalfabetos, com a socialização feita em grande medida na rua, vivendo e sobrevivendo do comércio nos sinais e no tráfico etc.

De toda forma, assumir uma atitude democrática radical implicada em não retirar-lhes o estatuto da cidadania, do ser humano. São diferentes sim, mas não inferiores. Suas culturas, seus hábitos, seus saberes são diferentes, mas existem realmente, e os ajudam na difícil lida da sobrevivência.

Recordemos um autor em especial, Charlot. Esse educador francês vai analisar o chamado fracasso escolar, e em algumas pesquisas, demonstra o quanto existe de uma visão linear, estreita, que relaciona, automaticamente, fracasso

escolar e condições econômicas precárias. É uma das categorias com as quais trabalha que melhor desconstroem essa ideia é a da relação com o saber.

Para ele, é intrínseco à condição humana o processo de aprendizagem. Viver é um constante desvelar do mundo. E aprendemos em contato com o objeto da nossa curiosidade e em relação com o outro.

Resumamos. Não há sujeito de saber e não há saber senão em uma certa relação com o mundo, que vem a ser, ao mesmo tempo e por isso mesmo, uma relação com o saber. Essa relação com o mundo é também uma relação consigo mesmo e relação com os outros. (Charlot, 2000: 63)

Portanto, se não da esfera do humano o domínio de saberes e a contínua atividade de aprendizagem do que se trata, então, quando trabalhamos com esse público não é a negação de que possuem conhecimento, detêm saberes ou, em outras palavras, tachá-los de “deficientes culturais”, mas sim de estabelecermos o valor epistemológico do saber que eles detêm.

Assim, se a postura for de valorização desse conhecimento, dos saberes construídos e mobilizados por esse sujeito, torna-se complexa a nossa atividade docente. Trata-se, então, de no ato de educar, estabelecer um diálogo entre saberes, e não repetir a velha tradição da educação bancária tão denunciada por Paulo Freire que intenta inculcar saberes previamente dignificados nos estudantes. E dialogar não significa não apresentar-lhes outros saberes, mas partir, como diz Freire, “do saber da experiência feita”.

Não há como não repetir que ensinar não é a pura transmissão mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz ao estudante, passivo e dócil. Jamais disse como às vezes sugerem ou dizem que eu disse que deveríamos girar embevecidos em torno do saber dos estudantes, como a mariposa em volta da luz. Partir do “saber da experiência feita” para superá-lo não é ficar nele. (Freire, 1992: 70-71)

Ou como aponta Arroyo ao trabalhar com a temática das classes de aceleração:

O direito à educação e à cultura tem de superar a lógica do mercado e da sobrevivência. Devemos, sem dúvida, rever os conteúdos, readaptá-los ou resignificá-los para sua idade social, cultural, cognitiva, mas sempre com o intuito de melhor garantir o seu direito ao saber e à cultura, e nunca com o intuito de repassar migalhas do saber, de dominar competências mínimas requeridas pelo mercado.

O campo do mercado não é bom conselheiro para enfrentar problemas que tocam o campo dos direitos. (Arroyo, 2000 p. 131)

Reafirmamos, novamente, que levar em conta o saber desses estudantes, não estigmatizá-lo simplesmente como errôneo, senso comum, etc., não se reduz apenas a um recurso metodológico para melhor introduzirmos o verdadeiro saber, o saber escolar, sistematizado. Não pode ser reduzido simplesmente a um mecanismo de motivação. Trata-se de uma questão epistemológica, de reconhecimento e valorização de outros saberes. E, como todo saber, esse saber do aluno deve ser problematizado, historicizado e não idealizado. Mas, conhecê-lo é, em parte, desumanizar o sujeito que o detém.

E onde são construídos esses saberes? Nas relações e vivências onde os sujeitos estão inseridos. Relações e vivências que muitas vezes a escola desconhece e menospreza.

Conhecer esses sujeitos também diz respeito a enfrentar outros desafios a este primeiro interligado. Significa reconhecer outras culturas diferentes da cultura hegemônica trabalhada pela escola. O próprio conceito de cultura perde sua conotação estática e unívoca. Cultura não é apenas um legado, pronto e acabado, deixado pelos que nos antecedem. Cultura não é apenas tradição, erudição. Cultura são também valores, mudança, movimento. Referindo-se à concepção crítica de currículo, Moreira & Silva (2002: 27) apresentam-nos outra visão de cultura. Na concepção crítica, não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada e, por isso, digna de ser transmitida às futuras gerações através do currículo. Em vez disso, a cultura é vista menos como uma coisa e mais como um campo e terreno de luta. E mais adiante complementam: Nesse entendimento, o currículo não é o veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura. Posto dessa forma, não há como falar de cultura de uma forma singular, mas de culturas. E, se há diferentes culturas, o respeito, o reconhecimento e a troca devem fazer parte do cotidiano escolar. Cotidiano esse que deve se transmutar, que não reconhecerá a cultura do negro, do índio, do nordestino, dos habitantes da área rural apenas em datas comemorativas, concretizando aquilo que, no jargão educacional, chamamos de currículo turístico.

Cotidiano que buscará, de maneira contínua, integrada à realidade da escola, a explicação, a contribuição, a participação de toda a comunidade escolar, em especial dos alunos em atividades diversas. Com certeza muito do conteúdo atualmente trabalhado não será possível de continuar sendo feito. Mas outras temáticas certamente mais significativas para os sujeitos escolares poderão ser trabalhadas. E a escola enriquecer-se-á enquanto espaço sociocultural e verdadeiramente inclusivo.

Portanto, uma gestão radicalmente democrática voltará seu olhar, primeiramente, para esses sujeitos escolares, conhecendo-os, desnudando-os e valorizando-os.

As estratégias para isso são várias e diversos educadores têm buscado fazê-las: de entrevistas com os pais e integrantes da comunidade a perfil dos estudantes, de dinâmicas de apresentação a verdadeiros teatros, shows, etc., onde os educandos apresentam o cotidiano da sua vida, suas expectativas, seus gostos, suas artes. Enfim, atividades lúdicas onde os sujeitos falam, têm voz e vez, e não onde se sintam silenciados e silenciosamente ou agressivamente reagem à negação da sua expressão e do seu ser.

Se os alunos são sujeitos do saber, também o são os professores. E assim como seus estudantes, constroem e adquirem saberes em diversos espaços e tempos, especialmente no trabalho. E quanto a isso é preciso constatar mesmo sob controle intenso, o professor, se não incorporará necessidade da mudança da sua prática docente, continuará repetindo aquilo que julga eficaz e suficiente para a aprendizagem dos seus estudantes. Portanto, há que se perguntar: como se operam as mudanças no trabalho docente? Que valor tem para os professores cursos de atualização, oficinas, etc.?

O aporte de Tardif pode nos auxiliar muito no desvelar de alguns desses mecanismos. Segundo ele (2002: 11), “o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula, e com os outros atores escolares na escola, etc.”.

Esses saberes advindos do trabalho, do seu trabalho, são essenciais para a conduta dos docentes: “Noutras palavras, embora os professores utilizem diferente saberes, essa utilização se dá em função do seu trabalho e das situações, condicionamentos e recursos ligados a esse trabalho.” (Idem, 15).

Portanto, esse saber adquirido do trabalho é essencial para o docente. (Tardif, p. 18) aponta que o saber dos professores é plural, heterogêneos “porque envolvem, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber fazer bastantes diversos, provenientes de fontes variadas, e provavelmente, de natureza diferente”. E é também temporal, pois é adquirido no contexto de sua história de vida. Mas, apesar dessa diversidade, o fio condutor é o saber experiencial, ou seja, o saber advindo da prática, do trabalho.

Os professores não rejeitam os outros saberes totalmente, pelo contrário, eles os incorporam à sua prática, retraduzindo - os, porém, em categorias de seu próprio discurso. Nesse sentido, os saberes experienciais não são saberes como os demais, mas retraduzidos, polidos e submetidos às certezas construídas na prática e na experiência. (Tardif, 2002: 53-54)

Experiências de inovação pedagógica esbarram muitas vezes aí – quando os professores não se apercebem do seu valor real e não vinculam a inovação a alterações que a sua prática, o seu trabalho demanda e possibilitam. Tornam-se discursos vazios, ou transformam-se em medidas burocráticas desvinculadas do dia-a-dia do trabalho pedagógico. Não se inserem, de fato, no cotidiano escolar. Arranham a escola, sem chegar a seus principais sujeitos – estudantes e professores.

Assim, mais uma vez, a questão do diálogo, do clima de troca e cumplicidade se faz importante numa escola radicalmente democrática. Reconhecer os docentes como sujeitos do processo ensino-aprendizagem, como educadores em toda a dimensão do termo, é essencial. Mas, reconhecê-los também como gestores ou cogestores do seu trabalho é a linha divisória entre uma mudança real ou fictícia no interior das escolas.

Aliás, há autores (Sorrato & Oliver-Heckler, 1999) que apontam que, em última análise, é ali, na sala de aula, que a trama se desenvolve e se constrói.

E indicam ser essa uma das principais características do trabalho docente, em especial nas escolas públicas – a relativa autonomia dos professores.

Estamos diante de um trabalho que exige um papel do seu executor, que não só permite como impõe a criatividade para que a obrigação de cada dia seja cumprida. Podemos imaginar o trabalho de um professor sendo realizado de uma forma mecânica, apenas cumprindo as tarefas predefinidas, seguindo uma definição protocolar de cada passo predefinido? (Sorrato & Oliver-Heckler, 1999: 118-119).

E mais adiante complementam: “Temos, portanto, um trabalho cujo controle é eminentemente do trabalhador e que não acontece se este não assumir seu papel ativo no processo”.

Dessa forma, levar em conta os saberes docentes, a sua experiência, inseri-los mesmo na gestão política-pedagógica da escola é vital para uma organização mais dinâmica, mais rica do trabalho escolar. Ainda que saibamos que boa parte do que deve ser feito é previamente delimitada por outros, seja através dos currículos, seja através da organização dos tempos e espaços escolares, tais como módulos, aula, disciplinas, tipos de avaliação, enturmação, entre outros aspectos.

Se, como afirma Charlot, somos todos sujeitos do saber, do conhecimento, se esses saberes são tecidos e mobilizados em toda trama da vida, outras interrogações colocam-se para a escola: Há outros espaços e tempos de aprendizagem para além do tempo escolar? E como a escola lida com esses espaços e tempos e como se organiza para melhor integrá-los no trabalho pedagógico?

Até então, principalmente, após o surgimento e predomínio dos chamados grupos escolares, vivemos numa lógica do trabalho escolar e pedagógico baseada na seriação, na enturmação por salas de aula com um nível de conhecimento prefixado, distribuídos em diversas disciplinas, que muitas vezes, não têm nenhuma interconexão. O ponto central do trabalho pedagógico é o conteúdo escolar e a organização central para trabalhá-los é a sala de aula, onde estudantes são enturmados, de acordo com o domínio do conteúdo que a escola julga que eles têm. Em séries mais avançadas, cada docente é responsável por um conteúdo ou disciplina e os espaços de interação interdisciplinares são escassos e empobrecidos. Como diz Rodrigues:

A organização seriada pressupõe que a função do ensino é repassar conhecimentos que já estão prontos e organizados nos livros didáticos, por exemplo, segundo uma sequência a ser estabelecida pelo plano de aula. Esse plano (o plano de aula) procura garantir que os conteúdos só podem ser repassados e aprendidos de modo sequencial, obedecendo à precedência de cada um deles [...] Por mais que se queira discutir o papel de formação integral do estudante, toda a organização escolar acaba por submeter-se a essa tarefa de transmissora de conhecimentos e habilidades. (Rodrigues, 2001: 20)

E mais adiante complementa:

Esse processo revela que o objetivo da educação escolar é o de repassar conhecimentos segundo uma metodologia de ensino que opta pela fragmentação dos conteúdos e considera ser a retenção do aprendido o objetivo final da atividade escolar, por mais que se insista em negar esse objetivo. (Idem, 21)

Temos, portanto, na estruturação dominante da escola alguns impasses. De um lado, a maneira como trabalha e visualiza o próprio conteúdo escolar. De outro, o desconhecimento de outros tempos e espaços de aprendizagem.

Interessante, para melhor problematizarmos a questão, é a constatação de que a seriação com esse tratamento fragmentado do próprio conhecimento escolar tem um passado recente. Segundo Faria Filho (2001), a emergência da seriação em Minas Gerais (mas que pode servir de parâmetro para o restante do país) ocorreu com a construção dos grupos escolares, a partir da Reforma João Pinheiro em 1906.

A organização da instituição pública anterior a isso, as chamadas escolas reunidas, funcionava sob outra lógica: os professores lecionavam para os alunos, num mesmo ambiente, em estágios diferentes de conhecimento sobre determinado conteúdo escolar. Nesse tipo de organização escolar, o professor gozava de maior autonomia e o trabalho com os estudantes ocorria de acordo com a sensibilidade, experiência e capacidade docente.

Com a industrialização e consolidação da sociedade capitalista ocorre a demanda por uma força de trabalho mais escolarizada. E as escolas isoladas vão sendo identificadas com o atraso e pouca eficácia da escola. Emergem e passam a dominar, então, os grupos escolares.

A defesa dos grupos escolares como o lugar de realização, no mundo da educação, da forma industrial de conhecer e organizar o trabalho e a identificação do movimento que institui os grupos com o progresso,

como a superação do atraso, aparece em boa parte dos documentos da época. (Idem, 43)

É nessa busca da racionalização, da eficácia, que surgem os grupos escolares, trazendo em seu bojo uma expressiva ruptura cultural, organizacional e pedagógica com a organização escolar precedente. É daí que emergem o ensino seriado, a avaliação de final de ano, e toda uma burocracia de controle escolar.

O espaço do grupo escolar denota não apenas mudanças ou continuidades na forma de conceber a educação escolar e suas relações com a sociedade como um todo, mas também o aparecimento e fortalecimento de uma nova categoria profissional: as diretoras. Estas, mesmo quando se ocupavam de uma sala de aula, contavam com um espaço próprio para o trabalho. Será ainda neste espaço que estará projetada a preocupação com os aspectos higiênicos de uma grande aglomeração humana — na distribuição de banheiros e lavatórios, por exemplo —, bem como de uma racional distribuição e controle dos sujeitos. (Faria Filho, 2000: 67)

Evidentemente, não foi sem resistência que esse novo processo de organização escolar se impôs. Professores e mesmo diretoras resistem.

Conforme vimos, não foi fácil nem tranquilo para professores do início do século XX atuar numa escola seriada. Acostumados que estavam a trabalhar de outro modo, recorriam constantemente às práticas escolares anteriores para dar conta das novas exigências que se lhes impunham. (Faria Filho, 2001: 49)

As lições da história são várias. Inicialmente, desnaturaliza-se uma forma de organização escolar que para muitos parece perene – a escola seriada. “Tudo passa, tudo sempre passará”, continua valendo mesmo aqui. Se a escola nem sempre foi assim, outros desafios podem estar demandando que ela se organize de outro jeito.

Outro aspecto que chama a atenção é a emergência da gestão sempre no lugar do controle, no respeito às normas estabelecidas por outrem. Ressignificar esse lugar, portanto, não é algo que se consegue num passe de mágica. Exige-se persistência e solidez de rumo.

Por fim, voltamos a Ribeiro, é preciso ousar outras formas de enturmação e de organização do tempo escolar, mais condizentes com uma educação enquanto processo de humanização, menos humilhante e desgastante para os estudantes.

Assim, ele vai delimitar como parâmetro para a enturmação os ciclos de vida dos educandos. Que seriam eles?

O seu desenvolvimento dá-se num processo contínuo, que podemos denominar CICLOS DE VIDA. Cada um desses ciclos apresenta características próprias, do ponto de vista psicológico, biológico, moral, social. Educar integralmente alguém significa participar de sua formação, desde o ciclo da vida de criança, quando ele vive uma situação de dependência quase total dos adultos, até a sua plena estatura como sujeito autônomo, quando se torna capaz de dirigir a si mesmo, tanto no plano da vida material, quanto no plano da vida cultural e moral. (Idem, 22)

Para Ribeiro (Idem) uma educação que não se reduz à transmissão de certos conhecimentos, saberes ou habilidades deve propiciar que o educando viva plenamente seu ciclo de vida, incompatível com uma educação onde a repetência o infantiliza permanentemente. E estabelece parâmetros de diferenciação entre a enturmação baseada em ciclos e em seriação: Ora, o regime de ciclos não cria hierarquização de conhecimentos, nem se estrutura numa lógica propedêutica. Logo não pode funcionar com os mesmos critérios da seriação. Por outro lado, vamos considerar a questão da qualidade. Surpreender a qualquer observador a afirmação de que se está quebrando a qualidade da educação escolar, especialmente a pública. Esse argumento dá a entender que todos devem estar satisfeitos com a escola que existe até hoje, já que se quer manter a qualidade existente.

Ora, não é isso que temos presenciado em inúmeras discussões sobre educação. Há uma virulenta crítica à sua qualidade, e não é a introdução dos ciclos que influenciará para torná-la pior. O que se está buscando é exatamente o contrário. (Idem 25).

Além disso, aponta o deslocamento da referência do trabalho pedagógico centrado nos conteúdos para a formação humana integral do educando, ou seja, do conteúdo para os sujeitos. Essa nova organização questiona a avaliação quantitativa, definidora da sequência escolar, e demanda uma maior autonomia dos educadores, com relação a normas e projetos preestabelecidos e exteriores a eles.

Ribeiro (Idem, 25) rebate críticas que tentam desqualificar a organização por ciclos, vinculando-a a qualquer aprovação automática. “Há um duplo erro nesse tipo de consideração sobre os ciclos: o primeiro é relativo ao processo de aprovação/reprovação, que é próprio do regime seriado, pois ao organizar o ensino de modo sequencial e hierarquizado, institui-se o modelo propedêutico no seu

funcionamento, uma etapa é pré-requisito e preparatória para a seguinte”. Ao quebrar a lógica da fragmentação e sequenciação, os ciclos propiciam outro tipo de relação com o conhecimento.

Por fim, voltando ao nosso sujeito do conhecimento. Se os ciclos se centram no sujeito e na sua formação por inteiro é mais compatível com uma educação capaz de valorizar e incorporar outros espaços e tempos de aprendizagem, portanto, de dialogar com outros saberes para além dos saberes sistematizado ou saberes escolares.

Esse movimento não é de fácil implantação. Exige como já afirmamos persistência e reflexão contínua de todos os sujeitos escolares. Aos gestores cabe, sem dúvida, a capacidade de criação de espaços e climas de reflexão e experimentação. Como tudo que é novo tem uma razão de nascer, para crescer e se tornar hegemônica, uma escola democraticamente radical enfrentará desafios, vaís e vêm, resistências. Foi assim das escolas reunidas para os grupos escolares. Será assim para qualquer mudança que atenda, realmente, as necessidades da maioria da nossa infância, adolescência e juventude.

2.5.1 O projeto político pedagógico numa construção coletiva

Conceituando na verdade o que é projeto político-pedagógico, no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação. (Ferreira, 1975, p. 1.144)

Ao continuarmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente.

Nas palavras de Gadotti, 1994, p. 579:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade, e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser

tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível comprometendo seus atores e autores.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversas. O projeto não é algo, é construído e, em seguida, arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento das tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os envolvidos com o projeto educativo da escola. Pois, o projeto político-pedagógico deve ser na escola uma reflexão constante no dia-a-dia, é um documento norteador, ou seja, uma mistura de sinfonia com inacabado; sinfônico porque tem que ser tocado harmoniosamente por todos, e inacabado porque em constante processo de reformulação e avaliação com todos que fazem a Instituição Escolar.

O projeto político-pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, que se diz que todo projeto pedagógico da escola é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Quando se trata da política educacional ele é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (Saviani, 1993, p. 93) — já na dimensão pedagógica reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo responsável, compromissado e crítico. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O projeto político-pedagógico ao se construir em processo democrático de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Dessa forma, o projeto político-pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização de sala de aula, incluindo sua relação com o texto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. Na verdade, buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, estudantes e funcionários.

E acreditamos que para enfrentarmos essa ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto político-pedagógico. A questão maior é, pois, saber a qual referencial temos que recorrer para uma compreensão coerente de nossa prática pedagógica. E para que haja essa construção e seja possível a realização, não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que eles permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma clara.

Um dos principais pontos que é preciso reforçar é que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo, e na ótica do poder centralizado, que dita às normas e exerce o controle técnico burocrático. A luta da escola é para se ter a descentralização de poder em busca de sua autonomia e qualidade. A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade.

A abordagem do projeto político-pedagógico, como organização do trabalho, da escola como todo, está fundada nos princípios que deverão nortear a escola

democrática pública e gratuita: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade, valorização do magistério.

Segundo Veiga, 1982 p. 63:

Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada.

Demo, 1994 p. 14, afirma que:

A qualidade formal (...) significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento.

A busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões, ações administrativas, pedagógicas até desenvolvidas. Nas palavras de Marques, 1990, p. 21:

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outras formas não entrariam em cogitação.

Para Rios, 1982, p. 77, a escola tem uma autonomia relativa e a liberdade é algo que se experimenta em situação, e esta é uma articulação de limites e possibilidades. Para a autora, a liberdade é uma experiência de educadores e constrói-se na vivência interpessoal. Portanto, “somos livres com os outros, não apesar dos outros” (grifos da autora). Se pensarmos na liberdade na escola, devemos pensá-la na relação entre administradores, professores, funcionários e estudantes, que aí assumem sua parte de responsabilidade na construção do projeto político-pedagógico e na relação destes com o contexto social mais amplo.

Segundo Heller, 1982 p. 155, afirma que:

A liberdade é sempre liberdade para algo e não apenas liberdade de algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres de alguma coisa, encontramos-nos no estado do arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de regras, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não são!

O projeto político-pedagógico é entendido, neste estudo, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político-pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico.

O que pretendemos enfatizar é que devemos analisar e compreender a organização do trabalho pedagógico, no sentido de se gestar uma nova organização que reduza os efeitos de sua divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico. Nessa perspectiva a construção do projeto político-pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência, e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central.

A construção do projeto político-pedagógico, para gestar uma nova organização do trabalho pedagógico, passa pela reflexão anteriormente feita sobre os princípios. Acreditamos que a análise dos elementos constitutivos da organização trará contribuições relevantes para a construção do projeto político-pedagógico. Pelo menos sete elementos básicos podem ser apontados: as finalidades da escola, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação.

A construção do projeto político-pedagógico requer continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões, e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório.

Finalmente, há que se pensar realmente que o movimento de luta e resistência dos educadores é indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola.

2.5.2 O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para cidadania

Este tema apresenta uma inquietação de perspectiva no teor de uma problemática em questão que é o projeto da escola, isto é, representa um desafio para todos os educadores. Se há algumas décadas a escola se questionava apenas sobre métodos, hoje ela se questionava sobre seus fins. Até muito recentemente a questão da escola limitava-se a uma escolha entre tradicional e ser moderna. Essa tipologia não desapareceu, mas não responde a todas as questões atuais da escola. Muito menos á questão do seu projeto. A crise paradigmática também atinge a escola e ela se pergunta sobre si mesma, sobre seu papel como instituição numa sociedade pós-moderna e pós-industrial, caracterizada pela globalização da economia e das comunicações, pelo pluralismo político, pela emergência do poder local. Nessa sociedade cresce a reivindicação pela autonomia contra toda forma de uniformização e o desejo de afirmação da singularidade de cada região, de cada língua etc. A multiculturalidade é a marca mais significativa do nosso tempo.

É nesse contexto que podemos nos colocar questões como:

- O que é projeto?
- O que é projeto político-pedagógico da escola?

Freqüentemente as escolas se confundem projeto com plano. Certamente o plano diretor da escola — como conjunto de objetivos, metas e procedimentos — faz parte do seu projeto, más não é todo seu projeto. Isso não significa que objetivos, metas e procedimentos não sejam necessários. Mas elas são insuficientes, pois em geral, o plano fica no campo do instituído, ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, como defende hoje todo esse discurso oficial em torno da “qualidade”, e em particular da “qualidade total”. Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. Torna-se instituinte. Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Por exemplo, hoje a escola pública burocrática se confronta com as novas exigências da cidadania e busca de nova identidade de cada escola, pautas de uma

sociedade cada vez mais pluralista. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

- De quem é a responsabilidade da constituição do projeto da escola?

O projeto da escola não é responsabilidade apenas de sua direção. Ao contrário, numa gestão democrática, a direção é escolhida a partir do reconhecimento da competência, de uma política partidária e da liderança de alguém capaz de executar um projeto coletivo. A escola, nesse caso, escolhe primeiro um projeto e depois essa pessoa que pode executá-lo. Assim realizada, a eleição de um diretor, de uma diretora ou um convite político para gestão, possibilita a escolha de um projeto político-pedagógico para a escola. Ao se eleger um diretor de escola o que se está elegendo é um projeto para a escola. Na escolha do diretor ou da diretora percebe-se já o quanto o seu projeto é político.

Como vimos, o projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais serão os resultados do projeto. A arrogância do dono da verdade dá lugar à criatividade e ao diálogo. A pluralidade de projetos pedagógicos faz parte da história da educação da nossa época.

Por isso, não deve existir um padrão único que oriente a escolha do projeto de nossas escolas. Não se entende, portanto, uma escola sem autonomia, autonomia para estabelecer o seu projeto e autonomia para executá-lo e avaliá-lo. A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza e do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico.

Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudanças que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e

não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. Há pelo menos duas razões que justificam a implantação de um processo de gestão democrática na escola pública: 1º porque a escola deve formar para cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém. 2º porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos estudantes dos conteúdos ensinados pelos professores.

O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele torna-se sujeito da sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida. Passamos muito tempo na escola, para sermos meros clientes dela. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

A autonomia e a participação — pressupostos do projeto político-pedagógico da escola — não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas. Não basta apenas reuniões.

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de

grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente, precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

2.5.3 Papel e função do gestor escolar na organização do trabalho escolar

O gestor escolar ocupa uma posição importante na estrutura do ensino público, uma vez que responde pela articulação da escola com a comunidade em que se insere e, também, com a rede que compõe o sistema de ensino. Além disso, e acima de tudo, deve garantir o bom funcionamento da escola, visando o melhor atendimento pedagógico aos estudantes. Sua tarefa torna-se mais difícil quando assume o trabalho sozinho, quando apenas aplica as orientações oficiais, ou quando se dedica mais à função administrativa. Espera-se do diretor que, antes de tudo, seja um educador, utilize as orientações do sistema para fortalecer a função educativa da escola e consiga atuar com toda a competência administrativa, para fazer fluir a ação pedagógica. Contudo, mesmo reconhecendo que a questão pedagógica é a dimensão central do trabalho escolar, na prática, muitas vezes, a atuação do diretor é absorvida pelo atendimento das questões burocráticas / administrativas. A escola pública pertence a um sistema de ensino, com instâncias de governabilidade, onde o superior hierárquico do diretor, muitas vezes, cobra apenas eficiência administrativa. Além das pressões vindas dos órgãos do sistema, o diretor precisa atender os professores, que cuidam do processo de ensino e aprendizagem e esperam dele um envolvimento real com a área pedagógica. Para tomar providências administrativas, priorizar o pedagógico e estimular a comunidade escolar, de modo que todos possam participar da definição do projeto da escola, o diretor se apoia numa forma democrática de gestão. E assim se acertam os passos dos estudantes e da escola. Mesmo quando a gestão é partilhada com os segmentos da comunidade escolar, é do diretor que se espera a articulação de todas as ações da escola, este terá mais chances de ser elaborado, consolidado e implementado. Para sua atuação, o diretor precisa considerar que a escola pública recebe a população mais pobre do país. É uma instituição que

precisa marcar, falar alguma coisa com significado para essa criança que chega. Antigamente, escola, comunidade e estudantes tinham caras parecidas. Hoje, dada a diversidade existente, as necessidades da clientela precisam ser melhor identificadas. A escola precisa olhar e escutar, para atuar com uma proposta pedagógica adequada, dentro dos limites da política educacional vigente. Nem todos os problemas, entretanto, terão solução. Na verdade, a escola busca resolver suas necessidades numa sociedade que também não tem resposta para muita coisa... Apesar de todos os problemas que a escola pública enfrenta, porém, é importante considerá-los desafiadores e não desanimadores.

2.5.4 A importância do brincar no ensino fundamental I

As atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano, e em especial, (na vida) da criança, embora que durante muitos séculos eram vistas sem muita importância, e somente por volta da década de 50, graças ao avanço do estudo da Psicologia é que as atividades lúdicas começaram a ser valorizadas, já que esta é a essência da infância e seu bom uso possibilita a produção do conhecimento. São através das atividades lúdicas que se criam condições para que a criança se envolva e se expresse, aprendendo de modo mais livre. Logo este aspecto pode ser aproveitado pelos profissionais da educação para favorecer a aprendizagem em diversos campos, particularmente durante o processo de alfabetização e se estendendo para o fundamental, estas atividades se bem conduzidas são relevantes para o estímulo da criança.

Desde os nossos antepassados os jogos já se faziam presentes como forma de divertimento e entrosamento social, não só entre crianças, mas entre jovens e adultos. Vemos que a história dos jogos e brinquedos mudou com o tempo, o que antes era tratado com o objetivo de entretenimento, hoje um simples brinquedo pode ser usado com o objetivo de ensinar algum comportamento.

E no ambiente escolar vemos que *“Jogar em sala de aula requer do professor uma postura diferente daquela comumente associada ao ensino (...)”*, pois através dos jogos os papéis são modificados, havendo uma reciprocidade na troca entre o

educador-educando (Fortuna, 2002, p. 15). Logo podemos aprender que as atividades lúdicas em sala de aula não são meros passatempos, mas sim, mecanismos de uma prática bem estruturada, aberta a invenções e reinvenções.

Antunes leva em conta quatro elementos fundamentais, para um fazer acontecer com responsabilidade à aplicação dos jogos em sala de aula, e que deve ser levado em conta pelo educador. No início se faz necessário que a criança sinta que aquele jogo ou brincadeira seja interessante para ela; nada de trazer o que ela já sabe, ou que seja pouco desafiador, como também aquilo que seja além do que ela possa aprender. O educando precisa sentir-se desafiado e estimulado com possibilidades da atividade ser concretizada com sucesso, contribuindo, portanto, ao fator da autoestima; outro elemento refere-se às condições ambientais, onde o espaço destinado ao uso dos jogos deve ser um lugar agradável em relação ao tamanho, limpeza, conservação, como também boa aparência do material utilizado pelas crianças, pois é fundamental para o sucesso no uso dos jogos, e por último, o aluno deve ser estimulado até para buscar seu próprio caminho no desenrolar do jogo, e que jamais o jogo ou brincadeira seja interrompido, ou seja, tenha começo, meio e fim.

Considerando esses elementos, vemos que os jogos podem tornar a aula bem mais atraente, trazendo ao professor seu papel de agente construtor de crescimento do estudante, em que eliminam o desinteresse e, portanto, a indisciplina.

Sabemos das problemáticas em que os docentes enfrentam em relação à aprendizagem de seus estudantes, e vemos a necessidade de se trabalhar o lúdico, uma vez que o jogo é essencial na vida da criança, pois se constitui em expressão e condição para seu desenvolvimento, de modo que, quando jogam, assimilam e podem transformar a realidade. Concluímos ainda que as atividades lúdicas ajudam as crianças a formar conceitos, relacionar ideias, estabelecer relações lógicas, desenvolver a expressão oral e corporal, reforçar as habilidades sociais, reduzir a agressividade, integrar-se na sociedade e construir seu próprio conhecimento. E com a gestão inserida com sua participação, há uma possibilidade de resgatar a disciplina em sala de aula.

2.6 Desenvolvendo a aprendizagem através do lúdico

Como já vimos antes, a brincadeira não é uma atividade exclusivamente da criança. Os adultos, no entanto, têm uma facilidade muito grande em associar a palavra brinquedo à criança. Quando os adultos brincam, o fazem para geralmente passar o tempo, ou ainda para gastar suas energias. Muitas vezes esta concepção de brincar é transmitida de forma que a criança passa a ser vista como um adulto em miniatura, que brinca apenas para gastar suas energias.

De acordo com Seber (1997, p. 52):

A pré-escola é só para brincar, mas quando as crianças forem para o primeiro ano... nada de brincadeira, porque vão precisar estudar. Alguns pais não consideram a pré-escola necessária à formação de seus filhos; acham que a brincadeira não contribui em nada para a aprendizagem, sendo somente uma atividade na qual as crianças gastam um pouco de energia.

Muitos de nós educadores, pais e familiares ainda pensamos assim, porém precisamos mudar, aperfeiçoando o conceito que temos sobre o brincar, uma vez que o jogo infantil vem sendo pesquisadas e constatadas suas contribuições para o desenvolvimento infantil, e podendo se estender para o fundamental. Através dessa atividade a criança aprende a agir em função da imagem de uma pessoa, de um objeto, ou de situações, que estão imediatamente presentes nos processos dinâmicos ligados à construção das estruturas cognitivas.

Contudo, precisamos lembrar que o brincar inserido a um projeto educativo, com objetivos e consciência da importância de sua ação em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, nos traz dados importantes sobre o desenvolvimento infantil e fundamental, pois mesmo sem intenção de aprender, quem brinca aprende, até porque se aprende a brincar. Como construção social, a brincadeira é atravessada pela aprendizagem, uma vez que os brinquedos e o ato de brincar, a um só tempo, contam a história da humanidade, e dela participam diretamente sendo algo aprendido, e não uma disposição inata do ser humano.

A associação do jogo à aprendizagem traz consigo o problema do direcionamento da brincadeira em termos de interatividade e produtividade. Brougère (2002, p. 10) sugere que:

A noção de educação infantil para pensar a relação entre jogo e educação sobre novas bases, embora admita que a oposição formal versus informal seja muito simplista. O autor explica a formalização como processo em que a intenção educativa pode tornar-se mais consciente ou mais explícita em certas situações até construir o objetivo principal de uma interação. É desse que Brougère chega à afirmação de que o jogo não é naturalmente educativo, mas torna-se educativo pelo processo de formalização educativa.

É assim que percebemos que as brincadeiras têm significados e que não é apenas um passatempo, mas que ocupam um espaço na esfera motora, cognitiva, afetiva e social, podendo-se afirmar que, se o brincar é um instrumento importante para o desenvolvimento da criança, é, portanto, vital na construção do conhecimento da criança.

Observamos durante o decorrer dos seis meses, que os jogos e brincadeiras que os professores da Educação Infantil ao 5º ano das duas escolas fonte de pesquisa Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas e o Clube de Assistência Nossa Senhora das Dores de Bezerras utilizam como instrumentos facilitadores do conhecimento ainda são poucos e solto em uma das escolas embora que a E1 mobiliza mais a parte lúdica do que a E2, porque na maioria das vezes, as atividades lúdicas são desenvolvidas com o fim único de propiciar a criança momentos agradáveis e felizes entre uma atividade curricular e outra, não há um planejamento pedagógico contento momentos lúdicos. Percebemos também através da observação que apesar das crianças poderem brincar explorando a sua espontaneidade, as consequências do ato de brincar passam despercebidas por alguns professores, por estabelecerem um momento estanque entre a hora de brincar e a hora de aprender.

Segundo Cunha (1998, p. 70), “A aprendizagem depende em grande parte da motivação: as necessidades e interesses das crianças são mais importantes que qualquer outra razão para que ela se ligue a uma atividade”. Como constatamos anteriormente, as brincadeiras fazem parte da vida do homem, de forma natural, e é brincando que a criança se desenvolve. Para Weiss (1997, p. 20), “As atividades da criança são essencialmente lúdicas e tem função primordial à descoberta do mundo que a rodeia: A criança se desenvolve brincando”.

Tivemos a oportunidade de perceber através desta pesquisa que as atividades lúdicas são desenvolvidas ainda de forma muito inibida, demonstrando, assim, um baixo nível de conhecimento dos seus efeitos, não apenas por parte dos pais e familiares, mas também dos educadores e da sociedade de forma geral.

Piaget afirma que o conhecimento implica numa série de estruturas construídas progressivamente através da contínua interação entre o sujeito e o meio social e físico. Essa interação é desenvolvida através das brincadeiras que as crianças participam, tanto na escola quanto em casa, ou em qualquer outro meio social. Portanto, o ambiente escolar deve ser estimulante e favorecer essa interação. Para que isso ocorra, deve estar fundamentado numa proposta de trabalho, que tenha características de processos dinâmicos ligados à construção das estruturas cognitivas. Partindo desse pressuposto, percebemos que as brincadeiras têm significados e que não é apenas um passatempo, mas que ocupam um espaço na esfera motora, afetiva, cognitiva e social. Pode-se afirmar, então, que através dos jogos não há somente o desenvolvimento da percepção de formas, cores, tamanhos, partes, mas sim a percepção de significados. Cada passo dado ou cada avanço provoca conflito, e conflito significa incentivo à solução e, conseqüentemente, à aprendizagem.

Toda vez que o professor oportunizar uma atividade lúdica, que conduza a criança do imaginário ao real, está proporcionando a ela o desenvolvimento próprio, pessoal e único do seu pensamento abstrato. É nessa perspectiva que situo e destaco o uso de jogos, pois, ultimamente vêm ganhando espaço dentro de nossas escolas numa tentativa de trazer o lúdico para dentro da sala de aula. A pretensão da maioria dos professores com a sua utilização é a de tornar as aulas mais agradáveis com o intuito de fazer com que a aprendizagem torne-se algo fascinante. Além disso, as atividades lúdicas podem ser consideradas como uma estratégia de tentar minimizar a indisciplina em sala de aula, que poderá estimular o raciocínio, levando o estudante, a saber, enfrentar situações conflitantes relacionadas com o seu cotidiano.

2.6.1 Professor, mediador diante das brincadeiras

Quando falamos em professor hoje, não estamos mais nos referindo a uma pessoa dotada de todos os conhecimentos, em que seus estudantes devem prestar toda reverência e respeito, por ser dono do saber. Hoje nos deparamos com o professor-mediador, pessoa que contribui para que o estudante conquiste conhecimento.

Sendo assim, educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, ou seja, aquele que o professor considera o mais correto, mas ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. Possibilitando, assim, a aquisição de conhecimentos e de uma aprendizagem inovadora e libertadora. É oferecer meio para que a criança possa escolher, entre os muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo, e a com as circunstâncias adversas que cada um possa encontrar. Educar é preparar para a vida.

Independente de época, cultura e classe social, os jogos e brinquedos fazem parte da vida da criança, pois elas vivem num mundo de fantasia, de encantamento, de alegria, de sonhos, onde a realidade o faz de conta se confundem. A criança apresenta um comportamento que denota muita seriedade diante de seus jogos e brincadeiras. Para nós adultos, talvez uma simples atitude de telefonar com um controle de televisão não represente algo significativo e não tenha muito valor, porém aos olhos de uma criança não se processa da mesma forma.

O jogo está na gênese do pensamento, na descoberta de si mesmo, da possibilidade de experimentar, de criar e de transformar o mundo. No momento em que as crianças brincam, conseguem transferir e explorar situações do mundo adulto para o seu mundo infantil, tentando compreendê-lo ao seu modo. Através da manipulação e do contato com um objeto ao qual a criança atribui vários significados, elas conseguem viver momentos ausentes de forma muito real.

Segundo a concepção de Santa Marli (2002, p. 11):

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para sua boa saúde mental, prepara para

um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

De acordo com Friedman (1996, p. 71), “O professor que inclui o jogo no currículo, incentiva a criatividade”. Logo, a formação lúdica possibilita ao educador conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades e limitações, desbloquear suas resistências, e ter uma visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto.

Para que os mesmos tenham uma dimensão lúdica no homem, faz-se necessário que eles joguem, para que perceba a importância e a necessidade das atividades lúdicas como ingrediente constante da disciplina; como devem também encontrar meios de registrar e arquivar jogos, materiais a partir dos objetivos, e condições em que são realizados.

A abordagem precisa do lúdico, que consiste em momentos de sensibilidade para o professor, para que possa existir uma interiorização e um reencontro com sua própria infância, e nela localizando o brincar.

Cada vez mais as pedagogias progressistas professam a tese de que é possível aprender brincando, ou pelo menos fazê-lo de forma prazerosa. O que frequentemente culmina na ludicidade. Resgatando o prazer de aprender o jogo na Educação, concorre para o sucesso escolar, convertendo-se em importante mecanismo de inclusão social, na soma de esforços para transformar a escola.

Os professores devem estimular crianças à prática de jogos, incentivando-os, e criando junto com elas um ambiente propício para sua realização, como também estimular a construção de brinquedos artesanais, criados pelas próprias crianças, e ainda acompanhá-las para conhecê-las melhor. É, então, do professor, a função e dever de buscar e estimular as crianças para o desenvolvimento, a partir das vivências nas brincadeiras que as mesmas lhes proporcionam, e da forma que são exploradas.

O compromisso com a dimensão lúdica do homem — que aqui atende pelo nome de jogo — exige aprofundamento por ser aspecto importante na formação da criança. Portanto, o lúdico deve fazer parte não só enquanto prática de ensino, mas principalmente como concepção de Educação. O educador atendendo a esta

questão busca incessantemente formas de educar sem massificar, sem tornar a vivência escolar como um trauma para a criança, nessa tentativa é preciso buscar motivação nas experiências que o aluno traz de casa.

Sendo assim, trabalhar o lúdico viabiliza caminhos para uma aprendizagem inovadora e revolucionária num processo de interação sócio-construtivista.

2.6.2 O brincar e sua função na intervenção em sala de aula

A razão pelo interesse da pesquisa sobre o que dizem os psicopedagogos referentes à função do brincar na intervenção pedagógica nas Escolas do Município de Bezerros foi decorrente da necessidade de conhecer, de forma mais aprofundada, o fenômeno, para a partir de então intervir nessa realidade, ou seja, na sala de aula juntamente com o educador.

A pesquisa científica em questão surgiu através da necessidade de analisarem as contribuições que as atividades lúdico-pedagógicas podem oferecer para os trabalhos de intervenção pedagógica. A importância da referida pesquisa reside em viabilizar uma análise voltada ao ambiente de aprendizagem, focalizando a temática lúdica, como um meio de intervenção nas circunstâncias que possam ocorrer nos procedimentos de ensino-aprendizagem, e ajudar o educador a trabalhar com o lúdico, criando expectativa de novos conhecimentos.

A importância desse projeto favoreceu o campo de trabalho, e o papel que os professores desempenharam nas escolas são pontos que compõem esta pesquisa, além da discussão dos conhecimentos multidisciplinares, que os professores devem ter para uma maior compreensão do processo de aprendizagem humana, favorecendo a metodologia adequada para o desenvolvimento de suas intervenções em sala de aula.

A Pesquisadora compromete-se, primordialmente, com o sistema educativo, no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem, buscando levar o estudante a integrar-se, trazendo do próprio Projeto Político Pedagógico uma ação significativa e pedagógica e respeitando cada individualidade e limites. A presente pesquisa propõe verificar a opinião dos professores da Rede Municipal de Educação do

Município de Bezerros na referidas Escolas Maria de Lourdes chagas e Clube de Assistência Social nossa Senhora das Dores. Em relação à relevância da utilização das brincadeiras nos projetos de intervenção no contexto escolar, abordando a brincadeira como um instrumento facilitador na intervenção, aplicada aos estudantes, que apresentam dificuldades na aprendizagem e no comportamento.

Oliveira (1993) afirma que “Vygotsky trabalha com o brinquedo e que, para ele, o brincar é também um domínio da atividade infantil que estabelece claras relações com o desenvolvimento”. A autora dá continuidade apresentando que:

Comparada com a situação escolar, a situação da brincadeira parece pouco estruturada, e sem uma função explícita na promoção de processos de desenvolvimento proximal na criança, tendo enorme influência em seu desenvolvimento. (Oliveira, 1993, p.65-66).

Especificamente, Vygotsky aponta a importância do brincar como auxiliar no desenvolvimento, focando a brincadeira de faz de conta. Para comprovar essa concepção, Oliveira (1993), em seu livro, descreve o seguinte trecho:

Quando Vygotsky discute o papel do brinquedo, refere-se estritamente à brincadeira de faz de conta, como o brincar de casinha, brincar de escolinha, brincar com um cabo de vassoura como se fosse um cavalo. Faz referência a outros tipos de brinquedo, mas a brincadeira de faz de conta é privilegiada em sua discussão sobre o papel do brinquedo no desenvolvimento. (Oliveira, 1993, p.66).

Ribeiro ETal. (2004) esclarece que, para Vygotsky, o brincar promove uma Zona do desenvolvimento Proximal, pois é nesse momento lúdico, que a criança comporta-se num nível que ultrapassa aquele a que já habituada, acarretando vantagens para os aspectos sociais, cognitivos e afetivos.

Winnicott (apud Maluf, 2005, p. 20) faz colocações fundamentais acerca do brincar. Dentre elas a autora cita: “*As crianças têm prazer em todas as experiências de brincadeiras física e emocional*”. A autora dá continuidade apontando alguns aspectos relevantes à função do brincar, defendido por Winnicott, como a organização para iniciação das relações emocionais, encaminhando o desenvolvimento de contatos sociais; o domínio das angústias; a evolução da personalidade infantil; entre outros pontos necessários para a maturação da criança.

A partir dos resultados da investigação, pôde-se perceber que para os professores pesquisados, a brincadeira se torna uma forma de interação e socialização prazerosa, que proporciona a troca de conhecimentos de modo espontâneo e necessário no processo de ensino.

Os especialistas abordados pontuam que as brincadeiras proporcionam um rendimento favorável ao desenvolvimento desse processo, pois as crianças interagem e aprendem de forma natural e divertida, sem as pressões de um ambiente estranho, podendo externalizar o que as incomoda, quebrando as barreiras de forma espontânea.

Dessa maneira, a concepção do brincar reflete-se em sua prática e, conseqüentemente, esta prática reflete resultados positivos em seu trabalho. Assim, faz-se importante integrar a brincadeira ao processo de investigação, o que supõe intencionalidade, objetivos e consciência da relevância dessa ação em relação ao processo de busca de conhecimento, a uma aprendizagem significativa.

A análise da relevância das brincadeiras nos remete a melhor refletir sobre a condição do graduado em pedagogia, que busca sanar os empecilhos, que se situam nos rumos do aprender dos estudantes. Acreditamos no grande valor que o brincar propicia às intervenções pedagógicas, e ressaltamos ser necessário que todos os professores tenham essa concepção, para que possam contribuir no processo de aprendizagem, tornando-se mediadores nos conhecimentos dos estudantes.

2.6.3 Hipótese

A implementação de uma proposta política pedagógica baseada em capacitação lúdica resulta na melhoria da aprendizagem e contribui para que uma gestão democrática possa ser colocada em prática através de projeto pedagógico no Ensino Fundamental I.

2.6.4 Variáveis

- a) Variável Independente: Implementação de uma proposta política pedagógica baseada em capacitação lúdica e intervenção em sala de aula.
- b) Variável Dependente: Melhoria na aprendizagem e reduzir a falta de competência de uma gestão escolar.

2.6.5 Operacionalização das variáveis

Variáveis	Dimensões	Indicadores
<ul style="list-style-type: none"> • Obrigatoriedade da construção do Projeto Político Pedagógico nas Escolas Públicas; • Funcionalidade e apropriação da competência administrativa da escola; • Implementação de uma proposta política pedagógica baseada em capacitação lúdica; • Melhoria da aprendizagem e redução de gestores sem competência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprimento da lei; • Organização pedagógica; • Conceito de lúdico; • Métodos e estratégias de aprendizagem; • Nível elevado de interatividade; • Conceito de proposta política pedagógica; • Qualidade da aprendizagem; • Índice da aprovação; • Índice de evasão escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento da lei Nº 9.394/96; • Adequação do currículo e habilitação de professores; • Conhecimentos dos diferentes processos de aquisição de um projeto Político Pedagógico; • Identificação da capacidade de coloca-lo na prática; • Grau de aceitabilidade da comunidade escolar; • Participação efetiva da comunidade dirigente; • Apresentação de estratégias de aprendizagem baseada em projeto pedagógico interagindo o lúdico na sala de aula; • Definição do conceito de proposta pedagógica e de um Projeto político pedagógico; • Construção de um Projeto Político Pedagógico dentro de uma gestão democrática.

Tabela 2. Variáveis dependentes e independentes

CAPÍTULO III – MARCO METODOLÓGICO

O presente capítulo apresenta a seguinte estrutura: inicialmente é descrito o universo da pesquisa, juntamente com os instrumentos de coleta de dados selecionados. A partir daí, apresenta as etapas da observação e da entrevista e as atividades desenvolvidas durante a proposta pedagógica trabalhada nas capacitações para se fazer o Projeto Político Pedagógico de cada escola e em seguida desenvolvermos um projeto pedagógico em sala de aula retirado das ações do Projeto Político Pedagógico. Em seguida, são relatados os dados coletados durante todo o processo de observação e de entrevista com todos que fazem a equipe gestora das referidas escolas, bem como as dificuldades encontradas e, por fim, são apresentados os resultados da interpretação dos dados coletados.

3.1 Enfoque e níveis de investigação

O presente trabalho se desenvolverá a partir do enfoque quantitativo – qualitativo buscando levantar o maior número possível de entrevistados para que se obtenham caminhos para realizar a construção do projeto político pedagógico e de que maneira possamos colocá-lo em prática suas ações e metas e sentirmos um grau de maior ou menor aceitação por parte de todos que fazem a escola.

A investigação será participativa com o objetivo de conseguir uma adequada interpretação dos dados. Como estratégia de conhecimento do campo de pesquisa foi utilizada um questionário para professores, gestores, coordenadores, serviços gerais e equipe administrativas e estudantes constando de perguntas relacionadas a aspectos pessoais de identificação (sexo, idade, e indagação sobre a importância do Projeto Político Pedagógico, etc.) e outras relacionadas diretamente à família, grau de identificação de rendas e com o conhecimento do Projeto Político Pedagógico, através de recursos pedagógicos utilizados, etc. que consta no anexo deste trabalho.

De acordo com André e Lüdke (1986), a observação é usada como principal método de investigação e possibilita uma interação pessoal e estreita do pesquisador com o fenômeno pesquisado. A observação é a experiência direta que permite ao observador aproximar-se da “perspectiva dos sujeitos”, um importante alvo na abordagem qualitativa. Para Mendonça et al (2003), a observação caracteriza-se pelo contato mais direto com a realidade e é utilizada para obter informações sobre determinados aspectos da realidade estudada. Optamos por uma observação sistemática, ou seja, uma observação que há planejamento e controle previamente elaborados.

3.2. Área de estudo

A pesquisa se desenvolverá na cidade de Bezerros, estado de Pernambuco, Brasil. A cidade está localizada a 100 km da capital do estado, tendo uma população média, na zona urbana (alvo da pesquisa) de 50 mil habitantes, que vive basicamente da agricultura e do comércio. Ao todo são cinco escolas da rede pública estadual que oferecem o Ensino Médio, e quarenta e nove sendo da esfera municipal cuja competência limita-se à Educação Infantil e Ensino Fundamental.

3.3 Universo

As duas escolas municipais escolhidas pela pesquisadora oferecem a Educação infantil e o Ensino Fundamental I em diferentes turnos. O quadro abaixo indica o universo desta pesquisa:

Escolas	Turmas / Turnos	Nº de Alunos	Nº de Professores
Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores	6 turmas – manhã	157 alunos	06
	6 turmas – tarde	143 alunos	06
Escola Maria de Lourdes Chagas	3 turmas – tarde	66 alunos	03

Tabela 3. Universo da pesquisa: detalhamento das escolas, turmas, alunos e professores.

3.4 Amostra

Visto que, a escola apresentando uma falta de experiência em fazer o Projeto Político Pedagógico e em colocá-lo em prática foi escolhida como universo desta pesquisa. Houve a participação de todos os funcionários na formação do projeto e a intervenção pedagógica nas turmas no Projeto Pedagógico procurando atender as necessidades dos estudantes no teor das dificuldades em Matemática e em Língua Portuguesa, catorze salas de aulas de Educação Infantil (pré-escolar) e ao Ensino Fundamental (1º ano ao 5º ano) em duas escolas da rede pública municipal da cidade de Bezerros (cidade natal da pesquisadora) no Estado de Pernambuco – Brasil num total de 366 estudantes e observadas as metodologias e estratégias de catorze professoras distintas.

A investigação acontecerá em duas das 49 escolas existentes na cidade e abrangerá um total de catorze turmas do Pré Escolar ao 5º ano do Ensino Fundamental I e quinze diferentes professoras, sendo duas escolas, uma com 66 estudantes e a outra com 300 estudantes.

São analisadas neste trabalho a formação e a aceitação dos funcionários na organização do Projeto Político Pedagógico trazendo para sala de aula metas a ser realizado através dos professores das escolas em pesquisa um projeto de Matemática e um de Português com o apoio das catorze professoras das referidas escolas. Para justamente atender uma das necessidades dos estudantes em pesquisa procurando traçar o perfil de entrada e saída que pela primeira vez participam de uma construção coletiva do Projeto Político Pedagógico.

Escolas	Turmas / Turnos	Nº de Alunos	Nº de Professores
Clube de Assistência Nossa Senhora das Dores	Pré A - manhã	25 estudantes	01
	1º ano A - manhã	31 estudantes	01
	2º ano A - manhã	19 estudantes	01
	3º ano A - manhã	29 estudantes	01
	4º ano A - manhã	32 estudantes	01
	5º ano A - manhã	21 estudantes	01
	1º ano B – tarde	20 estudantes	01
	2º ano B – tarde	24 estudantes	01
	3º ano B – tarde	23 estudantes	01
	Se Liga	22 estudantes	01
	4º ano B – tarde	32 estudantes	01
	5º ano B - tarde	22 estudantes	01
Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas	Pré I e II – tarde	04 estudantes	01
	1º ano A – tarde	17 estudantes	01
	2º ano A – tarde	11 estudantes	01
	3º ano A – tarde	09 estudantes	Multisseriada
	4º ano A – tarde	17 estudantes	
	5º ano A - tarde	09 estudantes	

Tabela 4. Amostra das escolas e turmas selecionadas para pesquisa.

3.5 Unidade de amostra

As duas escolas municipais da cidade por oferecerem diversidade de turmas e professores. Aqui será identificada a falta de conhecimento pedagógico referente ao projeto político.

3.6 Unidade de análise

Cada um dos 366 estudantes e quinze professores que integram a amostra. Aqui serão identificadas as turmas como sendo: E1 com as turmas de A até a letra M e da E 2 com as turmas de A a C. E as professoras recebem também referência alfanumérica: P1 para as turmas da E1 respectivamente e P2 para as turmas da E2.

3.7 Técnica e instrumentos de coleta de dados

- **A Observação:** Aconteceu durante a visita nas escolas e nas salas de aulas do ensino fundamental I, a partir da metodologia utilizada pelo professor, material selecionado para as aulas, interação professor x aluno / aluno x aluno, os trabalhos produzidos pelos estudantes após cada atividade realizada e a falta de segmento de um Projeto Político Pedagógico.
- **As Entrevistas:** tiveram por objetivo conhecer o perfil dos estudantes professores, gestor, auxiliares administrativos, secretário, serviços gerais e a família. Foram entregues em forma impressa constando de nove perguntas para os estudantes, dez para os professores, dez para gestor e coordenador, oito para auxiliar administrativo, secretário e serviços gerais e nove para família.
- **Os Questionários:** foram especialmente elaborados para todos que fazem a equipe dirigente da escola, estudantes e família e aplicados para coleta de informações objetivando identificar as diferentes compreensões sobre o projeto político pedagógico e sua prática e tentar entender o nível de aceitação em construir um projeto de qualidade total com a participação de todos em forma de capacitação.

3.8 Prova piloto

Para constatar a eficiência do questionário aplicamos previamente com todos os docentes e todos os estudantes presentes de cada sala de aula, atentando para as dificuldades encontradas no transcorrer da aplicação fazendo em seguida os ajustes adequados.

3.9 Procedimentos

Foi solicitada com antecedência permissão a Secretaria Municipal de Educação do Município de Bezerros-PE e em seguida as gestoras de ambas as escolas selecionadas através de um telefonema da própria Secretaria Municipal de Educação e posteriormente nos apresentamos às professoras e solicitamos sua permissão para elaboração do projeto político pedagógico com todos que fazem a escola e acompanhar uma das ações retirada do projeto para ser colocado em prática em sala de aula através de dois projetos pedagógico em duas áreas afins Português e Matemática.

Em sala de aula nos identificamos para os estudantes e apresentamos o motivo da nossa participação nas aulas e a partir daquele momento ativar nossa proposta lúdica com uma qualidade total e democrática.

3.10 Plano de análise dos dados

Os dados resultantes das informações quantitativas se apresentam em tabelas e gráficos estatísticos.

3.11 Considerações éticas

Os questionários se responderam anonimamente e com identificação e as análises de fragmentos dos diálogos e atitudes dos estudantes e docentes em sala estão registradas em forma de gráficos os seus percentuais.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Resultado e discussão

O levantamento da falta de conhecimento sobre o projeto político pedagógico realizado neste estudo chama a atenção para duas questões fundamentais: 1) o papel do gestor enquanto corresponsável pelo seu processo de conhecimento empírico sobre o projeto; e 2) a importância de todos os funcionários e comunidade fazer o projeto político pedagógico dentro de uma gestão democrática e participativa de um conhecimento prático, empírico e teórico, aliados à utilização de recursos de multimeios para facilitar o processo de construção. No primeiro caso, destaca-se a importância do gestor conhecer um projeto político pedagógico e procurar entender e desenvolver a capacidade de programá-las nas mais variadas situações a fim de aperfeiçoar o desenvolvimento da competência de colocar em prática o projeto. No segundo, são discutidas as possíveis relações entre o contexto de construir seu próprio projeto político pedagógico que no qual não estava feito por falta de conhecimento e com a ajuda da pesquisadora foi possível fazê-lo e colocar uma ação em prática. Nesse sentido, o projeto político pedagógico será um projeto de muita importância para o desenvolvimento da escola e passa a ser concebidas sob uma perspectiva sóciointeracionista na qual vários fatores vão influenciar sua implementação e, conseqüentemente, a aprendizagem dos estudantes será mais intensificada e qualificada.

Embora os estudantes envolvidos neste estudo já tenham tido contato com projeto pedagógico e não político o conhecimento nesta primeira fase de sua escolaridade (Ensino Fundamental), conforme comprova o questionário aplicado no início da investigação houve um percentual favorável à pesquisa em termo de não conhecimento sobre projeto político pedagógico, nesta segunda fase eles se deparam com a construção e os mesmos participando que para eles é novo. Dessa forma, de acordo com os dados levantados, notamos que o conhecimento sobre o

projeto é, ainda, muito restrito e sua apropriação na prática, também é bastante deficiente.

Inicialmente com base na construção do projeto político pedagógico foi possível compreender a falta de participação e conhecimento no tipo de questionário aplicado para os estudantes e estabeleceu um paralelo entre as quinze turmas fazendo com que dois estudantes representassem e se sentisse coparticipativo da construção. E, embora as duas escolas vivenciem situações curriculares distintas, houve certa semelhança nas respostas dadas pelos estudantes o que acaba por indicar certo nivelamento na base educacional, ou seja, apresentam características similares em sua base de formação acadêmica.

No entanto, especialmente os estudantes que apresentam maiores dificuldades na aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática parecem necessitar de uma orientação e de uma prática pedagógica que chegue a predominar o lúdico em sala de aula.

Dessa forma, a presente pesquisa parece indicar que muitos estudantes não tem conhecimento que é preciso se ter na escola um projeto político pedagógico que deverá ser uma fonte existente, isso não chega a ser espantoso tendo em vista o nível escolar em que estão inseridos (Educação Básica), pois, até mesmo os professores não tinham conhecimento, só passaram a ter conhecimento do que era um projeto depois da graduação e a prática das escolas na qual trabalhava era apenas projeto pedagógico e não havia cobrança.

Depois do trabalho com a pesquisadora se sentiram seres coparticipantes de um projeto tão importante para escola, foi gratificante todos participando e opinando para que o trabalho aconteça com mais segurança e planejamento.

4.2 Processo de análise e interpretação dos dados

No decorrer desta pesquisa os seguintes procedimentos de análise foram adotados:

- a) Entrega dos questionários para professores, gestor, coordenador, auxiliar administrativos, secretário, estudantes e o pessoal do bem-estar com o objetivo de levantar informações básicas sobre os sujeitos;
- b) Acompanhamento das aulas sem ter um projeto político pedagógico;
- c) Construção do Projeto Político Pedagógico com todos que fazem a escola e representação do conselho escolar;
- d) Aplicação do projeto pedagógico com ações do projeto em Língua Portuguesa e Matemática;
- e) Acompanhamento sistemático de alguns alunos durante o desenvolvimento de atividades propostas pelas professoras;
- f) Xerox do Projeto Político Pedagógico e do pedagógico com as ações a serem desenvolvidas durante a pesquisa;
- g) Textos e exercícios propostos no projeto e utilizados nas aulas para análise do grau de dificuldade e empenho dos estudantes em sua resolução.

Inicialmente os questionários foram recolhidos e os dados condensados para compor os números presentes nos gráficos deste trabalho. As transcrições foram revisadas e repetidas vezes para melhor identificar a falta de projeto pedagógico e de seu conhecimento nas aulas e a utilização dos multimeios como ferramentas para melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Quanto à interpretação dos dados os procedimentos foram:

- Levantamento das atividades pedagógicas mais utilizadas durante sua realização;
- Relação entre a aplicação dos questionários e sua eficácia na competência comunicativa;
- Análise das possíveis influências do contexto social, estrutura física e organização curricular das escolas nos questionários implementados pelos estudantes;

- Identificação das possíveis influências da formação e experiência docente na utilização dos recursos de multimeios e nas atividades propostas adotadas.

Após todo esse procedimento os dados foram tabulados e então foi possível a comprovação das atividades mais utilizadas, sua produtividade em termos comunicativos, apropriação do conhecimento sobre o projeto e, como não poderia deixar de ser, análise da postura das professoras e o grau de influência dos recursos utilizados na apropriação cognitiva da construção do Projeto Político Pedagógico.

As doze turmas da E1 (turmas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, I e M), turmas embora integrantes do mesmo espaço físico e da mesma filosofia educacional apresentam dados distintos, resultado incontestável das metodologias diferenciadas utilizada pelas professoras. Notou-se um grau maior de autonomia dos Estudantes nas escolhas e aplicações das atividades pedagógicas. No entanto, na E2 (turmas A, B e C) as diferenças foram ainda mais acentuadas, não pela diferenciação nas metodologias utilizadas pelas professoras, e sim pelos estudantes, de participarem e viverem em turmas multisseriadas que apresentavam pouco interesse na realização das atividades pedagógicas por apresentarem comportamentos e aprendizagem diferenciados. Maiores detalhes serão abordados no próximo capítulo.

A informação coletada se apresenta em tabelas simples e gráficos de percentuais, os quais refletem os resultados da pesquisa aplicada dos estudantes a todos que fazem a escola na sua construção. O nível de análise que se utilizou para confrontar os resultados obtidos a cada variável é interpretativo.

A análise dos resultados que se apresenta a seguir se estrutura mediante um projeto pedagógico que corresponde aos itens de cada indicador do instrumento e logo se faz a apresentação em porcentagem, de forma ordenada e sequencial.

4.3 Análise dos sujeitos

De acordo com a Pesquisa sobre o trabalho realizado na escola, foi entrevistada a gestora, educadores, onde a fala era sobrecomum, falando que o

papel dos dirigentes de Escolas foi historicamente exercido com um foco muito maior para as questões administrativas, materiais e financeiras, e para os problemas recorrentes da gestão da atividade de serviços educacionais; no entanto, na instituição é adotada a gestão participativa, otimizando todo o processo pedagógico da Escola.

Nossa gestão compromete-se em romper com os padrões ultrapassados, as marcas do autoritarismo, com a dicotomia teoria x prática, visualizando a Escola como o lócus privilegiado para a formação integral do ser humano e para o avanço do conhecimento, assumindo inclusive um novo perfil no atual contexto sócio político educacional. Ao adotar esta prática, estamos priorizando uma melhor contínua de atuação dos professores, possibilitando a real efetivação da qualidade do ensino oferecido pela escola.

Nos últimos anos foi implantado o PDE (Plano de Desenvolvimento Educacional) na Instituição, que tem como objetivo melhorar o processo ensino aprendizagem, procurando reduzir o índice geral de reprovação dos alunos de 1º ano ao 5º ano. Combinadas estas ações a problemática foi parcialmente solucionada. *“Há 1 ano e meio as duas gestoras fazem parte do quadro de gestores do Município de Bezerras, a contribuição para o fortalecimento das ações escolares está numa participação, e esta participação, é ainda um instrumento de autonomia da escola que deve garantir o envolvimento da comunidade escolar, educadores, pais e funcionários, na construção do propósito educativo comum consubstanciando-se na proposta política pedagógica da escola”.*

De acordo com o tema da pesquisadora, Gestão Democrática: Projeto Político Pedagógico Desafiando Para Uma Qualidade Total na Gestão Escolar Pública do Ensino Fundamental I. Entra no período de transição, pois somos herdeiros de gestões tecnicistas, e como na educação tudo consiste num processo gradativo. Estamos tentando romper velhos paradigmas. A forma que a Escola deve enfrentar os conflitos existentes e que nossas instituições estão repletas de escolares que pertencem à outra geração, e nós como profissionais de educação temos o dever de nos capacitar para trabalhar com tais dificuldades. “As escolas não existem para serem administradas ou inspecionadas, elas existem para que as crianças aprendam”. (Silva Júnior, 1997, p.18).

Na escola a qual sou gestora, tenho o cuidado de declinar o ideal a ser atingido, integrando os departamentos existentes. Portanto, para ser um bom líder, é preciso que o trabalho pedagógico tome um rumo amplo, em seu caráter de organização de unidades e de sistemas escolares, relacionados à questão da administração da educação, desdobra-se evidentemente em complexidade; no entanto, o gestor deve trabalhar com parcerias transparência, e acima de tudo, possibilitar momentos de reflexão de seus atos. Concluindo com o depoimento de educadores.

E como educadores que somos, vejo que o nosso é muito participativo, porque existe uma gestão democrática onde a mesma deixou a vontade de opinar e criar conhecimentos junto com a comunidade, nos sentimos felizes por fazer parte desta instituição, e terminamos com a sabedoria de Paulo Freire: “A Democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas como reflexão e prática”.

O maior desafio do gestor hoje é conseguir transformar a escola em ambiente prazeroso, de forma que o estudante e os demais funcionários sintam-se atraído e fisgado pela vontade de querer aprender, querer marcar presença no cotidiano escolar. Tarefa difícil para o gestor e para os professores, uma vez que o mundo lá fora é muito mais alegre, atraente e convidativo.

A experiência vivenciada pela pesquisadora procurou, através de questionamentos e de atividades lúdicas, apontar caminhos para que a escola realmente torne-se cada vez mais no perfil de uma Gestão Democrática. Além de aproximá-lo do mundo real, do dia-a-dia de cada um, modificando consideravelmente o comportamento de alguns da equipe e da comunidade educativa que muitas vezes são resistentes, alguns se apresentavam apáticos e desmotivados; a colocarem em práticas os projetos pedagógicos e a partir dos questionamentos e das atividades lúdicas apresentadas os mesmo sentissem o gosto pelos conteúdos escolares. Atividades Pedagógicas realizadas com alunos da Pré-Escola ao 5º ano / 9.

PROJETO DE MATEMÁTICA: APRENDENDO BRINCAR E JOGAR COM A MATEMÁTICA

1. Quebra-cabeça usando as operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão;
2. Trabalhando com rótulos na pré-escola;
3. Confeccionando um bingo envolvendo adição e subtração;
4. Poesia Enigmática;
5. Trilha da matemática – questão de lógica;
6. Teatro infantil com os professores.

PROJETO DE PORTUGUÊS: PROJETO DE LEITURA: MINHA ESCOLA LÊ

1. Sacola da leitura em família;
2. Confecção de Maquete com Histórias Infantis;
3. O toque da leitura;
4. A hora do conto com a pesquisadora e os alunos do 5º ano;
5. Dramatização de Fábulas;
6. Quebra-cabeça de palavras, frases e textos folclóricos;
7. Interpretação de texto na pré-escola.

Mostramos a importância dos projetos, e de imediato demonstraram interesse de colocá-lo em prática, sentimos o quanto foi relevante para a equipe e para os estudantes.

Foi aplicado um questionário aos alunos (**Anexo 1**) composto por oito perguntas abertas e duas fechadas relacionadas às disciplinas em sala de aula.

Também foram entregues questionários (**Anexos 2, 3, 4 e 5**) aos professores, a família, ao gestor e ao coordenador, com sete perguntas abertas e duas fechadas. Neste caso, foi solicitado aos entrevistados que avaliassem sob a aprendizagem dos estudantes e a importância de se ter um projeto político pedagógico.

Os dados coletados foram graficamente apresentados na forma quantitativa e qualitativa, e posteriormente, feita às devidas análises.

“O método quantitativo representa, a princípio, a intenção de garantir a precisão nos resultados, evitar distorção de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências”. Richardson (1999, p. 70).

“A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada para entender a natureza de fenômeno pedagógico e social”. Richardson (1999, p. 79).

As duas escolas, embora pertencentes à mesma rede de ensino, apresentam características bem distintas. Com relação à estrutura física, ambas apresentam diferenciação nos espaços. As salas de aula são adequadas para turmas de até 40 alunos, possuem boa iluminação e ventilação. Os recursos tecnológicos e de multimeios está disponíveis apenas em uma na outra por conta do espaço fica a desejar, contando, inclusive, com laboratório de informática, biblioteca e outros espaços educativos apenas em uma das escolas. A grande diferença está na organização administrativa e pedagógica e a falta de um projeto político pedagógico. Pois, uma da gestora deixa claro que: *“O projeto engavetado ou a não prática do mesmo, toda comunidade educativa se prejudica e claro incomparavelmente nossas crianças. Nessa nova organização o nosso PPP será de fato como deve ser”*.

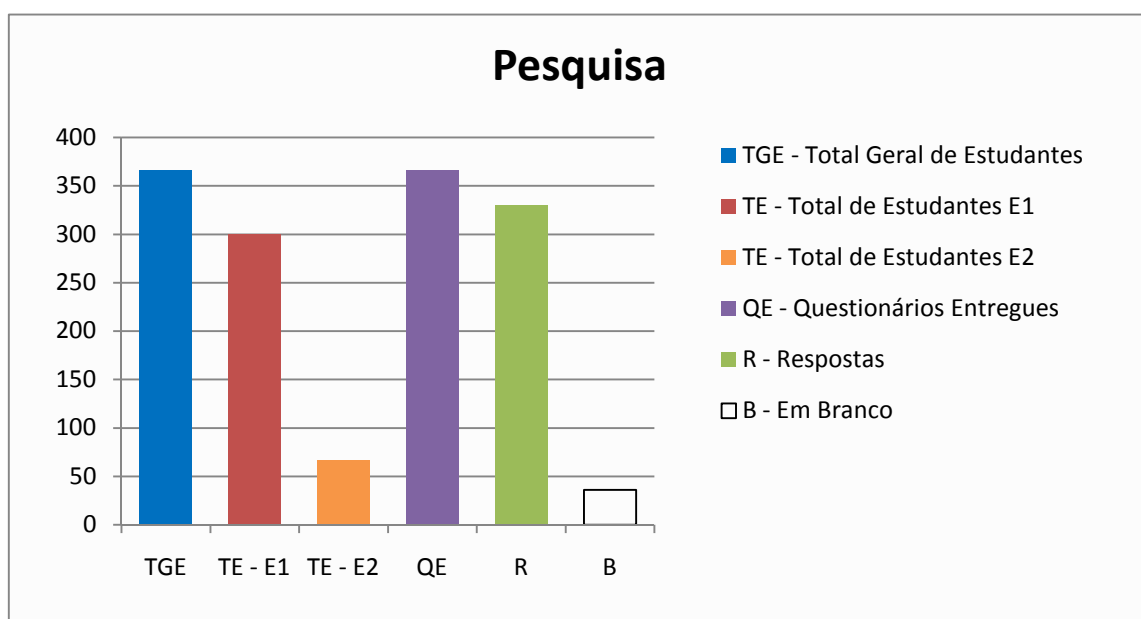
Quanto ao perfil das professoras, conforme entrevistas realizadas com cada uma no início da investigação destacaram o seguinte: na E1 e na E2 ambas as professoras pertencem ao quadro efetivo e contrato da rede municipal. A professora mais antiga na escola, que identificamos como P1, tem graduação em Pedagogia com habilitação em administração escolar e as demais tem pós-graduação em psicopedagogia dentro de área e todas possui a graduação em pedagogia. Mais ficou claro que não a conhecia o projeto político pedagógico de fato só conhecia o mais simples o projeto pedagógico. Uma educadora deixa claro que: “Uma equipe dirigente é um agente importante no processo de construção e direcionamento, na liderança do projeto o diretor é o líder. Ele que estabelece confiança e delegam as tarefas em sintonias com o coletivo, professor, coordenador, funcionário, os pais representantes dos estudantes.” Chegamos a concluir que devemos elaborar um projeto que contenha estratégias onde todos possam está ativos visando elaborar

metas e ações buscando para a escola um trabalho pedagógico que apresente uma qualidade total.

Os resultados foram apresentados e quantificados em 17 gráficos e também de forma qualitativa e quantitativa em algumas abordagens contempladas no questionário.

Os primeiros três gráficos mostram os números da pesquisa.

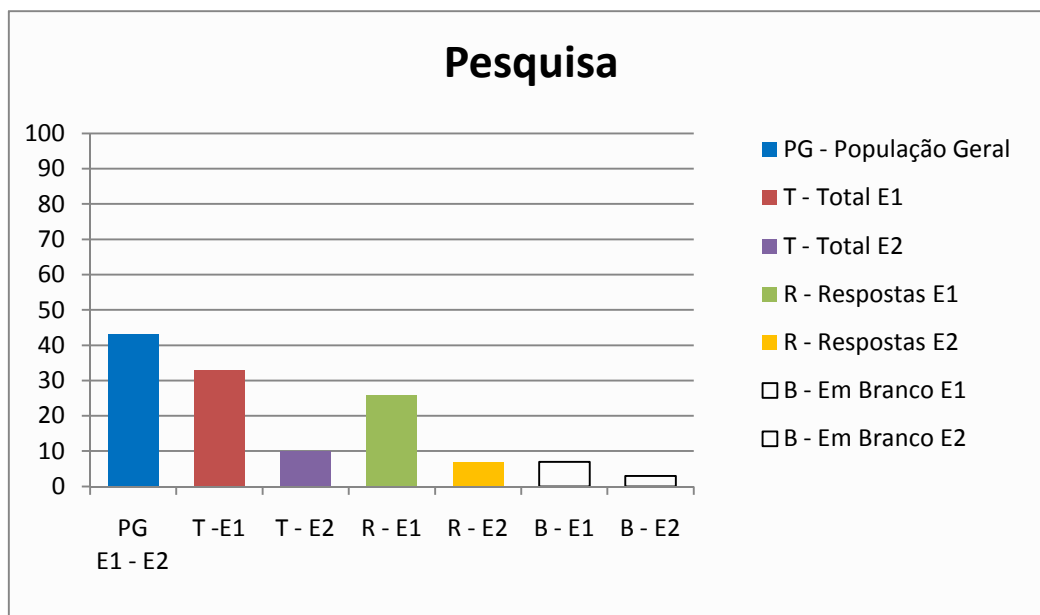
Gráfico 1. Números de pesquisa – estudante



Fonte: Primária, 2014

A amostra contemplou uma população de 366 estudantes, conforme já descrito no Marco Metodológico. Destes 300 são da E1 e 66 da E2. Foram entregues 366 questionários e recebemos 330 respondidos no total, sendo 36 em branco porque não demonstraram interesse em respondê-lo.

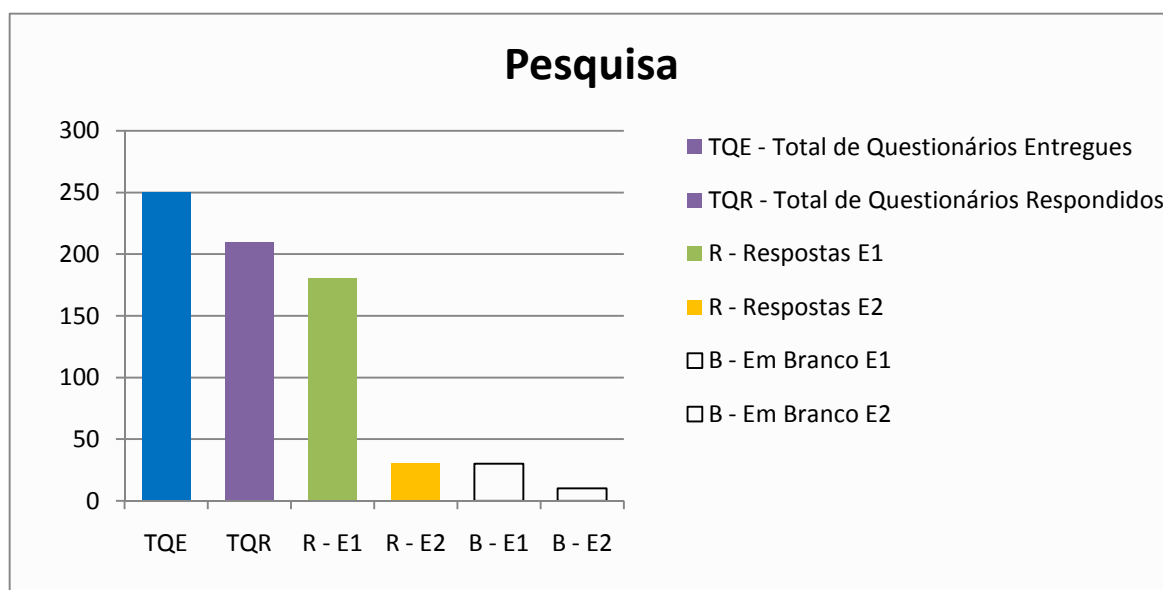
Gráfico 2. Números de pesquisa – funcionários



Fonte: Primária, 2014

A amostra contemplou uma população geral de 43 funcionários, divididos em 33 funcionários da E1 e 10 da E2. Destes 26 responderam da E1 e apenas 7 da E2. Entretanto, 7 funcionários da E1 deixaram em branco e 3 da E2 não responderam por falta de interesse.

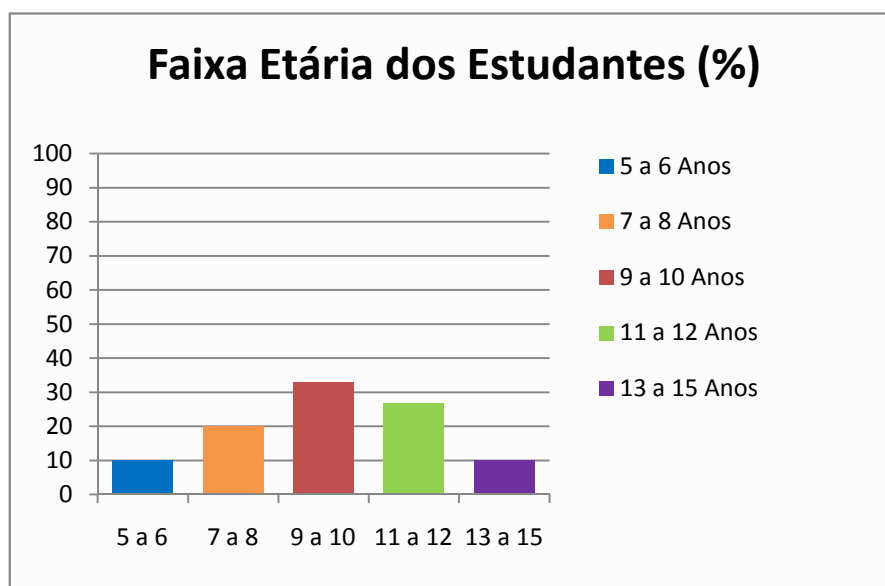
Gráfico 3. Números de pesquisa – família



Fonte: Primária, 2014

Quanto à família, foram entregues um total de 250 questionários, porém apenas 210 foram devolvidos respondidos. A família da E1 entregou 180 e a família da E2 30, sendo que 30 família da E1 deixaram em branco por falta de interesse e 10 da E2 não responderam, pois não tinham conhecimento.

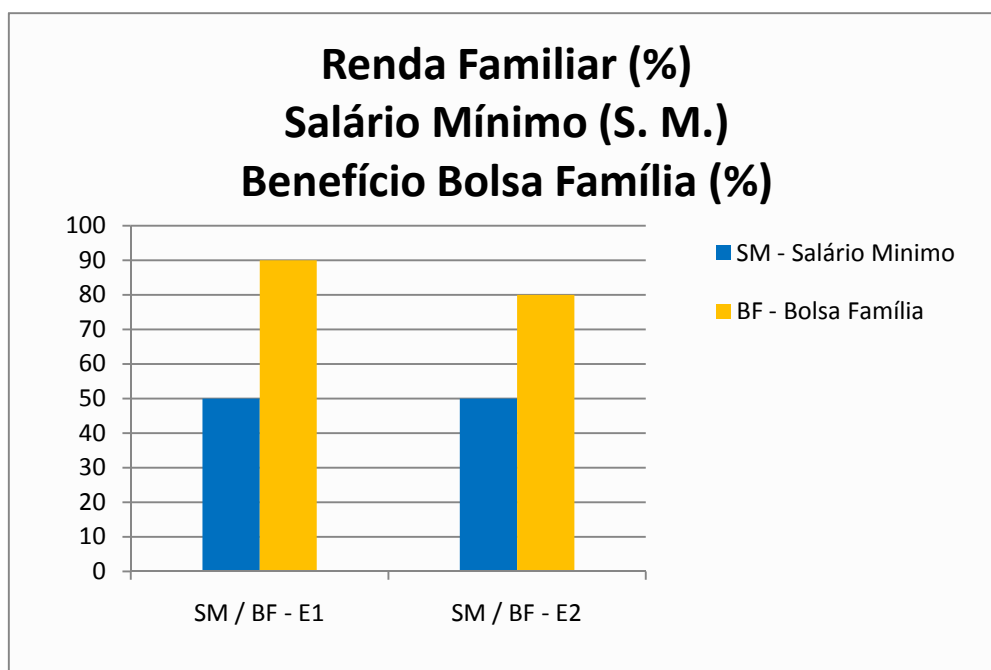
Gráfico 4. Faixa etária dos estudantes



Fonte: Primária, 2014

A idade mínima para frequentar a modalidade da Educação Infantil ao Ensino Fundamental é de 5 a 10 anos nas duas escolas de pesquisa. Neste gráfico observa-se um equilíbrio nas idades dos estudantes, 10% têm entre 5 e 6 anos, 20% têm entre 7 e 8 anos, 33% entre 9 e 10 anos, 27% entre 11 e 12 anos, e 10% entre 13 a 15 anos.

Gráfico 5. Renda familiar / salário mínimo / benefício bolsa família



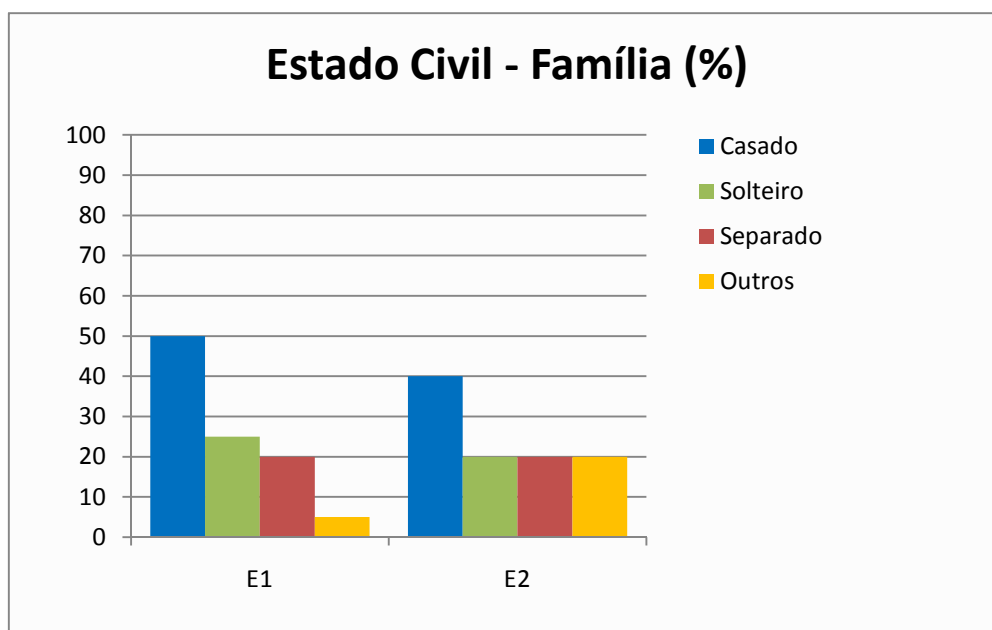
Fonte: Primária, 2014

Os Estudantes (E1 e E2) apresentam uma renda de 50% recebem um Salário Mínimo¹ e 90% (E1) e 80% (E2) dependem do benefício social Bolsa Família.

Observa-se aqui que o público escolar é formado por estudantes com renda inferior a R\$ 1.000 (um mil reais), e que a tendência é acreditar que eles pertencem a uma comunidade carente.

¹ Salário Mínimo no Brasil em 2014 é de R\$ 724,00
Fonte: Ministério do Trabalho do Brasil, 2014

Gráfico 6. Estado civil – família



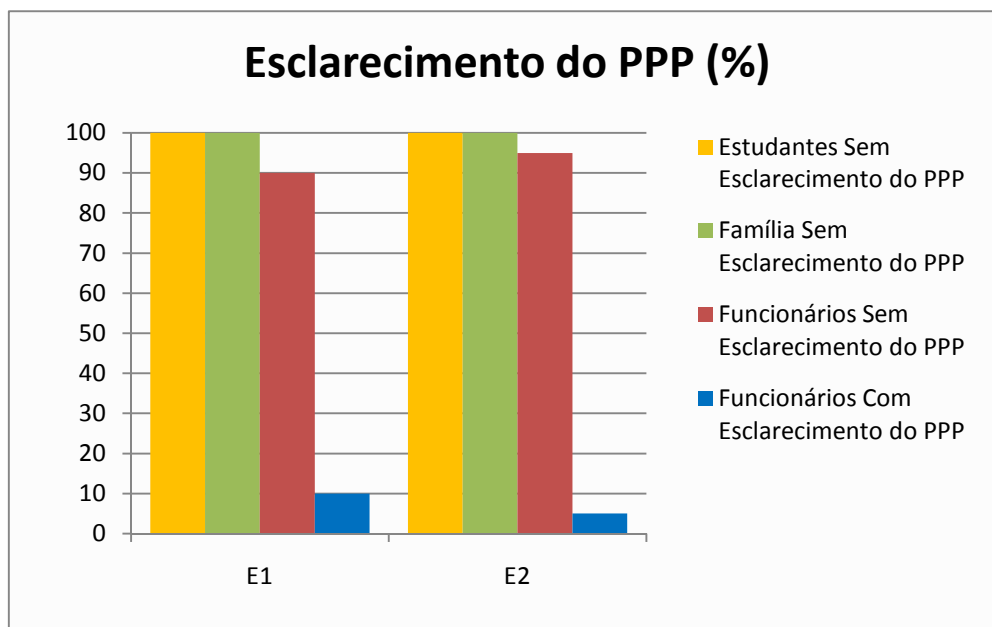
Fonte: Primária, 2014

Quanto ao estado civil, 50% (E1) e 40% (E2) são casados, 25% (E1) e 20% (E2) são solteiros, e uma quantidade de 20% (E1 e E2) são separados, com 5% (E1) e 20% (E2) que se encontra em outras situações.

“Em pleno estado de crise da família moderna a maior parte de nossos estudantes mora com os pais e com as mães, surgindo é claro muitos casos em que moram unicamente com a mãe, com o pai, com as avós ou outros parentes” (P. P. 2013, p. 5).

A partir do **Gráfico 7** os resultados consideraram mais a área pedagógica e administrativa da equipe gestora ligados ao ensino propriamente dito.

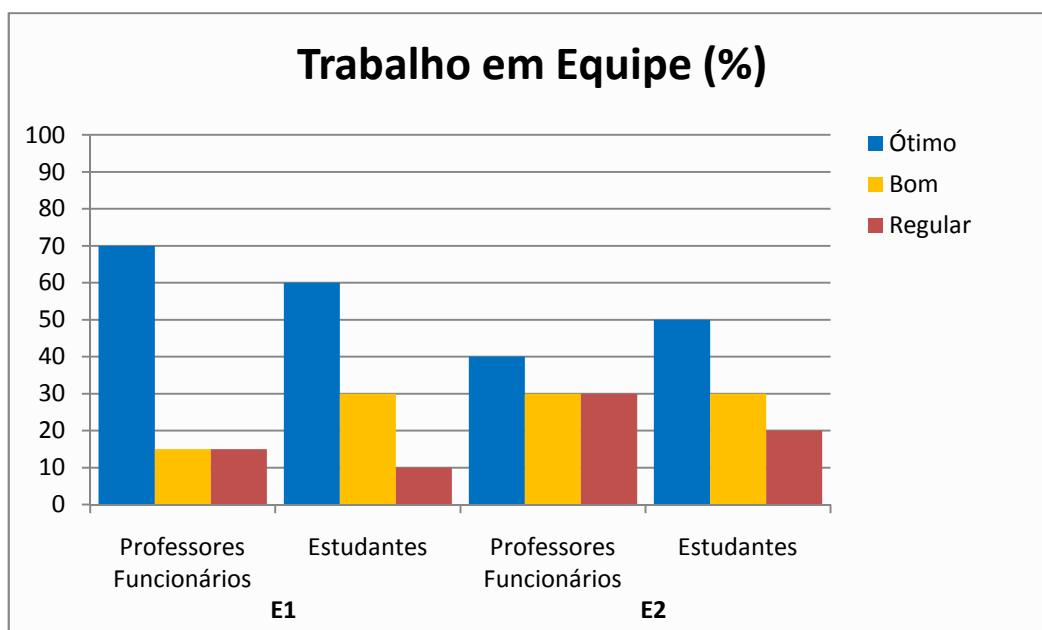
Gráfico 7. Esclarecimento dos estudantes, família e funcionários em relação ao projeto político pedagógico da escola



Fonte: Primária, 2014

Importante e negativa as observações dos estudantes, família e os funcionários em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola quanto ao conhecimento do mesmo. Afinal 100% dos estudantes não tinha conhecimento do Projeto Político Pedagógico, o que indica uma situação de preocupação a esse esclarecimento. Os funcionários 90% (E1) e 95% (E2) não apresentavam um conhecimento de Projeto Pedagógico e 10% (E1) e 5% (E2) tinha o conhecimento mais não cobrava, embora que na prática a vivência fosse totalmente pedagógica. A família 100% não tinha conhecimento e nem participação, tornando um caso crítico e preocupante. Então, na escola era feito o projeto apenas em equipe pedagógica e depois “engavetado”, através da proposta da pesquisadora tiveram que construir um Projeto Político Pedagógico, pois, o Projeto Político Pedagógico de 2014 das referidas escolas não estavam feitos, então não tinha como fazer intervenção pedagógica e realizar a pesquisa de campo sem a existência do projeto devido ao tema em estudo.

Gráfico 8. Trabalho em equipe



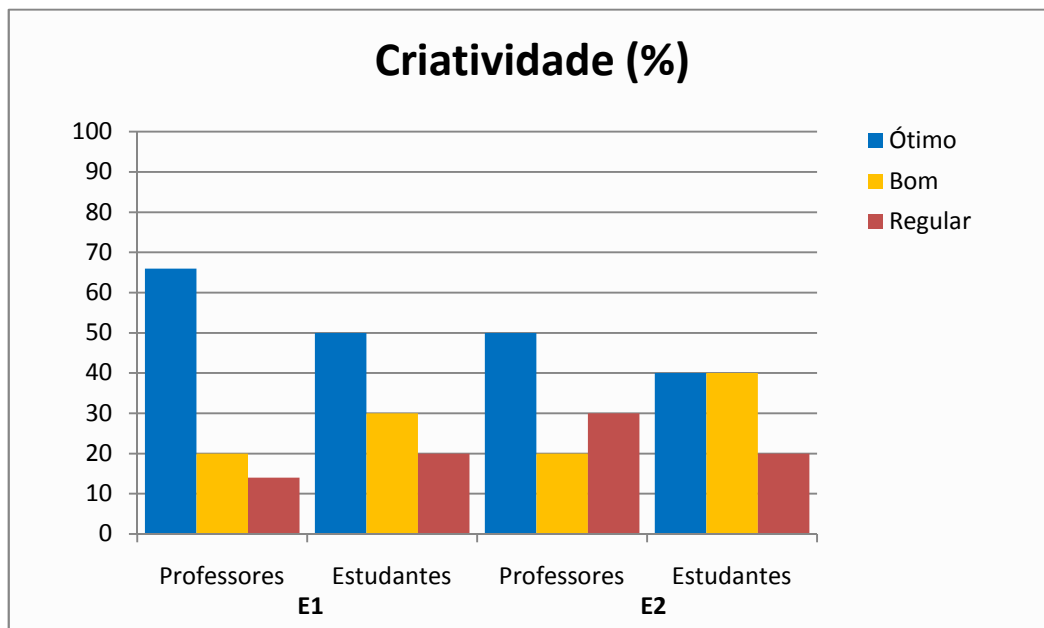
Fonte: Primária, 2014

Sobre trabalho em grupo, professores e funcionários aparecem com uma porcentagem onde 70% (E1) e 40% (E2) consideram ótimo, 15% (E1) e 30% (E2) consideram bom e regular ao mesmo tempo. Já os estudantes uma porcentagem de 60% (E1) e 50% (E2) consideram ótimo, 30% (E1 e E2) consideram bom, e apenas 10% (E1) e 20% (E2) consideram regular. A maioria entende que o trabalho em equipe, como habilidade pedagógica, está sendo explorado de forma boa ou ótima. Importante este entendimento à medida que as organizações e suas lideranças defendem que a produtividade pedagógica está diretamente relacionada ao trabalho de grupo onde todos os membros dos grupos buscam objetivos comuns. Pelos resultados pode-se afirmar que os professores da modalidade da educação infantil e do ensino fundamental estão desenvolvendo atividades lúdicas que contemplem os grupos. E isto acaba por refletir no espírito de equipe, preparando os estudantes para uma ação pedagógica retirada do P.P.P., trabalhando desta forma em equipe como líderes orientados pela pesquisadora.

O ponto de partida para desenvolver um trabalho em equipe é motivar o estudante. É conhecê-lo e identificar suas necessidades, prioridades e desejos.

Assim, a próxima etapa seria a organização dos objetivos, de forma que cada indivíduo perceba o que poderia fazer sozinho e o que deveria fazer em grupo.

Gráfico 9. Criatividade



Fonte: Primária, 2014

No entendimento de 66% (E1) e 50% (E2) dos professores as atividades que estimulam a criatividade são ótimas, enquanto 50% (E1) e 40% (E2) dos estudantes também veem desta forma. Nos demais critérios houve um equilíbrio, 20% dos professores (E1 e E2) acham que despertam a criatividade de maneira boa, contra 14% (E1 e 30% dos professores (E2) que consideram regular. Já os estudantes, 30% (E1) e 40% (E2) consideram a criatividade boa, e 20% (E1 e E2) consideram regular.

Neste critério houve um excesso de otimismo entre a percepção dos docentes e a dos estudantes na forma como a criatividade é estimulada. É um dado que serve para orientar os professores no sentido de buscar atividades que provoquem ou desafiem os estudantes através da mediação e não da execução, ou seja, cabe ao professor observar se não está executando as tarefas em vez de deixar este papel aos estudantes. As respostas prontas podem desestimular os estudantes na busca das resoluções e pode provocar acomodação, indisciplina ou falta de iniciativa.

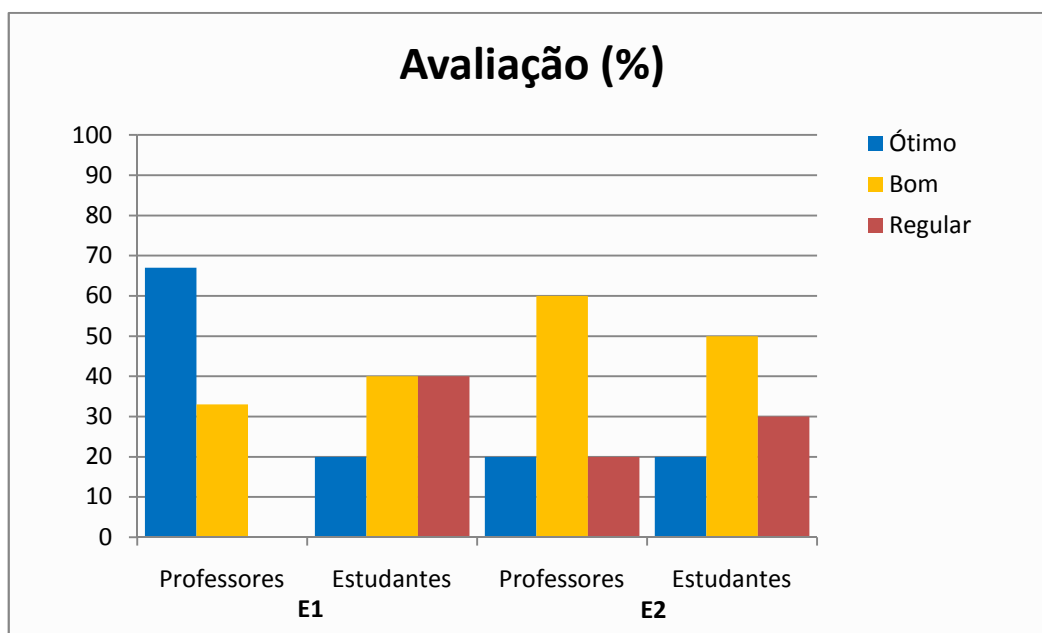
A partir do momento em que fizer mais a mediação, passa a responsabilidade da construção ao estudante, o que desencadearia no estímulo e criatividade.

A criatividade é importante porque oportuniza novos conhecimentos a trazer vantagens que podem melhorar a qualidade da vida humana. Portanto, deve ser constantemente estimulada pelos professores. (Baron e Shane, 2007).

Método de aprendizagem utilizado pelos professores

Este tema traz a avaliação dos estudantes e professores quanto aos aspectos ligados à metodologia utilizada pelos professores.

Gráfico 10. Avaliação



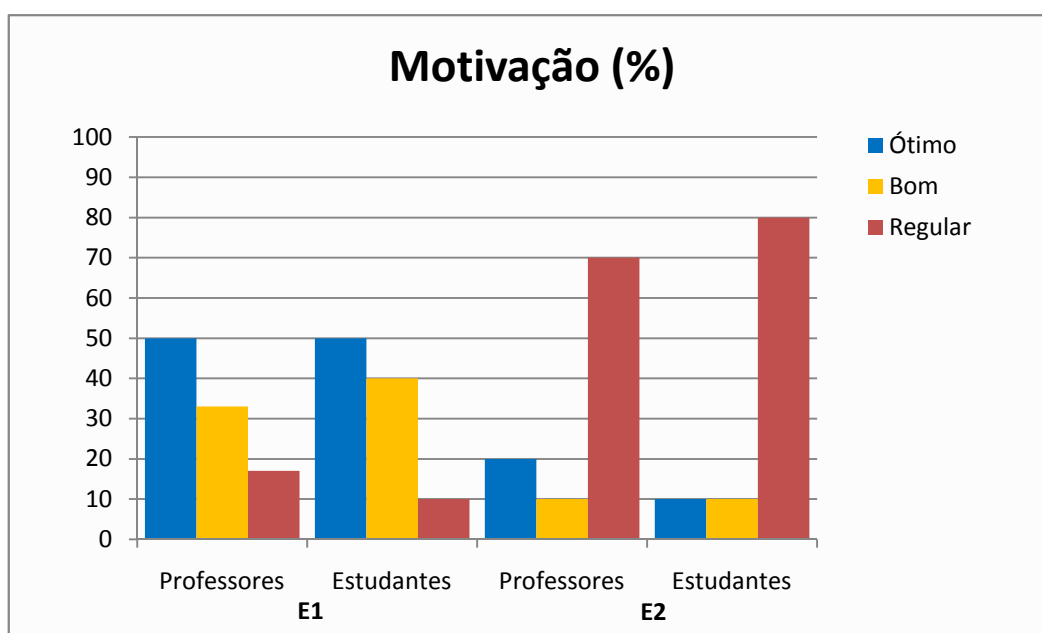
Fonte: Primária, 2014

Sobre o método de avaliação, a visão de ambos é bem diferenciada; 67% (E1) e 20% (E2) dos professores consideram como ótima, 33% (E1) e 60% (E2) consideram como boa, e somente 20% os professores (E2) consideram regular. Para 20% dos estudantes (E1 e E2) a forma de avaliação praticada pelos seus professores é ótima, 40% (E1) e 50% (E2) consideram boa, e 40% (E1) e 30% (E2) consideram regular.

Avaliar é sempre complexo, mas é inerente a função da docência. Apesar de gerar controvérsias, ainda é necessário avaliar. O importante é que fiquem claro aos estudantes os critérios como o que será avaliado, de que forma e, principalmente, devem ficar claros os objetivos das avaliações no seu próprio projeto político pedagógico.

Também é fundamental buscar constantemente alternativas que valorizem aspectos comportamentais como o comprometimento, a disciplina, a capacidade de aceitar mudanças, a criatividade, a responsabilidade, entre outras tão exigidas nas organizações.

Gráfico 11. Motivação



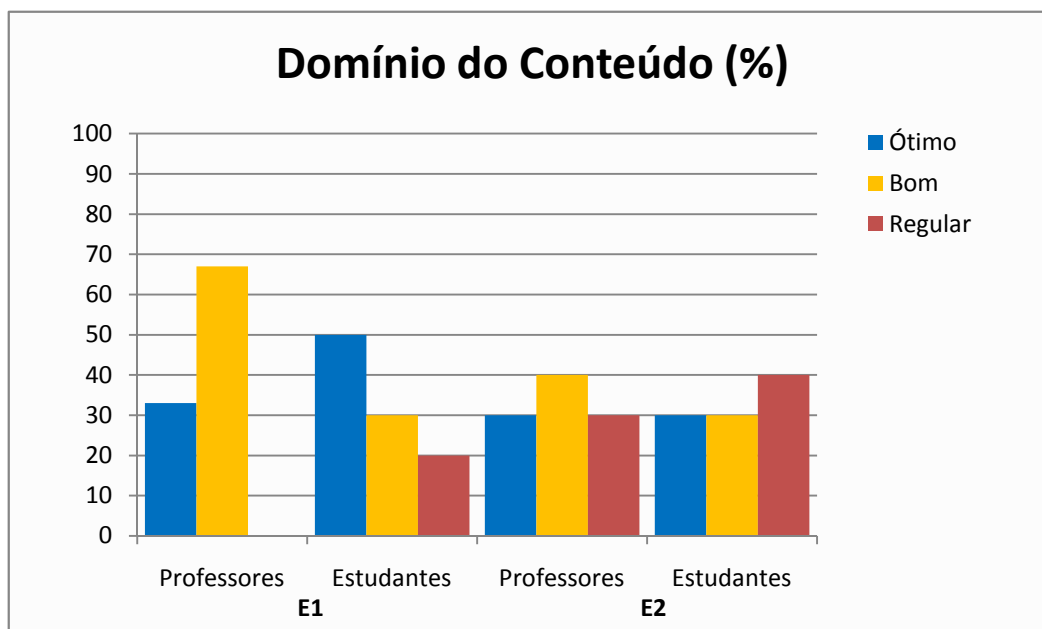
Fonte: Primária, 2014

Os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e seus professores têm opiniões bem parecidas sobre Motivação, enquanto método de aprendizagem. Apresentaram o conceito ótimo com 50% (E1) e 10% (E2) dos estudantes contra 50% (E1) e 20% (E2) dos professores, respectivamente. Para 40% (E1) e 10% (E2) dos estudantes consideram bom, já os professores 33% (E1) e 10% (E2) consideram bom, enquanto que 10% (E1) e 80% (E2) dos estudantes

consideram regular, o percentual de seus professores é de 17% (E1) e 70% (E2) para o critério regular.

Os estudantes das duas escolas estudam para ter acesso à aprendizagem e novas oportunidades. E dentro desta premissa, é de fundamental importância que os professores atuem como agentes motivadores neste processo. Os estudantes na fase Infantil e na fase Infanto-Juvenil têm uma perspectiva de aprender a ser, a fazer as coisas com motivação e dinamismo.

Gráfico 12. Domínio do conteúdo



Fonte: Primária, 2014

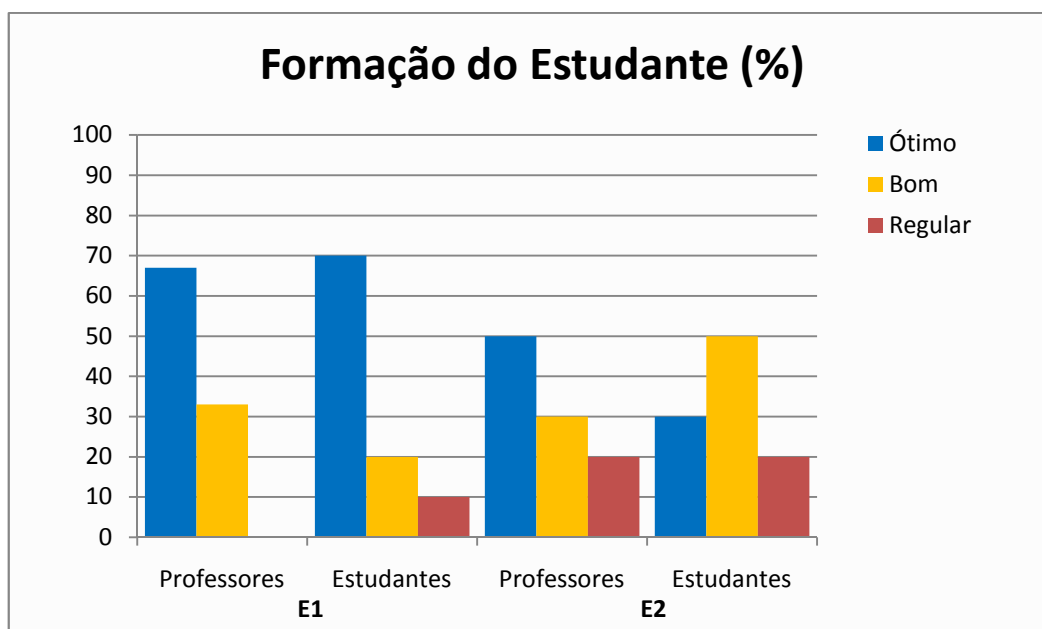
Sobre domínio do conteúdo os professores acharam 33% (E1) e 30% (E2) como ótimo, 67% (E1) e 40% (E2) como bom, e somente 30% (E2) consideraram regular. Para 50% (E1) e 30% (E2) dos estudantes os professores têm um ótimo domínio, 30% (E1 e E2) consideram bom, e outros 20% (E1) e 40% (E2) acharam regular.

Nesses tempos, falar em dominar determinado conteúdo pode até parecer excesso de pretenciosismo, afinal com tantos acessos à informação disponíveis, um mesmo conceito poderia mudar da noite para o dia. Mas isso não pode servir como

desculpa, pois o mínimo que todo estudante espera de um professor é que ele saiba e conheça sua matéria, ou o assunto que vai discorrer.

Os resultados mostram que pequena fatia dos estudantes parece questionar o domínio do conteúdo por parte dos docentes. Pode não parecer preocupante num primeiro momento, mas deveria servir como alerta que não haja acomodação neste sentido. Conforme já destacado, capacitação constante, leituras técnicas, postura nas aulas expositivas, autonomia, troca constante de experiências (inclusive com os estudantes), devem fazer parte da rotina dos professores.

Gráfico 13. Preocupação com a formação do estudante

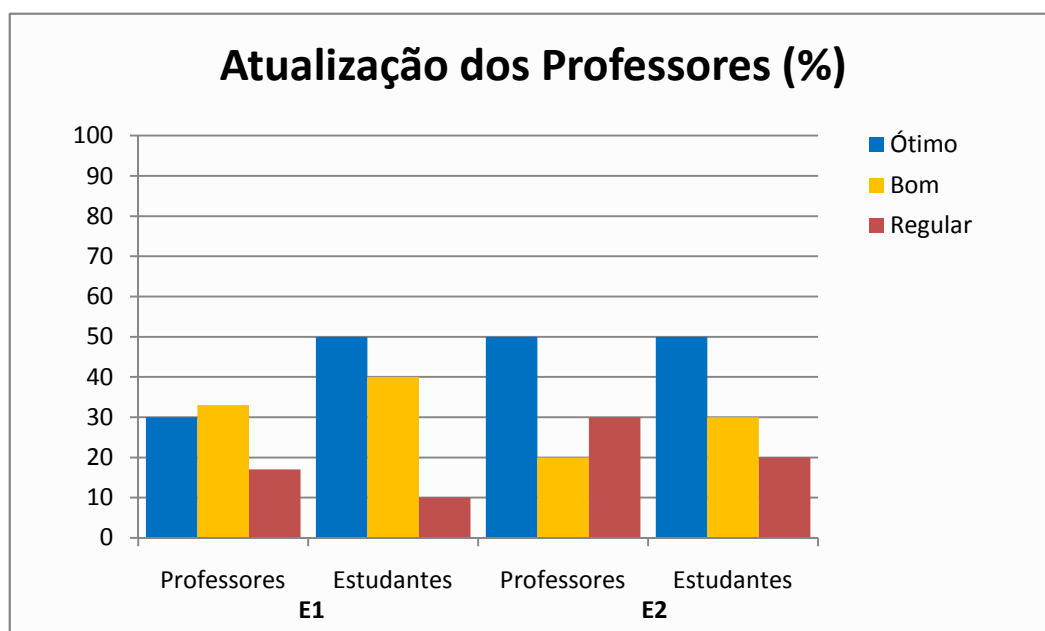


Fonte: Primária, 2014

O grupo de professor tem uma preocupação com a aprendizagem dos estudantes, aproximadamente 67% (E1) e 50% (E2) consideram ótimo, 33% (E1) e 30% (E2) consideram bom, e somente 20% (E2) consideram regular. Já as outras partes que são os estudantes, 70% (E1) e 30% (E2) acham ótimos, 20% (E1) e 50% (E2) consideram bom, e apenas 10% (E1) e 20% (E2) consideram regular. À medida que é comum perceber a importância de se fazer um projeto político pedagógico e colocar em prática suas metas e suas ações para poder buscar uma qualidade total no ensino aprendizagem. E é preciso perceber sua prática. Mesmo

que a equipe já esteja atenta e capacitada para encarar a prática sob esse prisma que é tão amplo, é preciso manter o projeto vivo e não “engavetado”. Primeiro, porque a escola está sempre em movimento. A cada ano, chegam novos professores e estudantes, e precisam de esclarecimento e leitura do projeto, pois a execução dele pode durar uma gestão de quatro anos sofrendo apenas algumas mudanças em suas ações e metas.

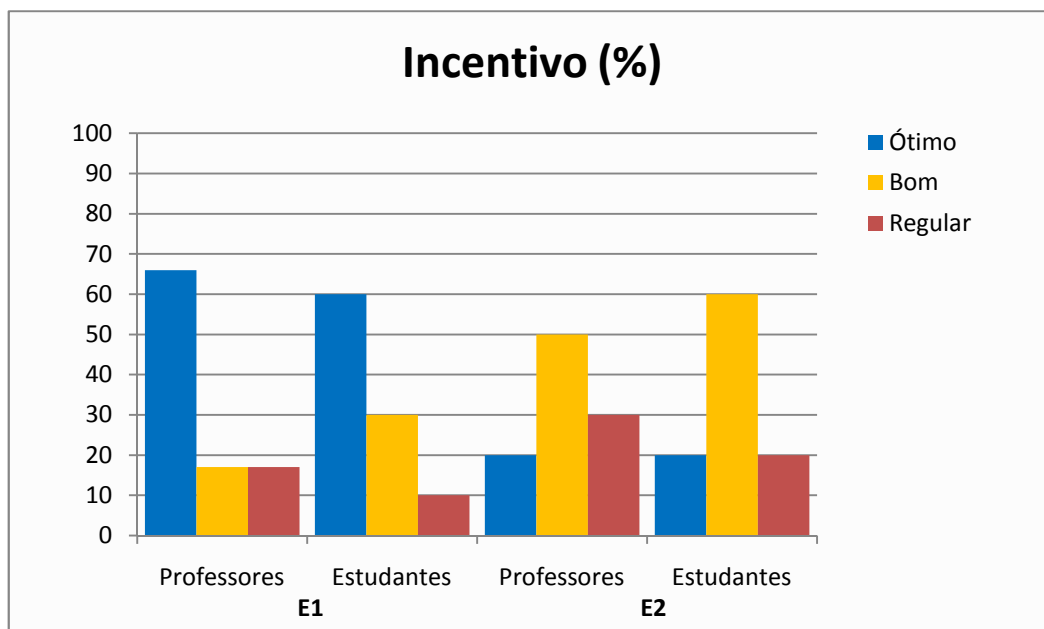
Gráfico 14. Atualização dos professores está de acordo com as exigências do mercado



Fonte: Primária, 2014

Mas neste caso os estudantes apresentam 50% (E1 e E2) como ótimo, 40% (E1) e 30% (E2) como bom, e 10% (E1) e 20% (E2) como regular, pois sabe aproveitar os ensinamentos; já os professores consideram também 30% (E1) e 50% (E2) como ótimo, 33% (E1) e 30% (E2) como bom, e apenas 17% (E1) e 20% (E2) como regular; ambos estão conseguindo atender as expectativas dos seus docentes e discentes procuram praticar suas aulas em consonância com projetos pedagógicos. É um fator considerável e criativo. É preciso diversificar e querer mudar a metodologia, pois, interagimos com estudantes conectados ao mundo por diferentes rede e ferramentas e há uma necessidade de todos os professores procurarem cada vez mais se especializar na sua área e no mundo globalizado.

Gráfico 15. Incentivo para manter a disciplina em sala de aula



Fonte: Primária, 2014

Parte dos professores 66% (E1) e 20% (E2) acham que seu incentivo ao estudante disciplinado torna-se o diagnóstico como ótimo, 17% (E1) estão entre bom e regular, ao contrário de 50% e 30% (E2) que também estão divididos entre bom e regular. Porém estes últimos entendem que falta trabalhar mais esta questão. Para 60% (E1) e 20% (E2) dos estudantes os professores têm trabalhado de forma ótima, 30% (E1) e 60% (E2) acham seu trabalho bom, e somente 10% (E1) e 20% (E2) consideram regular. Percebendo este diagnóstico, a pesquisadora organizou suas ideias e preparou sua pesquisa primeiro com capacitação para construir o P.P.P. e depois retirando ações através de entrevistas e resultados da mesma com os estudantes através de atividades lúdicas realizada nas turmas da Pré-Escola até o 5º ano / 9 anos, incentivando os 366 estudantes a desenvolver dois projetos de intervenção pedagógica nas duas escolas com disciplinas afins Matemática e Português e como proposta apresentou a ideia de minimizar através do lúdico o “tradicional” em sala de aula e melhorar a parte prática do professor, apresentada pela pesquisadora num período de seis meses, onde se iniciou a pesquisa em março e foi até agosto do ano de 2014, com a ideia de colocar os estudantes para

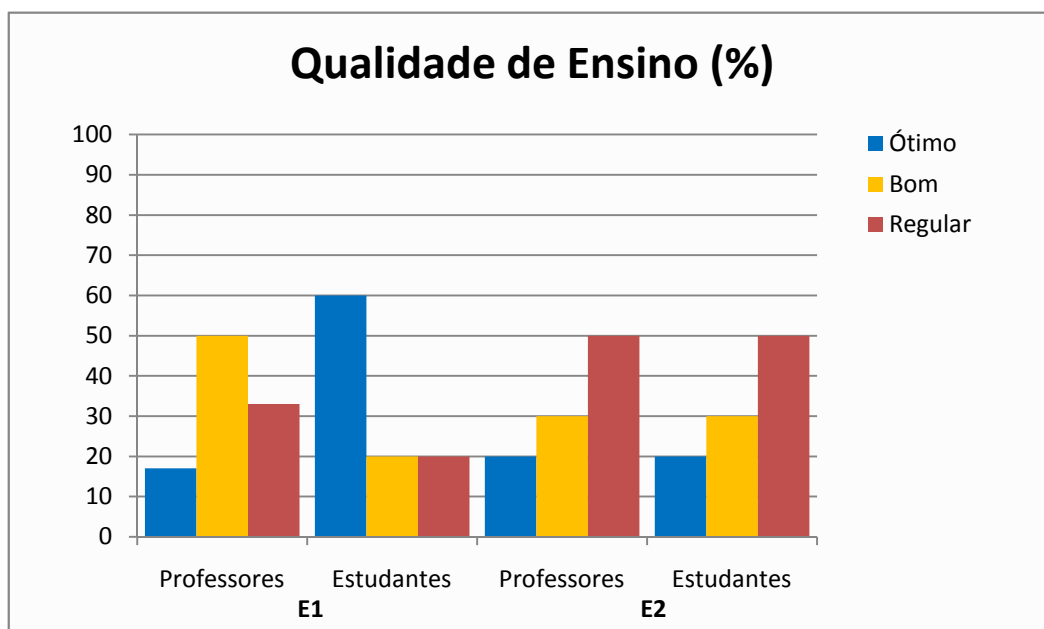
liderar na sua própria sala os grupos, na qual há uma quantidade de 20 a 30 estudantes por salas, tentando despertar nos estudantes a possível mudança de comportamento, percebemos que a participação coletiva, possibilita momentos de descontração, alegria a aprendizagem, que anteriormente, em atividades não lúdicas não era observáveis.

Portanto, é possível afirmar que a educação para ser democrática é preciso visão, pois visão sem ação é sonho, ação sem visão é passatempo, visão com ação e projeto pode mudar o mundo.

Avaliação da modalidade da educação infantil ao ensino fundamental I

Neste tema as turmas da Pré-Escolar até 5º ano/9, colocaram seu ponto de vista em relação a dois fatores da modalidade de ensino. O primeiro diz respeito à qualidade de ensino conforme gráfico abaixo.

Gráfico 16. Qualidade de ensino



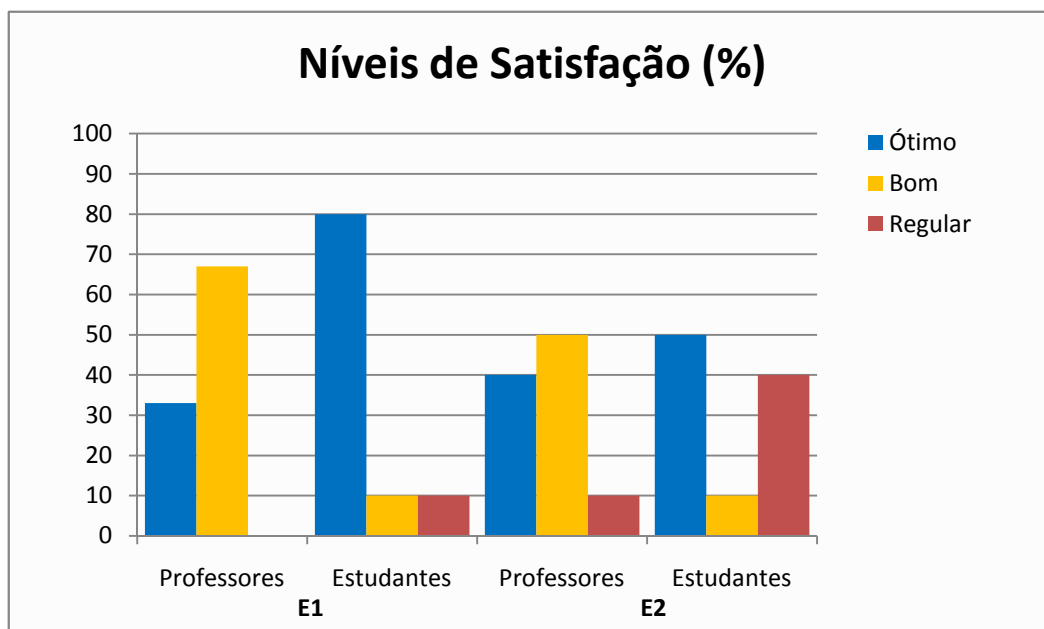
Fonte: Primária, 2014

Os estudantes (E1), de maneira geral, aprovam a qualidade do ensino, pois 60% consideram como ótimo, e 20% dividem-se entre bom e regular. Para 17% dos

professores (E1) a qualidade está ótima, 50% acham bom e 33% regular. Quanto aos professores e estudantes da segunda escola, suas opiniões foram unânimes. Os estudantes (E2) consideram 20% ótimo, 30% bom e 50% regular, e os seus professores compartilham do mesmo percentual respectivamente.

Considerando sempre desafiador para as instituições manter e propor uma qualidade total de ensino que atenda as expectativas do estudante e professores e até da sociedade, os resultados podem ser entendidos como positivos.

Gráfico 17. Relação entre os níveis de satisfação professor x estudante



Fonte: Primária, 2014

Os estudantes veem mais aspectos positivos do que os próprios professores em relação a sua satisfação com os docentes. Para 80% (E1) e 50% (E2) deles os professores são ótimos, 10% (E1 e E2) consideram bons, e 10% (E1) e 40% (E2) acham regular. Para 33% (E1) e 40% (E2) dos professores os estudantes os consideram ótimos, 67% (E1) e 50% (E2) acham bons, e somente 10% (E2) entendem que os estudantes os consideram regular.

O resultado mostra que os professores estão conseguindo conquistar a confiança dos seus respectivos estudantes e deve ser comemorado. A relação

professor x estudantes faz parte do processo de ensino x aprendizagem e sempre causa preocupação aos gestores escolares devido a uma série de ocorrências negativas que comumente ocorrem em escolas, principalmente nas públicas, como indisciplina, desmotivação, desinteresse etc., normalmente relacionados a aspectos sociais e econômicos. Então uma relação onde haja o reconhecimento dos estudantes ao trabalho do professor pode diminuir tais problemas. (Baron e Shane, 2007).

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

O presente trabalho procurou a partir do cenário da Gestão Democrática: O Projeto Político Pedagógico Desafiando para uma Qualidade Total na Gestão Escolar Pública do Ensino Fundamental I. A questão do Projeto Político Pedagógico tendo como proposta um trabalho participativo dentro do espaço escolar com decisão e responsabilidade, destacando o papel da escola, da família e sociedade, considerando a educação como algo que acontece sempre na vida de todos os seres humanos, mesmo que não a percebamos. E que ela se dá no amontoado de tarefas e nos saberes comuns do cotidiano.

A Gestão Escolar por outro lado inserida no desenfreado processo de avanço do progresso, especialmente com a descentralização de poderes escolares, tanto no processo de organização como no de gestão não opera no vazio; por natureza própria, supõe um processo de ruptura e mudança na administração do poder, que conduz, por sua vez, a uma redistribuição de responsabilidades e a um posicionamento virtual da nossa institucionalidade democrática. Nesse sentido é claro que as escolas devem descentralizar poderes, pois implica propiciar uma nova cultura, e isso implica, por sua vez, um reconhecimento de uma necessidade que não pode faltar. Referimos-nos à vontade política de praticar a democracia em termos concretos e objetivos.

Tendo direcionado nosso foco de pesquisa à Gestão Democrática: O Projeto Político Pedagógico e sua construção, constatamos que família, escola e filhos não tinham conhecimento da importância de um Projeto Político Pedagógico e estão conscientes hoje dos motivos que geram uma aproximação para tal comportamento, mas conseguiram depois da construção se aproximar desse esclarecimento e encontrar o caminho para solucionar essa questão.

A família, entendida como primeiro contexto de socialização, exerce indubitavelmente grande influência sobre a escola e seus filhos. A atitude dos pais e

suas práticas de criação e de educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam o comportamento da criança na escola.

Chiavenato (1983, p. 33), afirma que:

Nesse sentido analisa que a escola é eminentemente um sistema de relações, com características interativas, que a diferenciam das empresas convencionais e, portanto, como organização tem uma especificidade na medida em que ela se constitui como unidade social de agrupamento humano intencionalmente construído ou reconstruído.

O presente estudo contribui para ampliação dos conhecimentos da autora, no campo científico, bem como para o aprimoramento de seu trabalho pedagógico e administrativo. Com muito esforço e dedicação, buscava caminhos para desenvolver uma prática pedagógica e aprimorar mais as experiências de Gestora que exercia a seis anos, procurando ativar com qualidade em nível de educação, na perspectiva de contribuir para sensibilizar a escola e a família, no tocante do P.P.P. e um projeto de intervenção retirado das ações, com a finalidade de incentivar os professores e os pais, a serem mais coparticipativos das ações escolares, para que os pais possam orientar as crianças no seu processo de socialização, por meio de interações e respeito mútuo.

Outra consideração importante é que Gestão, na expressão organização e gestão escolar, é o processo de tomada de decisões, direção e controle dessas decisões que chegue a possibilitar o funcionamento das organizações escolares.

Embora os resultados obtidos ainda não sejam muito visíveis aos olhos da família, como um ser que tem e que busca na aprendizagem aprender a construir conhecimentos, pois o fazer da escola em conjunto com toda a comunidade educativa, visa através dos projetos realizados e as férias educativas, formarem cidadãos que possam enfrentar o mercado de trabalho com mais consciência, realidade e compromisso, tornando possível todos os seguimentos na aprendizagem, procurando lidar melhor com a aceitação de limites e demonstrando mais interesse por aquilo que se tornam democráticos, dando uma importância maior aqueles estudantes que apresentam dificuldades na aprendizagem, fazendo com que se torne possível o desejo de aprender a aprender para a vida.

Por que não resgatar a criança que se foi um dia e tornar a vida alegre, divertida e simplesmente prazerosa? Por que não tornar a aprendizagem tão estimulante como são os jogos, as contações de histórias, o toque da leitura, músicas infantis, trabalhar a diversidade de gêneros textuais e a trilha da matemática?

Para Cunha apud Brandão (1997), a brincadeira é primordial e desenvolve a arte de amar. (Brandão, 1997:7).

Acredita-se que, através da pesquisa de campo, a educação poderá ter respostas surpreendentes como a que se teve nos casos dos estudantes ao final da pesquisa, nas últimas atividades lúdicas, pode se ver o olho da criança brilhando de felicidades diante da culminância dos projetos e suas apresentações, foi perceptivo o quanto os estudantes gostam de trabalhar com projeto pedagógico e o que mais me chamou atenção na pesquisa é que nas duas escolas existe um programa “MAIS EDUCAÇÃO” em horário contrário ao que os mesmos estudam e os mesmos adoram participar porque é um trabalho com o lúdico participam de karatê, dança, banda e reforço de matemática e português.

Embora os resultados obtidos ainda não sejam muito visíveis aos olhos da família e da escola, através de inúmeras observações, os resultados foram de grande valia. Nos encontros os estudantes adoravam quando chegava na escola porque algo de novo iria acontecer, saímos com várias cartas de agradecimentos, confesso que foi muito gratificante deixar um projeto tão rico para as duas escolas. E foi percebida a alegria demonstrada pelo estudante ao jogar, e o quanto isso proporcionou um vínculo forte com a pesquisadora, o que facilitou o estudante, para que a criança aprendesse a lidar melhor com seus medos e inseguranças, a lidar melhor com a aceitação de limites e demonstrando mais interesse por aquilo que estava sendo jogado.

Analisando o que foi vivenciado durante esse processo de aprendizagem e pesquisa, constatamos que foi possível observar a aquisição significativa da linguagem e do conhecimento perante o estudante do raciocínio e integração da criança como o objetivo do estudo, partindo da experiência de se trabalhar com jogos e trabalhos pedagógicos.

Conclui-se desta forma, que apesar de reconhecer-se o desenvolvimento maturacional do aprendente da pesquisa, atribui-se os avanços cognitivos alcançados à intervenção como jogos, pretende-se com esse estudo, confirmar a importância do lúdico para as crianças e principalmente para aqueles que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem e de disciplina.

Acreditamos que se a escola, a família, buscarem chegar mais perto dessas crianças agindo com democracia, tratando-as como indivíduos sujeitos de direitos, e capazes de compreender a importância de um Projeto Político Pedagógico para uma escola que se diz democrática e participativa.

5.2 Recomendações

A importância desta pesquisa foi de muita relevância para o meu crescimento profissional, pois é gratificante querermos galgar algo na educação, e conseguirmos com dinamismo, metodologia e, sobretudo, conhecimento de autores que me ajudou a perceber e obter um resultado satisfatório. Pois o Projeto Político Pedagógico está sendo compreendido como uma fonte de nortear a escola, desde a sua construção ao fazer acontecer. Entende-se que uma vez construído o projeto com a participação de todos, a equipe gestora tem o direito de cobrar e realizar.

Para concretizar o estudo, a contribuição foi ímpar para o município de Bezerros-PE, que irá passar quatro anos, ou seja, uma gestão política, sem fazer outro PPP, apenas servindo-se dele para leitura, estudo, seguindo as ações e metas estabelecidas no mesmo, ou acrescentando-o. Além das duas escolas contempladas, o projeto servirá de base para a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos das demais escolas.

Os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental até o 5º ano do município de Bezerros-PE devem ser mais estimulados a ter confiança própria e acreditar em sua capacidade. Este seria um dos maiores desafios dos professores. Trabalhar com projeto é fator preponderante para despertar a capacidade dos estudantes.

Sobre os conhecimentos de gestão democrática e recursos humanos os gestores têm duas opções principais: capacitar sua equipe sempre que for possível ou aumentar o efetivo com docentes formados ou com experiências nessas áreas.

O incentivo aos estudantes deve ser incrementado com metodologia que apareça o lúdico, para que os estudantes se sintam valorizados em suas tarefas pedagógicas, seu papel na construção é conhecer como se dá a aprendizagem e com base nessa compreensão, planejar as aulas, além de ter segurança sobre o conteúdo a ser trabalhado. A medida parece muito básica e é. Ela vale para manter a disciplina e para chegar ao objetivo principal: fazer com que todos aprendam com amadurecimento e disciplina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroyo, Miguel. *Qualidade na Educação. Cadernos Pedagógicos SMED*, Porto Alegre. n. 9, p. 64-73, dez. 1996.
- Azanha, J. M. P. *Autonomia da Escola, um reexame. In: A Autonomia e a Qualidade do Ensino na Escola Pública / Abel S. Borges... [etalui...] São Paulo: FDE, 1993. (Série Ideias, nº 16).*
- Brandão, Heliana. *O Livro dos Jogos e das Brincadeiras: para todas as idades*. Belo Horizonte: leitura, 1997.
- Baron, Robert A. e Shane Scott A. *Empreendedorismo: Uma Visão do Processo*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- Brougère, G. *Jogo e Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- Chateau, Jean. *O Jogo e a Criança*. São Paulo, Summus, 1987.
- Constituição Federal de 1998, Art. 2006, p. 131.
- Delors, Jacques (Coord.). *Educação Um Tesouro a Descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para o Século XXI*. São Paulo: Cortez, 1988.
- Dermeval, Saviani. *Equilíbrio Entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova*. 2007, p. 195.
- Demo, Pedro. *Educação e Qualidade*. Campinas, Papirus, 1994, p. 14.
- ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Art. 19, 1996, p. 4.
- Ernesto, José Bologna. *Formando Uma Equipe de Alta Performance – Coleção Gestão Escolar*. Belo Horizonte/MG, ATTA Mídia e Educação – DVD – 2008.

- Fonseca, V. *Introdução às Dificuldades de Aprendizagem*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- Freire, Paulo. *Pedagogia de Autonomia – Saberes necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).
- Gabriel, Benedito Isaac Chalita. *Pedagogia do Amor*. 1ª ed. S. I. Gente, 2008, p. 168.
- Gadotti, Moacir. *Autonomia da Escola: Princípios e Propostas*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- Gil, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Gómez, Ángel I. Pérez. *A Cultura Escolar na Sociedade Neoliberal*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- Grzybowski. C. *Evolução Histórico-Sociológica dos Partidos Políticos no Brasil*. 1996, p. 45.
- Lajonquiére, L. de. *Dos Erros em Especial Daquele de Renunciar à Educação*. Notas sobre a psicanálise estilo de clínicas, anoll, nº 2. 200,2 p. 85.
- LDB 9394/96 – Título II, Art. 2º, 14º, *Dos Princípios e Fins da Educação Nacional*.
- Libâneo, J. C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- Manonni, M. *Educação Impossível*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 2ª ed. 1998, p. 45.
- May, Tim. *Pesquisa Social: Questões, Métodos e Processos*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- Miranda, Estelbina de Alvarenga. *Docente de Metodologia de Investigação Científica Quantitativa e Qualitativa – Orientação de Teses*. 2ª edição – versão em Português: Cesar Amarilhas, 2010.

- Olímpia, Maria M. Leite Botura. *Educar Com Amor Dá Certo*. 4ª ed. Ave Maria, 2002, p. 69-102.
- Piaget, Jean, 1986–1980. *Epistemologia Genética*. Trad. Álvaro Cabral; São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Richardson, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- Rios, Teresinha Azevedo. *A Autonomia Como Projeto: Horizonte Ético-Político*. In: *A Autonomia e a Qualidade do Ensino na Escola Pública*. Abel S. Borges... [etalüi...] São Paulo: FDE, 1993. (Série Ideias, nº 16).
- Seber, Maria da Glória. Piaget: *O Diálogo Com a Criança e o Desenvolvimento do Raciocínio*. L. Ed. Scipione. 1997, p. 63.
- Tiba, Içami. *Disciplina: O Limite na Medida Certa*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 145;149-150;167. *Disciplina na Medida Certa*. Novos Paradigmas. Ed. São Paulo: Integrare, 2008, p. 73.
- Perrenoud, Philippe. *Trecho do Manifesto dos Pioneiros da Educação*. Sander 2007, p. 28.
- Vasconcelos, Celso dos Santos. *Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola*. São Paulo: Libertad, 1993.
- Veiga, Ilma Passos A. (org) *Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível*. São Paulo: Papirus, 1995.
- Vygotsky, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- Winnicott, D. W. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: IMAGO, 1971.

ANEXOS

1. Termo de consentimento

Prezados Pais ou Responsáveis,

Solicitamos sua participação em nossa pesquisa intitulada Gestão Democrática: “Projeto Político Pedagógico Desafiando Uma Qualidade Total na Gestão Escolar das Escolas Públicas do Ensino Fundamental I”. O objetivo de realizar esta pesquisa é verificar a eficácia da possibilidade de aplicar uma nova proposta de como fazer o Projeto Político Pedagógico (P.P.P.), até a sua prática no Ensino Fundamental I. Para tanto, necessitamos de seu acordo para que possamos avaliá-los e perceber o porquê dos alunos não fazerem parte desta elaboração e até mesmo não ter o conhecimento, mesmo que você não saiba o que seja o P.P.P., pois desta forma, poderemos trabalhar para que esse conhecimento chegue ao alcance de toda equipe escolar.

Ao final, caso seja detectado qualquer grau de dificuldade em sua elaboração que possa comprometer o seu desempenho escolar, realizaremos atividades lúdicas com formação que favorecerá a minimização de suas dificuldades.

Fica assegurado a você o sigilo do resultado, uma vez que somente a você e a pesquisadora interessa os resultados, além da desistência a qualquer momento da atividade que lhe será proposta.

Certo de poder contar com sua participação, colocamo-nos à disposição para dúvidas e esclarecimentos por meio dos telefones: (81) 3728-0401 ou por e-mail: soaresdal@hotmail.com, falar com Maria Dalvani Soares da Silva.

Doutorado do Programa de Post-Grado – UNINTER – Universidade Internacional Três Fronteras, Asunción – Paraguay.

Autorizo ____/____/____

Nome do Participante: _____

Assinatura do Participante: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

2. Questionário aplicado aos alunos e família

Prezado Aluno e Família

Sou a doutoranda do Programa de Post-Grado – UNINTER – Universidade Internacional Três Fronteras, Asunción – Paraguay, Maria Dalvani Soares da Silva. Resido no Município de Bezerros/PE. Estou fazendo minha dissertação de Doutorado e escolhi como objetivo geral: analisar se a implementação do Projeto Político Pedagógico e de uma proposta pedagógica baseada em capacitação com o apoio do lúdico poderá proporcionar melhores resultados e motivação para toda comunidade dirigente como professores do Ensino Fundamental de Bezerros/PE estimulam os educando a terem a capacidade de participar do projeto em suas atividades pedagógicas. Então, peço a sua gentileza para preencher este questionário e contribuir para minha pesquisa.

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTA – ALUNOS

1. Você participa da elaboração do projeto político pedagógico no início do ano letivo?
2. Você sabe quem são os principais responsáveis pela elaboração do projeto político pedagógico da escola?
3. Na sua escola é oferecido pela gestão escolar algum projeto que trabalhe o lúdico para melhorar a aprendizagem?
4. O que você mais gosta de fazer na escola?
5. Você gosta da sua escola?
6. Como é seu relacionamento com o seu educador em sala de aula?
7. Você concorda com a hipótese que trabalhar com projeto pedagógico atrapalha a aprendizagem?
8. Que sugestão você daria para trabalhar com projeto em sua sala de aula?

9. De que forma você participa das atividades pedagógicas oferecidas pela escola?

Obrigada!

Maria Dalvani Soares da Silva

1. Idade: () 9 a 15 anos

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTA – FAMÍLIA

1. Sua renda familiar é:
() Um salário mínimo
() Mais de dois salários
() Outros
2. Você é convidado a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico no início do ano letivo?
3. Como você vê a equipe administrativa diante da verdadeira função da escola?
4. Quando você é chamada à escola você comparece?
5. Participa de reuniões administrativas e pedagógicas?
6. O que você entende da proposta pedagógica da escola?
7. Como é seu relacionamento com o educador? Você sempre vem saber do seu filho?
8. Você conhece o professor do seu filho?
9. É importante participar e acompanhar o projeto político pedagógico da escola do seu filho?

Obrigada!

Maria Dalvani Soares da Silva

3. Questionário aplicado aos professores

Prezado Colega Professor,

Sou a doutoranda Maria Dalvani Soares da Silva, sua colega de trabalho da Rede Pública Municipal da cidade de Bezerros/PE. Estou fazendo minha dissertação de Doutorado que tem como tema Gestão Democrática: “Projeto Político Pedagógico Desafiando uma Qualidade Total na Gestão Escolar das Escolas Públicas do Ensino Fundamental I”.

Então, peço a sua gentileza para preencher este questionário e contribuir para minha pesquisa. Sua identificação abaixo somente servirá para colocar como público na Metodologia, mas não será revelada na análise dos dados, ou seja, somente serão consideradas as respostas para as respectivas análises sem mencionar quem as fez.

Identificação:

Titulação:

Tempo na Educação:

Tempo na modalidade de Ensino Fundamental:

Tempo na Rede Estadual de Educação:

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTAS – PROFESSORES

1. Qual é a sua graduação? Há quantos anos leciona nessa modalidade de ensino?
2. Quais os fatores que contribuem para ter um bom Projeto Político Pedagógico?
3. Qual é a sua contribuição enquanto educador diante da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

4. De que forma você educador participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico?
5. De que forma você cativa os educandos para a sua participação?
6. Educador, você participa e opina atentamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico para que todos possam se sentir integrados às ações do projeto?
7. De que maneira é discutido com os educando o regulamento de uma turma. Há um incentivo que leve os mesmo a manter um respeito?
8. Quais as consequências de não ter um bom projeto político pedagógico?
9. Quais os itens que são apresentados no Projeto Político Pedagógico da escola?
10. Qual é a importância que uma equipe dirigente tem na construção do Projeto Político Pedagógico?

Obrigada!

Maria Dalvani Soares da Silva.

4. Questionário aplicado ao gestor e ao coordenador

Prezado Colega Gestor e Coordenador,

Sou a doutoranda Maria Dalvani Soares da Silva, sua colega de trabalho da Rede Pública Municipal da cidade de Bezerros/PE. Estou fazendo minha dissertação de Doutorado que tem como tema Gestão Democrática: “Projeto Político Pedagógico Desafiando uma Qualidade Total na Gestão Escolar das Escolas Públicas do Ensino Fundamental I”.

Então, peço a sua gentileza para preencher este questionário e contribuir para minha pesquisa. Sua identificação abaixo somente servirá para colocar como público na Metodologia, mas não será revelada na análise dos dados, ou seja, somente serão consideradas as respostas para as respectivas análises sem mencionar quem as fez.

Identificação:

Titulação:

Tempo na Educação:

Tempo na modalidade de Ensino Fundamental:

Tempo na Rede Estadual de Educação:

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTAS – GESTOR/ COORDENADOR

1. Qual sua graduação? Há quanto tempo exerce essa função?
2. Qual é o projeto pedagógico que você desenvolve com o lúdico para se ter uma boa aprendizagem?
3. Qual a função da escola diante de um Projeto Político Pedagógico?
4. Sabemos que a família hoje passa a transmitir responsabilidades para escola, que é cabível a ela, mas, como a escola trabalha a comunidade no

sentido de impor limites e participação ativa dos projetos que é oferecido pela escola?

5. Gestor, você é capaz de mencionar o motivo de um Projeto Político Pedagógico não dá certo? E quem são os prejudicados?
6. Gestor, você incentiva seus funcionários, alunos e a família a participar ativamente de cada item do projeto político pedagógico da escola?
7. De que maneira acontece o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da sua escola?
8. Com quantos meses as metas e as ações do projeto político pedagógico são avaliadas?
9. É oferecido capacitação para equipe pedagógica periodicamente sobre gestão democrática numa construção qualitativa do projeto político pedagógico?

Obrigada!

Maria Dalvani Soares da Silva.

5. Questionário aplicado ao bem-estar (serviços gerais e administrativos)

Prezado Colega,

Sou a doutoranda Maria Dalvani Soares da Silva, sua colega de trabalho da Rede Pública Municipal da cidade de Bezerros/PE. Estou fazendo minha dissertação de Doutorado que tem como tema Gestão Democrática: “Projeto Político Pedagógico Desafiando uma Qualidade Total na Gestão Escolar das Escolas Públicas do Ensino Fundamental I”.

Então, peço a sua gentileza para preencher este questionário e contribuir para minha pesquisa. Sua identificação abaixo somente servirá para colocar como público na Metodologia, mas não será revelada na análise dos dados, ou seja, somente serão consideradas as respostas para as respectivas análises sem mencionar quem as fez.

Identificação:

Titulação:

Tempo na Educação:

Tempo na modalidade de Ensino Fundamental:

Tempo na Rede Estadual de Educação:

UNIVERSIDAD INTERNACIONAL TRES FRONTERAS

ENTREVISTAS – BEM ESTAR (Serviços Gerais e Administrativos)

1. Qual é a sua formação? Há quantos anos trabalha nessa função?
2. Qual é a maneira que você se integra no Projeto Político Pedagógico da escola?
3. Você gosta de participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da sua escola?
4. De que forma você educador do (bem estar) participa da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

5. De que maneira você debate com o seu gestor sobre as normas que regulamenta a escola, respeitando-o e fazendo-o respeitar.
6. O Gestor desenvolve sua função com qualidade?
7. De que maneira devemos colocar a importância da limpeza na escola no Projeto Político Pedagógico?
8. É importante todos da equipe dirigente, envolvendo a família, participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico?

Obrigada!

Maria Dalvani Soares da Silva.

6. Cronograma de capacitação para construção do projeto político pedagógico

Organização da pesquisa de campo

Escola: Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores

Tema: Gestão Democrática: Projeto Político Pedagógico Desafiando Para Uma Qualidade Total na Gestão Escolar Pública do Ensino Fundamental I

Março: 20/03 (Quinta-feira). Conversa com a secretária Ladjane Karla sobre a pesquisa de campo;

25/03 e 26/03 (Terça e Quarta-feira). Visita às duas escolas de pesquisa e conhecer o Projeto Político Pedagógico das referidas escolas – Clube de Assistência Nossa Senhora das Dores e a Lourdes Chagas;

27/03 (Quinta-feira) – Tarde. C.A.S.N.S.D.: Formação com toda equipe da escola – Formando Uma Equipe de Alta Performance – DVD – Conversação sobre o Projeto de Pesquisa;

Abril: 04/04 (Sexta-feira) – Manhã. C.A.S.N.S.D.: Formação com toda equipe da escola – Formando Uma Equipe de Alta Performance – DVD – Conversação sobre o Projeto de Pesquisa;

03/04 (Quinta-feira) – Tarde. C.A.S.N.S.D.: Entrevista com o coordenador, secretário e os auxiliares administrativos;

08/04 (Terça-feira) – Tarde. C.A.S.N.S.D.: Entrevista com o gestor e auxiliares de serviços gerais;

10/04 (Quinta-feira) – Manhã e Tarde. C.A.S.N.S.D.: Entrevista com os professores e com os alunos;

23/04 (Quarta-feira) – Manhã e Tarde. C.A.S.N.S.D.: Formação com a equipe – Identidade Profissional e Projeto Político Pedagógico;

29/04 (Terça-feira) – Tarde. C.A.S.N.S.D.: Entrevista com as famílias;

Maio: 07/05 (Quarta-feira) – Tarde. C.A.S.N.S.D.: Projeto – Elaboração e Organização para alcançar as Metas / Projeto Pedagógico com a equipe – Sugestões – Copa – Junino – Leitura, etc.;

08/05 (Quinta-feira) – Manhã. Projeto – Elaboração e Organização para alcançar as Metas / Projeto Pedagógico com a equipe – Sugestões – Copa – Junino – Leitura, etc.;

15/05 – 20/05 – 27/05 (Quinta e Terça-feira). Fechamento do Projeto. (Manhã e Tarde);

Junho: 04/06 (Quarta-feira) – (Manhã e Tarde). Formação – Funcionário Gestores na Democracia escolar;

Julho: 03/07 (Quinta-feira). Organização do Projeto Político Pedagógico;

Agosto: 05/08 (Terça-feira). Entrega do P.P.P. a Secretaria Municipal de Educação.

Observação: Os outros dias da semana estavam com essas mesmas atividades na Escola Maria de Lourdes Chagas.

CLUBE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DAS DORES

“Educando para a conscientização de que é preciso viver valores”

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Bezerros - PE

2014

SUMÁRIO

1. Dados de Identificação
2. Apresentação e caracterização da Escola
3. Justificativa
4. Diagnóstico da realidade
5. Visão de Educação, Escola e Sociedade
 - 5.1 Visão de Educação
 - 5.2 Visão de Escola
 - 5.3 Visão de Sociedade
6. Tendências Pedagógicas
 - 6.1 Pedagogia da Organização Coletiva
 - 6.2 Pedagogia do Trabalho
 - 6.3 Pedagogia da Escolha
 - 6.4 Pedagogia da História
7. Filosofia da Escola
8. Objetivo Geral
 - 8.1 Objetivos dos Níveis de Ensino
 - 8.1.1 Educação Infantil
 - 8.1.2 Ensino Fundamental
 - 8.1.3 Programas e Projetos
 - 8.2 Objetivos Específicos
9. Proposta Metodológica
10. Perfil do Educando que pretende formar
 - 10.1 Perfil do Gestor
 - 10.2 Perfil do Coordenador
 - 10.3 Perfil do Educador
 - 10.4 Perfil da Equipe Administrativa
 - 10.5 Perfil do Bem-Estar
11. Metas e Ações

11.1 Metas

11.2 Ações

12. Avaliação

12.1 Expressão dos Resultados da Avaliação

12.2 Estudos de Recuperação

12.3 Controle de Frequência

12.4 Documentação Escolar

13. Conclusão

14. Referências Bibliográficas

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Escola: Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores

1.2 Entidade Mantenedora: Secretaria da Educação e MEC

1.3 Grau de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental I

1.4 Endereço: Rua Padre Júlio, 65, Salgado

1.5 Município: Bezerros

2. APRESENTAÇÃO

A nossa querida e saudosa Irmã Eudóxia registrou habitualmente em ata, o dia da inauguração do Centro Social Nossa Senhora das Dores que, mais tarde, seria Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores. No dia 13 de maio de 1971, às 17:00h, realizou-se mais que uma solenidade para a inauguração do Centro Social Nossa Senhora das Dores, uma vez que a reunião teve como ponto alto o Santo Sacrifício da missa. Iniciou-se a cerimônia pelas expressivas palavras do nosso promotor de justiça, Dr. Alípio, que interpretando o pensamento comum, dirigiu palavras de louvor ao Secretário do Município que tão nobremente realizou esta obra a bem do povo do Bairro do Salgado. Também referiu-se à Irmã Júlia que também muito se empenha para o bem estar do povo deste recanto de Bezerros. A seguir Dom Augusto Carvalho, bispo da Diocese, desfez o laço símbolo, dando início à inauguração do prédio ora concluído. Após todos se encontrarem no recinto a Santa Missa foi celebrada por Dom Augusto e coadjuvado pelo Padre Rogério Prata e Pelo Vigário Monsenhor José Florentino. Estavam presentes à solenidade as principais figuras dirigentes do município, como Sr. Romeu de Góes, digníssimo prefeito da cidade, o Juiz de Direito Dr. Amorim, Promotor de Justiça Dr. Alípio, a diretora do Colégio Nossa Senhora das Dores, Ir. Zélia Meireles, o digno secretário

de obras, Sr. Rivaldo, a quem reservamos especiais palavras de gratidão, e algumas das distintas senhoras de nossa cidade e os moradores do bairro.

Continuando o Santo Sacrifício, tivemos a palavra do celebrante que em sua homilia de pastor deu aos assistentes o conhecimento mais precioso da finalidade do centro inaugurado. Também fez alusão ao dia das mães, dando-lhes o sentido de sua grande missão. Terminada a Santa Missa foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a ata. Alguns se tornaram benfeitores desta obra, como foi o caso do Juiz de Direito, Dr. Amorim, que, além de benfeitor, tornou-se amigo da Irmã Júlia. Mais tarde, Dr. Amorim brinda a Escola com uma biblioteca, promovendo cultura e pesquisa para os alunos. Como reconhecimento a Irmã Júlia dá o nome da biblioteca de “Neusa Amorim”, esposa do Dr. Amorim, então falecida.

A Escola Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores foi criada pelo Decreto Nº 50/ 116-11-83, publicado no Diário Oficial de 17-11-83. Atualmente atendemos a comunidade nos dois turnos manhã e tarde com modalidades Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como com projetos e programas de correção de idade série. O perfil sócio econômico de nossa comunidade é de renda mínima, 80% a 90% dependem de Programa Bolsa Escola. Atendemos a portadores de necessidades especiais, mesmo não possuindo acessibilidade. A estrutura física é inadequada, visto que as salas tornam-se pequenas devidas à demanda existente, no entanto o mobiliário é de bom estado.

Relacionamos abaixo os espaços destinados a atender 300 alunos, sendo 157 no turno matutino e 143 no turno vespertino.

Descriminação	Quantidade
Almoxarifado	1
Área coberta	1
Banheiros para alunos	6
Banheiros para funcionários	2
Biblioteca	1
Cozinha	1
Dispensa	2
Gestão e Coordenação Pedagógica	1
Laboratório de Informática	1
Pátio Externo	2
Quadra	1
Sala de Professor	1
Sala de Vídeo	1
Salas de Aula	6
Secretaria	1

Com a complementação de uma pintura para escola solicitada através de ofício a Secretaria Municipal de Educação que será definido e qualificado possibilitando o melhor atendimento à comunidade.

3. JUSTIFICATIVA

A educação é prioridade de todos os seres humanos, por isso, precisamos estabelecer metas para serem cumpridas a curto e, médio e longo prazo, onde a escola acompanhe de forma gradativa as verdadeiras necessidades da comunidade escolar. Diante da oportunidade oferecida pela Lei 9394/96, onde cada escola pode organizar seu sistema de ensino de modo que atenda às necessidades e possibilidades, organizamos nossa Proposta Pedagógica, que tem como maior objetivo a formação do aluno, exercendo em sua plenitude o direito à cidadania e explorando as suas potencialidades.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Nos últimos anos, a população do Bairro do Salgado vem crescendo significativamente, no entanto, nos deparamos com uma infraestrutura que não

acompanha esse processo, sendo um bairro que ainda possui saneamento básico em muitas casas em condição precária. Convivemos com um alto índice de pobreza, marginalização, traços de violência, usuários de drogas, elevado número de crianças e jovens pelas ruas em situação de risco, repercutindo assim em uma realidade de famílias desestruturadas que não dão à devida importância à educação dos filhos. Em pleno estado de crise da família moderna, boa parte de nossos alunos moram com os pais, no entanto é significativa a quantidade de alunos que moram com pais separados, com os avós ou outros parentes.

Com relação à escola, é a única do Bairro do Salgado, sendo para maioria dos alunos presentes, o único espaço de referência, onde se tem que seguir normas e regras fora do ambiente familiar, daí a necessidade de desenvolver nos mesmos, uma melhor expectativa de vida melhor, mais humana e igualitária.

5. VISÃO DE EDUCAÇÃO, ESCOLA E SOCIEDADE

5.1 VISÃO DE EDUCAÇÃO

A visão que temos da Educação é uma visão humana que contribui para formação do cidadão diante de suas ações modificando a realidade ao qual está inserido.

A visão humana na Educação contribui para:

- a) Perceber o aluno como ser integral;
- b) Aprender a viver junto com o aluno;
- c) Vivências em dinâmicas de grupos (valorizar a socialização entre alunos, estudantes e professores e comunidade dirigente as coisas simples e complexas da vida).

5.2 VISÃO DA ESCOLA

Para o Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores, a escola é um ambiente que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana, onde

o conhecimento é compartilhado e sistematizado, tendo a tarefa de formar seres humanos com consciência dos seus direitos e deveres exercendo sua cidadania.

A Escola Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores, através de análise da realidade de sua comunidade, bem como do estudo – da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, tem uma visão de escola comprometida com o desenvolvimento de atividades pedagógicas com a formação integral do estudante bem como o processo de avaliação permanente, que devem ser considerados por todos, pontos básicos na construção de uma escola “BOA”, aquela que realmente o estudante aprende. Aos educadores, propõe-se uma nova visão e novos critérios a serem adotados que incidirão diretamente na formação cidadã, pessoal e escolar dos estudantes para dar segmento aos seus estudos após concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental.

Esta visão defendida pela escola também parte de premissa de uma cultura que precisa ser mudada, e todos que compõem esta unidade de ensino, precisam estar conscientes da sua função dentro da escola, estar engajados no intuito de alcançar melhores resultados, principalmente nas avaliações externas, isto não significa que aqui finalizamos todos os objetivos de ensino aprendizagem e da visão que temos de escola, mas ir além, pressupondo a concepção e o papel da escola na vida de crianças que sonham e precisam de uma vida mais digna, justa e que acima de tudo, saibam criticamente defender seus direitos.

5.3 VISÃO DE SOCIEDADE

Para definir a visão de sociedade, precisou-se definir em primeiro lugar a visão social vista de dentro da escola, para isso, foi preciso partir do micro para o macro, discutir e definir o perfil da sociedade contemporânea, definindo a visão de sociedade. Desta forma, definimos que cabe à escola:

- Manter uma parceria com a comunidade;
- Desenvolver projetos de valores;
- Dar continuidade ao Projeto Ler é Bom Demais;
- Vivenciar datas comemorativas no decorrer do ano letivo;

- Manter projetos com associações que beneficiam as famílias do bairro ao qual estamos inseridos;
- Manter viva a Fanfarra e Hino da Escola em memória a nossa Matriarca Ir. Júlia em momentos Cívicos e Pedagógicos da escola;
- Manter a visão de solidariedade no contexto econômico, afetivo e social.

6. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

A escola segue matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática e vivências fundamentais neste processo de humanização das pessoas, que difunde novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade.

6.1 PEDAGOGIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade escolar. Usando para isso a metodologia do Alfa e Beto que busca promover o desenvolvimento infantil integral da criança nos aspectos pessoal-social, cognitivo e psicomotor, a metodologia do IQE visa à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental, por meio de um conjunto de ações articuladas de intervenção na prática escolar, a metodologia do PNAIC é a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o 3º ano do Ensino Fundamental, de todas as crianças das escolas municipais e estaduais urbanas brasileiras, a metodologia do SE LIGA busca corrigir o fluxo escolar do Ensino Fundamental porque combate o analfabetismo nas primeiras séries, além de contribuir para a diminuição da evasão escolar.

6.2 PEDAGOGIA DO TRABALHO

Norteados pela metodologia dos programas, Mais Educação que busca a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento

e práticas socioculturais; a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral; a integração entre as políticas educacionais e sociais; e a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral, contemplando as oficinas: Atletismo, Informática, Karatê, Canto Coral e Orientação de Estudo (Matemática e Letramento), por fim o PROERD, que visa trabalhar sobre as causas do uso de drogas lícitas e ilícitas estabelecendo sobre os riscos decorrentes da dependência química e orientando as crianças, adolescentes, assim como seus pais ou responsáveis, acerca da busca de soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas. A fim de vivenciarem conhecimentos que os insiram no mercado de trabalho, bem como contribuam para sua vida em sociedade.

6.3 PEDAGOGIA DA ESCOLHA

Dizemos que há uma pedagogia da escolha á medida que reconhecemos que a comunidade escolar se educa se humaniza e principalmente quando exercita a possibilidade de fazer escolhas e refletir sobre elas. Pois, como escola, as escolhas não podem ser individualistas este é um dos obstáculos que estamos sempre combatendo, levando nossos alunos a fazer escolhas pensando no bem comum de todos.

6.4 PEDAGOGIA DA HISTÓRIA

A escola acredita que cultivar a memória é mais do que compreender friamente o próprio passado. A pedagogia da história se baseia em não ver a história somente como uma disciplina e passe a trabalhá-la como uma dimensão importante de todo o processo educativo e da realidade que vivemos no momento.

7. FILOSOFIA DA ESCOLA

Educar partindo do princípio de uma política pedagógica em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e

conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem.

8. OBJETIVO GERAL

Fortalecer vínculos entre Escola e Família, procurando realizar um trabalho eficaz com ênfase aos valores éticos e interpessoais, visando à formação de cidadãos conscientes capazes de inferir positivamente na sociedade em que vivem.

8.1 OBJETIVOS DOS NÍVEIS DE ENSINO

8.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Promover metodologias de acordo com os conhecimentos prévios do estudante, estimulando-os a uma aprendizagem significativa relacionando a teoria e a prática no processo educacional.

8.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Desenvolver a capacidade de aprendizagem através de Projetos de Leitura, Projetos de Matemática, Proteção do Meio Ambiente, Oficinas, Poesias, Teatros, Parada da Leitura, Auto Estima, Valorização da Escola para Formação de Valores, Fortalecer os Vínculos familiares e Convivência Comunitária através de conhecimentos socialmente úteis e imprescindíveis a vida humana.

8.1.3 PROGRAMAS E PROJETOS

Promover à aceleração da formação acadêmica das crianças, que se encontram fora da faixa etária corrigindo, o problema da distorção idade/série motivando-os os estudantes a continuidade aos estudos a conclusão da formação

do ensino fundamental I, proporcionando uma participação em atividades culturais, esportivas e pedagógicas.

8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver a capacidade de organização dos estudantes quanto à preservação e limpeza do ambiente educativo, regimento interno, pontualidade, horários da escola e o zelo ao patrimônio escolar;
- Vivenciar com a comunidade escolar, atitudes como humildade, respeito, postura, disciplina, solidariedade e outros valores;
- Oferecer à comunidade escolar, momentos de estudos, palestras e eventos, a fim de qualificar, motivar e orientar a comunidade escolar;
- Buscar a combinação entre teoria e trabalhos práticos como instrumentos para desenvolvermos habilidades e conhecimentos socialmente úteis à comunidade escolar;
- Promover atividades onde ocorra o engajamento comunidade x escola, na busca de interação e troca de conhecimentos;
- Garantir a assiduidade do estudante no cumprimento do calendário letivo;
- Subsidiar professores e os estudantes com recursos didáticos para a efetivação das atividades escolares para que os mesmos dinamizem suas práticas pedagógicas;
- Acolher diariamente nossos estudantes e familiares através de momentos temáticos, na tentativa de resgatar os diversos valores na convivência diária do ambiente escolar;
- Promover momentos de atividades que permitam o engajamento dos funcionários;
- Dar continuidade ao Projeto de Intervenção para crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem;

- Estabelecer e cumprir o calendário de encontros pedagógicos, reuniões de pais e mestres, plantões pedagógicos conselho de classe e reuniões internas administrativas.

9. PROPOSTA METODOLÓGICA

Queremos que os estudantes possam ser mais humanos e não apenas sabedores de competências e habilidades técnicas que possam desenvolver uma criticidade sintonizando com sua história de vida, ou seja, cidadãos conscientes e capazes de interagirem na sociedade.

A proposta de educação da nossa escola tem ênfase em três aspectos importantes na questão de metodologia de ensino

- Segmentos de eixos temáticos;
- Prática-teoria-prática;
- Participação coletiva.

Sendo assim, esse método de ensino torna o processo de ensino aprendizagem mais voltado às necessidades e interesses pedagógicos. Em linhas gerais podemos dizer que as ênfases apresentadas são questões extraídas de uma realidade escolar em torno dessas questões são desenvolvidos os conteúdos e as práticas no conjunto da escola. A partir disso desejamos intervir concretamente na realidade escolar.

A educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, é também da afetividade, dos sentimentos e é esta combinação que precisa está tanto no ato de educar como no ato de ser educado e deve ser o pilar da relação do educador com o estudante sustentado pelo companheirismo e pelo respeito no sentido profundo e libertador da palavra.

10. PERFIL DO EDUCANDO QUE SE PRETENDE FORMAR

Queremos que o nosso estudante seja capaz de:

- Sentir indignação diante de injustiças e de perda da dignidade humana;
- Apresentar companheirismo e solidariedade nas relações entre as pessoas, bem como respeito às diferenças de gênero, culturas, raças e estilos pessoais de vida;
- Planejar atividades e dividir tarefas, tendo disciplina no trabalho e no estudo;
- Demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente;
- Praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas;
- Sonhar, partilhar o sonho e as ações de realizá-la;
- Demonstrar atitude de humildade, mas também de autoconfiança.
- Valorizar o estudo como instrumento fundamental para sua formação como cidadão, nos aspectos físicos, psicossocial, cognitivo e afetivo.

10.1 PERFIL DO GESTOR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art.13 – Compete ao professor no exercício da função de diretor escolar:

- I. Dirigir a escola através de um processo democrático, assegurando o cumprimento dos princípios constitucionais, visando também os princípios democráticos estabelecidos por esta lei, pragmatizados na política municipal de educação;
- II. Manter articulação sistemática com a Secretaria Municipal de Educação a fim de garantir a manutenção das instalações físicas, do mobiliário e dos equipamentos escolares, o suprimento regular de material didático, merenda e demais condições necessárias ao funcionamento adequado da escola;
- III. Administrar os recursos financeiros repassados para a escola, definindo sua aplicação em conjunto com o conselho escolar e assembleia geral da escola;

- IV. Administrar o corpo de pessoal lotado na escola, assegurando o cumprimento de suas atribuições, do horário de trabalho, dos seus direitos, deveres e das penalidades previstas em Lei, garantindo o direito de ampla defesa e do contraditório;
- V. Propor á Secretaria Municipal de Educação, ao conselho escolar e á assembleia geral da escola a execução de medidas que visem á melhoria do funcionamento escolar;
- VI. Coordenar, em conjunto com a coordenação de área e supervisão escolar, a elaboração do projeto político pedagógico, submetendo-o á aprovação do conselho escolar;
- VII. Coordenar, em conjunto com a supervisão escolar, a execução e a avaliação do projeto político pedagógico e o cumprimento do calendário escolar e de todas as atividades pedagógicas e administrativas da escola;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno da escola;
- IX. Organizar e coordenar, em conjunto com a supervisão escolar, as reuniões da escola: de pais, conselhos de classe e professores;
- X. Organizar em conjunto com o coordenador de área e a supervisão escolar, o horário da escola e o horário de trabalho dos professores e demais funcionários;
- XI. Acompanhar em conjunto com o secretário escolar, a matrícula, transferência e registro da vida escolar dos alunos;
- XII. Manter contato com os pais e responsáveis, visando ao acompanhamento do rendimento escolar e da frequência do aluno à escola, buscando a elevação dos índices de aprovação e o controle da evasão;
- XIII. Propor á Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o conselho escolar, a implantação e supressão de cursos, turnos e turmas;
- XIV. Estimular e apoiar a comunidade escolar na realização de atividades de interesses coletivos que visem á dinamização e a elevação da ação educativa da escola;

- XV. Participar de reuniões e outras atividades, programadas e convocadas pela Secretaria Municipal de Educação e/ou sindicato dos professores do Município dos Bezerros;
- XVI. Representar oficialmente a escola junto a órgãos públicos e privados;
- XVII. Responder administrativamente e juridicamente por irregularidades cometidas na escola, nos limites de suas atribuições e competências;
- XVIII. Compor o conselho escolar;
- XIX. Encaminhar relatórios anuais para análises e aprovação pelo conselho escolar.

10.2 PERFIL DO COORDENADOR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art. 16. Compete ao professor no exercício desta função no interior da escola:

- I. Acompanhar e orientar, diretamente nas escolas, a prática pedagógica dos professores;
- II. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar nas escolas, propostas pedagógicas, planos e programas de ensino;
- III. Selecionar, produzir textos e materiais de apoio ao ensino;
- IV. Planejar, executar e avaliar as atividades de formação continuada do professor regente;
- V. Orientar e acompanhar nas escolas, as reuniões de pais, alunos e de professores;
- VI. Orientar e acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da educação infantil e do ensino fundamental I e II, numa perspectiva crítica baseada em parâmetros científicos e vinculada á realidade do público alvo;
- VII. Orientar e acompanhar os professores regentes no planejamento e preparação de aulas, dos instrumentos de avaliação e do material de apoio didático;

- VIII. Acompanhar a prática pedagógica do professor da educação infantil, ensino fundamental, nas várias atividades específicas de sua função;
- IX. Acompanhar em conjunto com a comunidade escolar a frequência dos alunos da educação infantil, ensino fundamental, a elevação dos índices de aprovação, o controle da evasão escolar e da qualidade de ensino;
- X. Acompanhar e orientar os estagiários de sua área;
- XI. Coordenar ações político-pedagógicas com vistas à interdisciplinaridade exigida pelo desenvolvimento da dinâmica curricular;
- XII. Discutir com a comunidade escolar sobre as formas de organização e funcionamento da escola, de modo a assegurar condições favoráveis à construção e sistematização do conhecimento.
- XIII. Participar:
 - a) Das reuniões de pais, conselho de classe, reunião de professores assembleias gerais e das atividades complementares da escola;
 - b) Das capacitações e das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

10.3 PERFIL DO EDUCADOR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art. 5º. Competem ao professor no exercício da função de docência as seguintes atribuições:

- I. Participar do planejamento, execução e avaliação das ações da rede municipal de ensino, garantindo:
 - a) A democratização da escola pública;
 - b) A adequação da prática pedagógica às condições de vida e as características socioculturais dos alunos, promovendo-lhes a aquisição de conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes que conduzam à compreensão e à intervenção na realidade física e social, instrumentalizando-os para o exercício consciente da cidadania;

- c) O controle das atividades administrativas e pedagógicas pela comunidade escolar;
 - d) O acompanhamento e o controle da frequência do aluno, em parceria com a gestão escolar, estimulando sua permanência com êxito;
 - e) O acompanhamento e o controle do aproveitamento escolar do aluno, objetivando a elevação dos índices de aprovação;
 - f) A atualização e o aperfeiçoamento profissional propondo a melhoria das condições de trabalho e de salário do professor visando a qualidade da educação prestada à população;
 - g) A articulação escola-comunidade, possibilitando o uso do espaço escolar para atividades sociais, culturais e de lazer da comunidade.
- II. Participar do processo de definição, execução e avaliação da Política Municipal de Educação;
 - III. Planejar, preparar e ministrar aula;
 - IV. Avaliar a aprendizagem dos alunos, através da preparação, aplicação e correção de instrumentos de avaliação, registro e acompanhamento dos resultados;
 - V. Realizar recuperação sistemática dos alunos com dificuldades de aprendizagem;
 - VI. Planejar e preparar material de apoio didático;
 - VII. Organizar e divulgar a produção intelectual dos alunos;
 - VIII. Manter articulação com a comunidade visando ao conhecimento das condições de vida e das características socioculturais e a prática pedagógica;
 - IX. Manter contato com os pais e responsáveis, visando o acompanhamento de vida escolar dos alunos, a elevação do aproveitamento escolar e da frequência;
 - X. Participar das atividades de:
 - a) Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos escolares;

- b) Seleção de livros, textos e material de apoio didático;
 - c) Formação continuada destinada á atualização e aperfeiçoamento profissional;
 - d) Reuniões pedagógicas e administrativas promovidas e convocadas pela Secretaria Municipal de Educação e escola, reuniões de pais e conselho de classe;
 - e) Acompanhar estagiários dos anos e disciplinas que leciona.
- XI. Desenvolver ações político-pedagógico com vistas á interdisciplinaridade exigida pela dinâmica curricular;
- XII. Contribuir junto ao aluno para compreensão do processo democrático da escola visando a sua livre organização;
- XIII. Perceber necessidades especiais dos alunos;
- XIV. Flexibilizar sua ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimentos;
- XV. Atuar em equipe, inclusive, com professores especializados em educação especial.

10.4 PERFIL DA EQUIPE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA ESCOLAR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art.19 Compete ao professor no exercício da função de secretário (a) escolar:

- I. Organizar e manter atualizado o arquivo ativo, garantindo a regularidade da vida escolar dos alunos;
- II. Organizar o arquivo passivo, atendendo ás solicitações de ex-alunos quanto ao registro de sua vida escolar;
- III. Redigir, expedir e receber a correspondência oficial, sob a orientação da direção;
- IV. Assinar, juntamente com o(a) diretor(a) a documentação escolar, assumindo a veracidade dos mesmos;
- V. Manter atualizada a legislação vigente;

- VI. Articular-se com a coordenação escolar para garantir o cumprimento dos prazos de entrega dos resultados dos alunos;
- VII. Elaborar relatórios e outros documentos solicitados pela direção;
- VIII. Lavrar e subscrever atas e termos de apuração dos resultados dos trabalhos escolares;
- IX. Substituir o (a) diretor (a), em suas ausências, respondendo pela escola;
- X. Cumprir e fazer cumprir as determinações do regimento escolar;
- XI. Receber orientações da normatização da Secretaria Municipal de Educação quanto à organização, escrituração e preenchimento de documento;
- XII. Entregar em tempo hábil a documentação exigida pela comunidade escolar, Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos correlatos.

10.5 PERFIL DO BEM-ESTAR (ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL – SERVIÇOS GERAIS)

O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino. Compete ao auxiliar operacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

- I. Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- II. Utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar a direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
- III. Zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;
- IV. Auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;

- V. Atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
- VI. Auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto à alimentação durante o recreio, atendimento as necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;
- VII. Auxiliar nos serviços correlatos a sua função, participando das diversas atividades escolares;
- IX. Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- X. Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- XI. Coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
- XII. Participar da avaliação institucional, conforme orientações da S.M.E.
- XIII. Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XIV. Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XV. Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

11. METAS E AÇÕES

11.1 METAS

- Construir ambiente educativo onde todos os segmentos da comunidade escolar sintam-se responsáveis pelo processo educativo e pela conservação do patrimônio escolar;

- Conscientizar da importância do estudo, como fonte de conhecimento e auto-afirmação;
- Estimular a participação da comunidade nas ações da escola;
- Ser espaço de interação e discussão conduzindo na busca de alternativas;
- Ter todos que nos procuram para estudar, de forma especial as crianças, em idade escolar ou não, frequentando a escola;
- Motivar a equipe docente a ensinar com prazer, criando reciprocamente, no estudante, o prazer de descobrir, de aprender, no ambiente escolar e em outros ambientes em que se fizer necessário;
- Desenvolver um trabalho pedagógico com a participação ativa da comunidade escolar, construindo assim, uma escola democrática, atuante que possa com o trabalho desenvolvido modificar positivamente a comunidade e sociedade;
- Oferecer as seguintes modalidades de ensino; educação infantil e ensino fundamental;
- Promover a inserção de projetos que visem o desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo e social;
- Conscientizar a comunidade escolar para um percentual de 80% de frequência dos pais a se fazerem presentes na escola que sempre for solicitado;
- Participação de palestrantes com temas transversais;
- Cumprimento dos 200 dias letivos contido na LDB Lei nº 9394/96;
- Diminuir o índice de reprovação e transferência em relação aos resultados anteriores;
- Conscientização do estudante no tocante a prática do *bullying* na escola;
- Acompanhamento direcionado aos alunos que apresentam dificuldades cognitivas e disciplinares;

- Avaliar em conjunto com a comunidade escolar, a atuação pedagógica da escola, a fim de coletar sugestões que contribuam para melhoria do desempenho global dos estudantes e do ambiente escolar.

11.2 AÇÕES

- Realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar para organização das atividades escolares;
- Realizações de momentos de reflexões sobre valores e princípios morais e éticos;
- Realização pelos estudantes com o auxílio, dos professores de peças teatrais;
- Declamação de poema, dança, oficina de música e concurso contribuindo para o enriquecimento da cultura;
- Limpeza da sala de aula, após a realização de trabalho com material que suja e desorganiza o ambiente escolar;
- Organização de aula campo e execuções pedagógicas durante o ano letivo;
- Disponibilização do prédio escolar para a realização de encontros e demais eventos realizado para outras entidades e pelos moradores da comunidade;
- Realizações de reuniões com o conselho escolar, PDDE para debate e solução de problemas e prioridade da escola, bem como para decisões de verbas recebidas;
- Realização de reuniões de pais e mestres e plantão pedagógico;
- Realização de palestras, com profissionais da comunidade, líderes comunidades, representante de órgãos governamentais e não governamentais;
- Realização visitas domiciliar a cada dez faltas com a equipe administrativa e pedagógica da escola;

- Coleta de doações para famílias carentes da comunidade;
- Realização de eventos para a aquisição de recursos, a fim de realizar aula de campo educativa e aquisição de materiais que tragam benefícios para a escola;
- Organização de prestações de contas á comunidade escolar a cada final ou início de cada ano letivo;
- Organização dos espaços físicos da escola objetivando o conforto, a valorização do servidor, professores e toda comunidade educativa e a motivação em realizar um trabalho eficiente que se possa cumprir com o que está estabelecido na LDB Lei nº 9394/96;
- Desenvolver junto às educadoras de apoio (coordenação pedagógica), um sistema de avaliação de experiências, para que se possa atingir um progressivo aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem;
- Instituir uma gestão escolar democrática que respeita a legislação, mas também reconhece as limitações pessoais dos seus pares, a fim de desenvolver um processo de construção de ações coletivas, e assim encontrarmos junto a estes parceiros e solução para problemas apresentados;
- Desenvolver junto aos educadores e coordenadores pedagógicos atividades lúdicas de leitura, interpretação de texto, jogos matemáticos, teatro, jogos, oficinas e competições.

12. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação das aprendizagens dos estudantes dar-se-á de acordo com os níveis e modalidades de ensino, e de forma de organização nas (nos) séries/anos de escolaridades, programas e projetos de ensino.

- I. Nos anos finais do Ensino Fundamental Inicial, do 1º ao 5º ano, a avaliação das aprendizagens do(a) estudante deverá ser realizada, através de instrumentos diversificados e as verificações de aprendizagens registradas sob a forma de nota, objetivando-se:

- a) Diagnosticar e registrar os processos dos estudantes e suas dificuldades;
 - b) Possibilitar ao estudante sua autoavaliação;
 - c) Construir junto aos estudantes um processo de ensino que supere as dificuldades apresentadas;
 - d) Realizar um trabalho junto aos educadores no sentido de replanejar suas atividades didáticas, para que sejam oferecidas ao estudante novas oportunidades de ensino;
- II. Nos projetos especiais da Secretaria Municipal de Educação, a avaliação das aprendizagens do estudante e os registros de verificação serão realizados de acordo com as orientações teóricas metodológicas de cada projeto.

É vedado submeter ao estudante a um único instrumento de avaliação e de verificação de aprendizagens em cada unidade didática bimestral, ficando acordado que fica a critério do educador, nesta escola, em fazer no mínimo 2 (duas) e no máximo 3 (três) atividades de verificação de aprendizagem em cada unidade didática bimestral. Assim como, também, fica vedado estabelecer períodos específicos de avaliação, a exemplo de Semana de Avaliação, para realização de atividades avaliativas.

As aprendizagens que os estudantes deverá desenvolver na(s) série(s), ano(s) da educação infantil e do ensino fundamental, serão vivenciadas em situações didáticas planejadas pelo(a) educador(a) e no Projeto Político Pedagógico, por unidades didáticas bimestrais considerando os currículos definidos e os eixos temáticos dos projetos oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

O ano letivo será dividido em quatro unidades, sendo desenvolvidas em cada uma delas atividades de ensino e de aprendizagem, cuja avaliação considerará os conteúdos trabalhados em sala de aula na unidade letiva.

Durante o ano letivo haverá 4 (quatro) períodos de avaliação, devendo ao final de cada período o estudante submeter-se á recuperação paralela na qual o mesmo poderá ficar em todas as disciplinas e só terá aprovação o estudante que

obtiver nota a partir de 6,0 (seis) em cada disciplina. E a Educação Infantil acontecerá através de conceitos.

Serão considerados para aprovação os resultados obtidos nos aspectos avaliativos, bem como tem que ter o mínimo de 75% de frequência durante o ano letivo. O aluno poderá submeter-se á recuperação final apenas em duas disciplinas dos componentes curriculares.

Resumindo, entendemos assim a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. Para isso são realizadas práticas avaliativas, diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o estudante como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

12.1 EXPRESSÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados.

É realizada: avaliação somativa, um dos exemplos mais conhecidos é a prova objetiva (os mais variados tipos de testes, questionários, trabalhos individuais e em grupos). Avaliação formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos estudantes (esta é feita através de observação diária).

12.2 ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

A avaliação como já descrevemos é processo contínuo, devendo prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com base neste pensamento o estudo de recuperação é oferecido a todos os estudantes, sempre que o educador notar deficiências no processo é paralelo.

12.3 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Um estudante será promovido para série/ano seguinte se tiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária anual. O controle de frequência é registrado em livros de registros, de uso dos educadores, os quais ficam arquivados ao final do ano letivo, na Secretaria da escola, como também através de carteiras de identificação apresentadas na chegada às aulas e entregues na saída após a verificação dos números de estudantes presentes no dia, além de nos servir para outros problemas, entre eles a segurança.

Quando as faltas do educando gerarem perigo de reprovação, os pais serão convocados para reunião na escola e/ou serão realizadas visitas domiciliares onde serão comunicados sobre os danos causados á educação dos filhos devido as faltas e do perigo de reprovação do (a) filho(a). Caso as faltas continuem, o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar, a fim de que o mesmo tome as providências de acordo com a lei vigente.

12.4 DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Ao término do ensino fundamental a escola conferirá toda documentação de conclusão desta modalidade de ensino, como também expedir o histórico escolar. Para que os estudantes possam prosseguir seus estudos no ensino fundamental II.

13. CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho, afirmamos que nossa escola tem muito a fazer e principalmente motivar o QUERER FAZER, por parte de todos, trabalho nada fácil, quando se trabalha com uma cultura onde muitos acreditam que a escola pública não tem muito que fazer diante da realidade existente em nosso país, onde existem estudantes e educadores desmotivados, incrédulos do seu potencial de fazer acontecer. Então a Escola Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores, precisa ser um espaço aberto onde todos os sujeitos além de serem estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas, ser exemplo de cidadãos que

aprendam o respeito à legislação vigente, a cultivar valores e a refletir sobre eles, o tempo todo. Somente assim seremos uma escola melhor do que já somos para esta comunidade e para nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baffi, Maria Adelia Teixeira. *O Perfil Profissional do Formando no Projeto Pedagógico*. Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002.
- Brasil. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996; *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*.
- Brasília. *Secretaria de Educação Fundamental*. MEC/SEF, 1997, p. 130.
- Bezerros. Lei Nº 870 de 21 de maio de 2008 – *Plano de Cargos e Carreira Salarial*;
- Silva, Pe. Sérgio Venceslau-Ir. Maria Júlia. *Quando os Pequenos Se Tornam Grandes*. Bezerros-PE, 2000.
- Vasconcellos, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995.

ANEXOS

APOIO

Secretaria Municipal de Educação

Ladjane Karla Tôrres de Lima – Secretária Municipal de Educação

Alecassandra Simone Ferreira Furette – Secretária Adjunta

Janice Maria de Lima – Gerência de Administração Setorial

Maria Ivonete Alexandre – Gerência de Ensino

PESQUISADORA DE CAMPO

Maria Dalvani Soares da Silva

RECURSOS HUMANOS

Quadro de Funcionários

GESTORA

Rosalba Afonso Pinheiro

COORDENADOR DE APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

Marcos Antonio da Silva

PROFESSORES

Ana Cláudia Maciel de Santana

Andrezza Michelle Ribeiro dos Santos Lira

Cícera Maria Santos Silva

Claurimar Bezerra Lins Silva

Elizabeth da Silva Quirino

Érica Nascimento Santos da Silva

Erivando Barbosa de Melo

Josefa Erivânia de Melo

Liliane Karina Batista de Souza

Luiza Izabel de Andrade

Maria Cristiane Soares

Severina Marina da Silva Santos

CUIDADORAS

Maria Viviane da Silva

Valdelice Holanda Cavalcanti

SECRETÁRIA

Sonia Maria da Silva Melo

APOIO ADMINISTRATIVO

Maria da Graças Cavalcanti Campelo

AUXILIARES ADMINISTRATIVO

Maria Claudiane da Silva

Maria do Socorro Soares Santos

Maria Rufina de Oliveira

BIBLIOTECÁRIA

Gilvanete Maria da Silva

Maria Lucineide Alves de Oliveira Costa

VIGIA

Almir Alves da Silva

Nielson Alex da Silva

AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS

Flavio Luiz da Silva

Maria das Graças Botelho da Silva

Maria José da Silva

Maria José Leite

Marinalva Maria da Silva Gomes

Risoneide Maria da Silva Araújo

PROGRAMAS E PROJETOS – CRONOGRAMA

PERÍODO	
Fevereiro a Dezembro	IQE – Instituto qualidade no ensino
Fevereiro a Outubro	Programa Mais Educação
Fevereiro a Dezembro	Projeto Interdisciplinar
Fevereiro a Dezembro	Instituto Alfa e Beto (IAB)
Maio a Dezembro	Se Liga
Fevereiro a Dezembro	PNAIC

RECURSOS FINANCEIROS

A Prefeitura Municipal dos Bezerros mantém a Escola com pagamento de água, luz, funcionários e o prédio que pertence a Congregação das Filhas do Imaculado Coração de Maria são cedidos a Educação do Município. O Governo Federal também contribui com a manutenção da Escola, através PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Esse Recurso permite a manutenção e compra de material didático, limpeza e equipamentos, administrado pelo Conselho de Pais e Mestres e Alunos (CPMA).

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES CHAGAS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Bezerros - PE

2014

SUMÁRIO

1. Dados de Identificação
2. Apresentação e Caracterização da Escola
3. Justificativa
4. Diagnóstico da Realidade
5. Visão de Educação, Escola e Sociedade
 - 5.1 Visão de Educação
 - 5.2 Visão de Escola
 - 5.3 Visão de Sociedade
6. Tendências Pedagógicas
 - 6.1 Pedagogia da Organização Coletiva
 - 6.2 Pedagogia do Trabalho
 - 6.3 Pedagogia da Escolha
 - 6.4 Pedagogia da História
7. Filosofia da Escola
8. Objetivo Geral
 - 8.1 Objetivos dos Níveis de Ensino
 - 8.1.1 Educação Infantil
 - 8.1.2 Ensino Fundamental
 - 8.1.3 Programas e Projetos
 - 8.2 Objetivos Específicos
9. Proposta Metodológica
10. Perfil do Educando Que Pretende Formar
 - 10.1 Perfil do Gestor
 - 10.2 Perfil do Coordenador
 - 10.3 Perfil do Educador
 - 10.4 Perfil da Equipe Administrativa
 - 10.5 Perfil do Bem-Estar
11. Metas e Ações

11.1 Metas

11.2 Ações

12. Avaliação

12.1 Expressão dos Resultados da Avaliação

12.2 Estudos de Recuperação

12.3 Controle de Frequência

12.4 Documentação Escolar

13. Conclusão

14. Referências Bibliográficas

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Escola: Municipal Maria de Lourdes Chagas

1.2 Entidade mantenedora: Secretaria da Educação e MEC

1.3 Grau de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental I

1.4 Endereço: Rua Siqueira Campos, S/N – Bairro: Santo Antônio.

1.5 Município: Bezerros

2. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Em 1993, na administração do Prefeito Amaro Rufino da Silva Filho, e da Secretária Municipal da Educação e Cultura Rosa Soares de Melo, foi elaborado o projeto de uma Escola para o Ensino Fundamental na Zona Urbana, o qual foi aprovado no MEC, pelo Ministério da Educação Murilo Avellar Hingel, tendo como presidente da República Federativa Itamar Franco.

Com a liberação dos recursos em 1994 e após visitas aos bairros de nossa cidade o prefeito e a secretária da Educação decidiram que a comunidade beneficiada seria localizada próxima a “passagem molhada” na Rua Siqueira Campos, s/n bairro Santo Antônio, Bezerros-PE. Pois, não havia escolas naquela localidade e as que existiam mesmo distante, não dispunham de vagas. Nesse mesmo ano iniciou-se a construção.

Na ocasião faleceu uma das funcionárias da Secretária Municipal de Educação Maria de Lourdes Chagas, a mesma trabalhava na Secretária do Colégio Municipal Desembargador Filismino Guedes e a escola que estava sendo construída recebeu o nome em sua homenagem.

Em 1995, foi solicitado a DERE hoje sendo a GRE, o pedido e autorização, no mesmo período começaram as atividades educativas com educadores, estudantes e

comunidade, sob o comando da Educadora Ana Maria da Silva e em 1996, foi publicado no Diário Oficial portaria de funcionamento da Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas, M 201.094 port. S.E.E. N° 899 de 21.03.1996 e Do 22.03.1996.

A escola funciona apenas no turno vespertino, atendendo da Educação Infantil ao 5ºano do Ensino Fundamental I (multisseriada), com estrutura para 66 estudantes, incluindo dentre esses estudantes portadores de necessidades especiais. A equipe é composta por 14 profissionais, sendo 3 professores regentes, 6 voluntários do projeto “MAIS EDUCAÇÃO”, 01 cuidadora da Educação Especial, 02 vigias, 02 auxiliares de serviços gerais, 02 auxiliares administrativos, 01 coordenador e 01 gestor. O perfil socioeconômico é diversificado, mas a maioria dos estudantes encontra-se situada na renda familiar mínima, 90% dependem de programas da bolsa escola, que por vezes também necessitam de ajuda da escola para aquisição de materiais escolares.

Espaço Físico	Quantidades
Sala de aula	03
Sala de professores	01
Almoxarifados (adaptados)	01
Secretaria / Gestão	01
Banheiros para estudantes	02
Cozinha	01
Dispensa	01

3. JUSTIFICATIVA

A Escola Maria de Lourdes Chagas têm como função principal respeitar e valorizar as experiências de vida dos estudantes e de suas famílias buscando significados nos últimos anos em termos de quantidade e qualidade de ensino, visando fortalecer e permitir a integração de práticas que de fato promovam a interação da comunidade, para uma superação de dificuldades da escola referentes à questão social familiar.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Nos últimos anos, a população do bairro Santo Antônio, vem crescendo muito. No entanto basta um olhar pelas redondezas da escola para visualizar a falta de saneamento básico, moradias feitas em situações precárias, número elevado de crianças e jovens pelas ruas, em situação de risco, famílias desestruturadas que não dão a devida atenção e importâncias á educação dos filhos. Isso, porque precisam trabalhar no “lixão” para manter uma renda que não é compatível a um salário digno. Há também uma carência de ações dos órgãos competentes, que ofereçam a esta comunidade, cursos profissionalizantes de reciclagem, de acordo com a realidade além de atividades esportivas, culturais que assegurem um futuro melhor e isso vem repercutindo na escola, através de indisciplina, violência, *bullyng*, desinteresse pelos estudos e pela EDUCAÇÃO.

Em pleno estado de crise da família moderna, a maior parte de nossos alunos mora com os pais e com as mães, surgindo, é, claro, muitos casos em que moram unicamente com a mãe, com o pai, com avós ou outros parentes.

Com relação á escola, é a quarta da comunidade, e para maioria dos nossos estudantes, o único espaço de referência, onde se tem que seguir normas e regras, fora do ambiente familiar, daí a necessidade de criarmos uma expectativa de vida melhor, mais humana e igualitária. É preciso oferecer ações que os mantenha o maior tempo possível dentro da escola, participando de projetos e ações, que colaborem com sua formação pedagógica, cidadã, moral e ética. Este dado torna-se relevante nos momentos de planejamento geral da escola, das disciplinas ou séries/anos.

Com relação ao trabalho exercido pelos estudantes, 90% não exercem nenhuma atividade remunerada, concluindo-se daí que a principal ocupação destes deveria ser estudar. Entretanto, temos casos em que os alunos precisam ajudar no “lixão”, cuidam da casa, de irmãos menores, ficam na rua, e ainda têm pais ou responsáveis que não acompanham o seu desenvolvimento educacional, por ignorância, desinteresse ou falta de tempo.

Quanto aos pais, a maioria entrevistada em reuniões e em conversas informais, no ato da matrícula e nas avaliações internas, considera o ensino de nossa escola como “BOM”. Isto significa que o segmento dos pais aposta na qualidade desta escola. Não foi possível fazer um levantamento preciso da renda domiciliar dos pais, mas pelas respostas obtidas, mais de 60% está incluída no mercado de trabalho, vivendo em regime assalariado, com uma catalogação diversificada de profissões.

Portanto, a Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas, busca ser democrática e transformadora, garantindo os acessos a todos, tendo valores e atitudes que tornem os estudantes membros ativos à comunidade elevando a qualidade dos serviços educacionais e em forma de agradecimento pela disponibilidade dos pais em participarem de reuniões, plantões pedagógicos ou comparecerem à escola quando solicitados.

5. VISÃO DE EDUCAÇÃO, ESCOLA E SOCIEDADE

5.1 VISÃO DE EDUCAÇÃO

A visão que temos da Educação é uma visão humana que contribui para formação do cidadão diante de suas ações modificando a realidade ao qual está inserido.

E esta visão de Educação contribui para:

- I. Perceber o aluno como ser integral;
- II. Aprender a viver junto com o aluno;
- III. Vivências em dinâmicas de grupo; (valorizar as coisas simples da vida).

5.2 VISÃO DE ESCOLA

A Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas, é um ambiente que leva em conta o conjunto das dimensões da formação humana, onde o conhecimento é

compartilhado e sistematizado, tendo a tarefa de formar seres humanos com consciência dos seus direitos e deveres exercendo sua cidadania.

A Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas, através de análise da realidade de sua comunidade, bem como do estudo – da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, tem uma visão comprometida com o desenvolvimento de atividades pedagógicas com a formação integral do estudante bem como o processo de avaliação permanente, que devem ser considerados por todos, pontos básicos na construção de uma escola “BOA”, aquela que realmente o estudante aprende. Aos educadores, propõe-se uma nova visão e novos critérios a serem adotados que incidirão diretamente na formação cidadã, pessoal e escolar dos estudantes para dar segmento aos seus estudos após concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental.

Esta visão defendida pela escola também parte de premissa de uma cultura que precisa ser mudada, e todos que compõem esta unidade de ensino, precisam estar conscientes da sua função dentro da escola, estar engajados no intuito de alcançar melhores resultados, principalmente nas avaliações externas, isto não significa que aqui finalizamos todos os objetivos de ensino aprendizagem e da visão que temos de escola, mas ir além, pressupondo a concepção e o papel da escola na vida de crianças que sonham e precisam de uma vida mais digna, justa e que acima de tudo, saibam criticamente defender seus direitos.

5.3 VISÃO DE SOCIEDADE

Para definir a visão de sociedade, precisou-se definir em primeiro lugar a visão social vista de dentro da escola, para isso, o ambiente no qual o indivíduo está integrado, produzindo e reproduzindo relações sociais, problemas e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes e ideias. Onde o natural seja pensar no bem de todos e apenas em si mesmo.

Desta forma, definindo a visão de sociedade, cabe à Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas, com base na função social, os respectivos princípios gerais:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência nesta Unidade Escolar;

- Liberdade e direito de aprender, ensinar e divulgar o saber e as artes;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas convivendo democraticamente;
- Cooperação e respeito pela integridade dos seres humanos que convivem na escola, sendo eles crianças e adultos;
- Manter com todas as forças a gestão democrática adotando-se o sistema eletivo, mediante a escolha do Conselho Escolar, Professores regentes de classe e para o que determinar a legislação vigente;
- Trabalhar pela qualidade do ensino público, universal e gratuito;
- Trabalhar pela inclusão e integração de todos os estudantes no espaço escolar, prioritariamente aos estudantes portadores de deficiências específicas.

6. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

A escola segue matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática e vivências fundamentais neste processo de humanização das pessoas, que difunde novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir tarefas e pensar no bem estar do conjunto e da comunidade.

6.1 PEDAGOGIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

A escola se organiza coletivamente através de novas relações sociais que produz e reproduz valores, alterando comportamentos, costumes e ideias. Construindo a aprendizagem organicamente coletiva torna o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo, e de uma cultura de pensar no bem de todos usando para isso as metodologias pedagógicas.

6.2 PEDAGOGIA DO TRABALHO

Pelo trabalho nossa escola acredita que o estudante compartilha conhecimentos, cria habilidades e forma consciência. Em si o trabalho já é uma

potencialidade pedagógica, e a escola torna-o mais plenamente educativo, á medida que ajudamos nossos estudantes a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana. Norteados pelo programa PNAIC, “MAIS EDUCAÇÃO” e ALFA E BETO que oferece oficinas de danças, xadrez, banda e oficinas pedagógicas de Português e Matemática.

6.3 PEDAGOGIA DA ESCOLHA

Dizemos que há uma pedagogia da escolha á medida que reconhecemos que a comunidade escolar se educa se humaniza e principalmente quando exercita a possibilidade de fazer escolhas e refletir sobre elas. Pois, como escola, as escolhas não podem ser individualistas este é um dos obstáculos que estamos sempre combatendo, levando nossos alunos a fazer escolhas pensando no bem comum de todos.

6.4 PEDAGOGIA DA HISTÓRIA

A escola acredita que cultivar a memória é mais do que compreender friamente o próprio passado. A pedagogia da história se baseia em não ver a história somente como uma disciplina e passe a trabalha-la como uma dimensão importante de todo o processo educativo e da realidade que vivemos no momento.

A comunidade também tem uma história que precisa ser conhecida pelos estudantes, pois, a mesma desencadeou-se em movimento o bairro Santo Antônio; A Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas é uma comunidade carente contando aproximadamente 89 famílias, localizada num bairro de periferia, tem também uma história que se integra a história de comunidade, pois, ambas cresceram juntas, buscando atender suas necessidades, anseios e sonhos. É também essa história que deve ser mostrada aos estudantes, estudada, comparada com a de outras comunidades e de outras escolas para assim ensinar que em meio a tantos desafios busca ensinar aos mesmos, que a comunidade tem um nome e não apenas o “lixão”, deverão mostrar alternativas de reconhecimentos para se provar que não se

vive de “rótulo” e sim de Educação, porque é nela que podemos resgatar e transformar vidas melhores.

7. FILOSOFIA DA ESCOLA

Fortalecer e permitir uma educação de práticas que de fato provocam a interação da comunidade para a superação de dificuldades da escola referente à invasão, a transferência de estudantes em termos de compromissos da própria família. Visando a necessidade de combater qualquer forma de desrespeito contribuindo assim para uma sociedade mais justa e equilibrada com perspectiva de igualdade social.

8. OBJETIVO GERAL

Construir um ambiente onde discente e docente se interage mediante o conhecimento prévio que possa desenvolver competências e habilidades pautadas numa construção de valores com um comprometimento e formação integral do estudante para que possibilite ações democráticas, visando vivenciar um ambiente criativo e de incentivo à leitura.

8.1 OBJETIVOS DOS NÍVEIS DE ENSINO

8.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Promover metodologias de acordo com os conhecimentos prévios do estudante, estimulando-os a uma aprendizagem significativa relacionando a teoria e a prática no processo educacional.

8.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Desenvolver a capacidade de aprendizagem, postura educacional, autoestima, valorização da escola para formação de valores, fortalecimento dos

vínculos familiares e convivência comunitária integrando a um sistema político social que venha utilizar e aplicar conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade democrática e solidária.

8.1.3 PROGRAMAS E PROJETOS

Promover à aceleração da formação acadêmica das crianças, que se encontram fora da faixa etária corrigindo, o problema da distorção idade/série motivando-os os estudantes a continuidade aos estudos a conclusão da formação do ensino fundamental I, proporcionando uma participação em atividades culturais, esportivas e pedagógicas.

8.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver a capacidade de organização dos estudantes quanto à preservação e limpeza do ambiente educativo, regimento interno, pontualidade, horários da escola e o zelo ao patrimônio escolar;
- Vivenciar com a comunidade escolar, atitudes como humildade, respeito, postura, disciplina, solidariedade e outros valores;
- Oferecer á comunidade escolar, momentos de estudos, palestras e eventos, a fim de qualificar, motivar e orientar a comunidade escolar;
- Buscar a combinação entre teoria e trabalhos práticos como instrumentos para desenvolvermos habilidades e conhecimentos socialmente úteis à comunidade escolar.

9. PROPOSTA METODOLÓGICA

Queremos que os estudantes possam ser mais humanos e não apenas sabedores de competências e habilidades técnicas que possam desenvolver uma criticidade se tonizando com a sua história de vida, ou seja, cidadãos conscientes e capazes de interagirem na sociedade.

A proposta de educação da nossa escola tem ênfase em três aspectos importantes na questão de metodologia de ensino:

- Segmentos de eixos temáticos;
- Prática-teoria-prática;
- Participação coletiva.

Sendo assim, esse método de ensino torna o processo de ensino aprendizagem mais voltado às necessidades e interesses pedagógicos. Em linhas gerais podemos dizer que as ênfases apresentadas são questões extraídas de uma realidade escolar em torno dessas questões são desenvolvidos os conteúdos e as práticas no conjunto da escola. A partir disso desejamos intervir concretamente na realidade escolar.

A educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, é também da afetividade, dos sentimentos. E é esta combinação que precisa está tanto no ato de educar como no ato de ser educado e deve ser o pilar da relação do educador com o estudante sustentado pelo companheirismo e pelo respeito no sentido profundo e libertador da palavra.

10. PERFIL DO EDUCANDO QUE PRETENDE FORMAR

Queremos que o nosso estudante seja capaz de:

- Sentir indignação diante de injustiças e de perda da dignidade humana;
- Apresentar companheirismo e solidariedade nas relações entre as pessoas, bem como respeito às diferenças de gênero, culturas, raças e estilos pessoais de vida;
- Planejar atividades e dividir tarefas, tendo disciplina no trabalho e no estudo;
- Demonstrar sensibilidade ecológica e respeito ao meio ambiente;
- Praticar o exercício permanente da crítica e da autocrítica, bem como a criatividade e o espírito de iniciativa diante dos problemas;
- Sonhar, partilhar o sonho e as ações de realiza-la;
- Demonstrar atitude de humildade, mas também de autoconfiança.

10.1 PERFIL DO EDUCADOR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art. 5º Competem ao professor no exercício da função de docência as seguintes atribuições:

- I. Participar do planejamento, execução e avaliação das ações da rede municipal de ensino, garantindo:
 - a) A democratização da escola pública;
 - b) A adequação da prática pedagógica às condições de vida e as características socioculturais dos alunos, promovendo-lhes a aquisição de conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes que conduzam à compreensão e à intervenção na realidade física e social, instrumentalizando-os para o exercício consciente da cidadania;
 - c) O controle das atividades administrativas e pedagógicas pela comunidade escolar;
 - d) O acompanhamento e o controle da frequência do aluno, em parceria com a gestão escolar, estimulando sua permanência com êxito;
 - e) O acompanhamento e o controle do aproveitamento escolar do aluno, objetivando a elevação dos índices de aprovação;
 - f) A atualização e o aperfeiçoamento profissional propondo a melhoria das condições de trabalho e de salário do professor visando à qualidade da educação prestada à população;
 - g) A articulação escola-comunidade, possibilitando o uso do espaço escolar para atividades sociais, culturais e de lazer da comunidade.
- II. Participar do processo de definição, execução e avaliação da Política Municipal de Educação;
- III. Planejar, preparar e ministrar aula;

- IV. Avaliar a aprendizagem dos alunos, através da preparação, aplicação e correção de instrumentos de avaliação, registro e acompanhamento dos resultados;
- V. Realizar recuperação sistemática dos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- VI. Planejar e preparar material de apoio didático;
- VII. Organizar e divulgar a produção intelectual dos alunos;
- VIII. Manter articulação com a comunidade visando ao conhecimento das condições de vida e das características socioculturais e a prática pedagógica;
- IX. Manter contato com os pais e responsáveis, visando o acompanhamento de vida escolar dos alunos, a elevação do aproveitamento escolar e da frequência;
- X. Participar das atividades de:
 - a) Elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos escolares;
 - b) Seleção de livros, textos e material de apoio didático;
 - c) Formação continuada destinada á atualização e aperfeiçoamento profissional;
 - d) Reuniões pedagógicas e administrativas promovidas e convocadas pela Secretaria Municipal de Educação e escola, reuniões de pais e conselho de classe;
 - e) Acompanhar estagiários dos anos e disciplinas que leciona.
- XI. Desenvolver ações político-pedagógico com vistas á interdisciplinaridade exigida pela dinâmica curricular;
- XII. Contribuir junto ao aluno para compreensão do processo democrático da escola visando a sua livre organização;
- XIII. Perceber necessidades especiais dos alunos;
- XIV. Flexibilizar sua ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimentos;

- XV. Atuar em equipe, inclusive, com professores especializados em educação especial.

10.2 PERFIL DO GESTOR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art.13 Compete ao professor no exercício da função de diretor escolar:

- I. Dirigir a escola através de um processo democrático, assegurando o cumprimento dos princípios constitucionais, visando também os princípios democráticos estabelecidos por esta lei, pragmatizados na política municipal de educação;
- II. Manter articulação sistemática com a secretaria Municipal de Educação a fim de garantir a manutenção das instalações físicas, do mobiliário e dos equipamentos escolares, o suprimento regular de material didático, merenda e demais condições necessárias ao funcionamento adequado da escola;
- III. Administrar os recursos financeiros repassados para a escola, definindo sua aplicação em conjunto com o conselho escolar e assembleia geral da escola;
- IV. Administrar o corpo de pessoal lotado na escola, assegurando o cumprimento de suas atribuições, do horário de trabalho, dos seus direitos, deveres e das penalidades previstas em Lei, garantindo o direito de ampla defesa e do contraditório;
- V. Propor à Secretaria Municipal de Educação, ao conselho escolar e à assembleia geral da escola a execução de medidas que visem à melhoria do funcionamento escolar;
- VI. Coordenar, em conjunto com a coordenação de área e supervisão escolar, a elaboração do projeto político pedagógico, submetendo-o à aprovação do conselho escolar;

- VII. Coordenar, em conjunto com a supervisão escolar, a execução e a avaliação do projeto político pedagógico e o cumprimento do calendário escolar e de todas as atividades pedagógicas e administrativas da escola;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir o regimento interno da escola;
- IX. Organizar e coordenar, em conjunto com a supervisão escolar, as reuniões da escola: de pais, conselhos de classe e professores;
- X. Organizar em conjunto com o coordenador de área e a supervisão escolar, o horário da escola e o horário de trabalho dos professores e demais funcionários;
- XI. Acompanhar em conjunto com o secretário escolar, a matrícula, transferência e registro da vida escolar dos alunos;
- XII. Manter contato com os pais e responsáveis, visando ao acompanhamento do rendimento escolar e da frequência do aluno á escola, buscando a elevação dos índices de aprovação e o controle da evasão;
- XIII. Propor á Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o conselho escolar, a implantação e supressão de cursos, turnos e turmas;
- XIV. Estimular e apoiar a comunidade escolar na realização de atividades de interesses coletivos que visem á dinamização e a elevação da ação educativa da escola;
- XV. Participar de reuniões e outras atividades, programadas e convocadas pela Secretaria Municipal de Educação e/ou sindicato dos professores do Município dos Bezerras;
- XVI. Representar oficialmente a escola junto a órgãos públicos e privados;
- XVII. Responder administrativamente e juridicamente por irregularidades cometidas na escola, nos limites de suas atribuições e competências;
- XVIII. Compor o conselho escolar;
- XIX. XIX Encaminhar relatórios anuais para análises e aprovação pelo conselho escolar.

10.3 PERFIL DO COORDENADOR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art. 16 Compete ao professor no exercício desta função no interior da escola:

- I. Acompanhar e orientar, diretamente nas escolas, a prática pedagógica dos professores;
- II. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar nas escolas, propostas pedagógicas, planos e programas de ensino;
- III. Selecionar, produzir textos e materiais de apoio ao ensino;
- IV. Planejar, executar e avaliar as atividades de formação continuada do professor regente;
- V. Orientar e acompanhar nas escolas, as reuniões de pais, alunos e de professores;
- VI. Orientar e acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da educação infantil e do ensino fundamental I e II, numa perspectiva crítica baseada em parâmetros científicos e vinculada á realidade do público alvo;
- VII. Orientar e acompanhar os professores regentes no planejamento e preparação de aulas, dos instrumentos de avaliação e do material de apoio didático;
- VIII. Acompanhar a prática pedagógica do professor da educação infantil, ensino fundamental, nas várias atividades específicas de sua função;
- IX. Acompanhar em conjunto com a comunidade escolar a frequência dos alunos da educação infantil, ensino fundamental, a elevação dos índices de aprovação, o controle da evasão escolar e da qualidade de ensino;
- X. Acompanhar e orientar os estagiários de sua área;
- XI. Coordenar ações político-pedagógicas com vistas à interdisciplinaridade exigida pelo desenvolvimento da dinâmica curricular;
- XII. Discutir com a comunidade escolar sobre as formas de organização e funcionamento da escola, de modo a assegurar condições favoráveis à construção e sistematização do conhecimento;

XIII. Participar:

- a) Das reuniões de pais, conselho de classe, reunião de professores assembleias gerais e das atividades complementares da escola;
- b) Das capacitações e das reuniões promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.

10.4 PERFIL DA EQUIPE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA ESCOLAR COM SUAS ATRIBUIÇÕES – (LEI Nº 870 DE 21 DE MAIO DE 2008 – PCCS).

Art. 19 Compete ao professor no exercício da função de secretário (a) escolar:

- I. Organizar e manter atualizado o arquivo ativo, garantindo a regularidade da vida escolar dos alunos;
- II. Organizar o arquivo passivo, atendendo às solicitações de ex-alunos quanto ao registro de sua vida escolar;
- III. Redigir, expedir e receber a correspondência oficial, sob a orientação da direção;
- IV. Assinar, juntamente com o (a) diretor (a) a documentação escolar, assumindo a veracidade dos mesmos;
- V. Manter atualizada a legislação vigente;
- VI. Articular-se com a coordenação escolar para garantir o cumprimento dos prazos de entrega dos resultados dos alunos;
- VII. Elaborar relatórios e outros documentos solicitados pela direção;
- VIII. Lavrar e subscrever atas e termos de apuração dos resultados dos trabalhos escolares;
- IX. Substituir o (a) diretor (a), em suas ausências, respondendo pela escola;
- X. Cumprir e fazer cumprir as determinações do regimento escolar;
- XI. Receber orientações da normatização da Secretaria Municipal de Educação quanto à organização, escrituração e preenchimento de documento;

- XII. Entregar em tempo hábil a documentação exigida pela comunidade escolar, Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos correlatos.

10.5 PERFIL DO BEM-ESTAR (ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL – SERVIÇOS GERAIS)

O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação escolar, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino. Compete ao auxiliar operacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

- I. Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
- II. Utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar a direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
- III. Zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade a direção;
- IV. Auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
- V. Atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;
- VI. Auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto à alimentação durante o recreio, atendimento as necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;
- VIII. Auxiliar nos serviços correlatos a sua função, participando das diversas atividades escolares;
- IX. Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

- X. Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- XI. Coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;
- XII. Participar da avaliação institucional, conforme orientações da S.M.E.
- XIII. Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XIV. Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XV. Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem a especificidade de sua função.

10.5.1 SÃO ATRIBUIÇÕES DO AUXILIAR OPERACIONAL, QUE ATUA NA COZINHA DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO:

- I. Zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;
- II. Selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;
- III. Servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;
- IV. Informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;
- V. Conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;
- VI. Zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;

- VII. Receber, armazenar e prestar conta de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;
- VIII. Cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;
- IX. Participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;
- X. Auxiliar nos demais serviços correlatos a sua função, sempre que se fizer necessário;
- XI. Respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;
- XII. Participar da avaliação institucional, conforme orientações da S.M.E.
- XIII. Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XIV. Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XV. Participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

11. METAS E AÇÕES

11.1 METAS

- Construir ambiente educativo onde todos os segmentos da comunidade escolar sintam-se responsáveis pelo processo educativo e pela conservação do patrimônio escolar;
- Conscientizar da importância do estudo, como fonte de conhecimento e apta-afirmação;
- Estimular a participação da comunidade nas ações da escola;

- Ser espaço de interação e discussão conduzindo na busca de alternativas;
- Ter todos que nos procuram para estudar, de forma especial as crianças, em idade escolar ou não, frequentando a escola;
- Motivar a equipe docente a ensinar com prazer, criando reciprocamente, no estudante, o prazer de descobrir, de aprender, no ambiente escolar e em outros ambientes em que se fizer necessário;
- Desenvolver um trabalho pedagógico com a participação ativa da comunidade escolar, construindo assim, uma escola democrática, atuante que possa com o trabalho desenvolvido modificar positivamente a comunidade e sociedade;
- Oferecer as seguintes modalidades de ensino; educação infantil e ensino fundamental;
- Promover a inserção de projetos que visem o desenvolvimento intelectual, cognitivo, afetivo e social;
- Conscientizar a comunidade escolar para um percentual de 80% de frequência dos pais a se fazerem presentes na escola que sempre for solicitado;
- Participação de palestrantes com temas transversais;
- Cumprimento dos 200 dias letivos contido na LDB Lei nº 9394/96;
- Diminuir em 75% o índice de reprovação e transferência em relação aos resultados anteriores;
- Avaliar em conjunto com a comunidade escolar, a atuação pedagógica da escola, a fim de coletar sugestões que contribuam para melhoria do desempenho global dos estudantes e do ambiente escolar.

11.2 AÇÕES

- Realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar para organização das atividades escolares;

- Realizações de momentos de reflexões sobre valores e princípios morais e éticos;
- Realização de apresentações dos estudantes com o auxílio, dos professores de peças teatrais;
- Declamação de poema dança, oficina de música e concurso contribuindo para o enriquecimento da cultura;
- Limpeza da sala de aula, após a realização de trabalho com material que suja e desorganiza o ambiente escolar;
- Organização de aula campo e execuções pedagógicas durante o ano letivo;
- Disponibilização do prédio escolar para a realização de encontros e demais eventos realizado para outras entidades e pelos moradores da comunidade;
- Realizações de reuniões com o conselho escolar, PDDE para debate e solução de problemas e prioridade da escola, bem como para decisões de verbas recebidas;
- Realização de reuniões de pais e mestres e plantão pedagógico;
- Realização de palestras, com profissionais da comunidade, líderes comunidades, representante de órgãos governamentais e não governamentais;
- Realização de visitas domiciliares a cada dez faltas com a equipe administrativa e pedagógica da escola;
- Coleta de doações para famílias carentes da comunidade;
- Realização de eventos para a aquisição de recursos, a fim de realizar aula de campo educativa e aquisição de materiais que tragam benefícios para a escola;
- Organização de prestações de contas á comunidade escolar a cada final ou início de cada ano letivo;

- Organização dos espaços físicos da escola objetivando o conforto, a valorização do servidor, professores e toda comunidade educativa e a motivação em realizar um trabalho eficiente que se possa cumprir com o que está estabelecido na LDB Lei nº 9394/96;
- Desenvolver junto às educadoras de apoio (coordenação pedagógica), um sistema de avaliação de experiências, para que se possa atingir um progressivo aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem;
- Instituir uma gestão escolar democrática que respeita a legislação, mas também reconhece as limitações pessoais dos seus pares, a fim de desenvolver um processo de construção de ações coletivas, e assim encontrarmos junto a estes parceiros e solução para problemas apresentados;
- Desenvolver junto aos educadores e coordenadores pedagógicos atividades lúdicas de leitura, interpretação de texto, jogos matemáticos, teatro, jogos, oficinas e competições.

12. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação das aprendizagens dos estudantes dar-se-á de acordo com os níveis e modalidades de ensino, e de forma de organização nas (nos) séries/anos de escolaridades, programas e projetos de ensino.

- I. Nos anos finais do Ensino Fundamental Inicial, do 1º ao 5º ano, a avaliação das aprendizagens do (a) estudante deverá ser realizada, através de instrumentos diversificados e as verificações de aprendizagens registradas sob a forma de nota, objetivando-se:
 - a) Diagnosticar e registrar os processos dos alunos e suas dificuldades;
 - b) Possibilitar ao estudante uma autoavaliação;
 - c) Construir junto aos estudantes um processo de ensino que supere as dificuldades apresentadas;

- d) Realizar um trabalho junto aos educadores no sentido de replanejar suas atividades didáticas, para que sejam oferecidas ao estudante novas oportunidades de ensino;
- II. Nos projetos especiais da Secretaria Municipal de Educação, a avaliação das aprendizagens dos estudantes e os registros de verificação serão realizados de acordo com as orientações teóricas metodológicas de cada projeto.

É vedado submeter ao estudante a um único instrumento de avaliação e de verificação de aprendizagens em cada unidade didática bimestral, ficando acordado que fica a critério do educador, nesta escola, em fazer no mínimo 2 (duas) e no máximo 3 (três) atividades de verificação de aprendizagem em cada unidade didática bimestral. Assim como, também, fica vedado estabelecer o período específico de avaliação, a exemplo de Semana de Avaliação, para realização de atividades avaliativas.

As aprendizagens que os estudantes deverão desenvolver na(s) série(s), ano(s) da educação infantil e do ensino fundamental, serão vivenciadas em situações didáticas planejadas pelo (a) educador (a) e no Projeto Político Pedagógico, por unidades didáticas bimestrais considerando os currículos definidos e os eixos temáticos dos projetos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

O ano letivo será dividido em quatro unidades, sendo desenvolvidas em cada uma delas atividades de ensino e de aprendizagem, cuja avaliação considerará os conteúdos trabalhados em sala de aula na unidade letiva.

Durante o ano letivo haverá 4 (quatro) período de avaliação, devendo ao final de cada período o estudante submeter-se á recuperação paralela na qual o mesmo poderá ficar em todas as disciplinas e só terá aprovação o estudante que obtiver nota a partir de 6,0 (seis) em cada disciplina. E a Educação Infantil acontecerá através de conceitos.

Serão considerados para aprovação os resultados obtidos nos aspectos avaliativos, bem como tem que ter o mínimo de 75% de frequência durante o ano

letivo. O aluno poderá submeter-se á recuperação final apenas em duas disciplinas dos componentes curriculares.

Resumindo, entendemos assim a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. Para isso são realizadas práticas avaliativas, diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o estudante como um todo, sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

12.1 EXPRESSÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através das verificações dos conteúdos que estão sendo estudados.

É realizada: avaliação somativa, um dos exemplos mais conhecidos é a prova objetiva (os mais variados tipos de testes, questionários, trabalhos individuais e em grupos). Avaliação formativa, que pretende acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos estudantes (esta é feita através de observação diária).

12.2 ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

A avaliação como já descrevemos é processo contínuo, devendo prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com base neste pensamento o estudo de recuperação é oferecido a todos os estudantes, sempre que o educador notar deficiências no processo é paralelo.

12.3 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Um estudante será promovido para série/ano seguinte se tiver frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento da carga horária anual. O controle de frequência é registrado em livros de registros, de uso dos educadores, os quais ficam arquivados ao final do ano letivo, na Secretaria da Escola, como também através de carteiras de identificação apresentadas na chegada às aulas e entregues

na saída após a verificação do número de estudantes presentes no dia, além de nos servir para outros problemas, entre eles a segurança.

Quando as faltas do educando gerarem perigo de reprovação, os pais serão convocados para reunião na escola e/ou serão realizadas visitas domiciliares onde serão comunicados sobre os danos causados á educação dos filhos devido às faltas e do perigo de reprovação do (a) filho (a). Caso as faltas continuem, o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar, a fim de que o mesmo tome as providências de acordo com a lei vigente.

12.4 DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Ao término do ensino fundamental a escola conferirá toda documentação de conclusão desta modalidade de ensino, como também expedir o histórico escolar. Para que os estudantes possam prosseguir seus estudos no ensino fundamental II.

13. CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho, afirmamos que nossa escola tem muito a fazer e principalmente motivar o QUERER FAZER E CONSTRUIR, por parte de todos, trabalho nada fácil, quando se trata de uma cultura onde muitos acreditam que a escola pública não tem o que fazer diante da realidade existente em nosso país, onde existem estudantes e educadores desmotivados, incrédulos do seu potencial de fazer acontecer.

Então a Escola Maria de Lourdes Chagas, precisa ser um espaço aberto onde todos os sujeitos além de serem estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas, ser exemplo de cidadãos que aprendam o respeito à legislação vigente, a cultivar valores e a refletir sobre eles, o tempo todo. Somente assim seremos uma escola melhor do que já somos para esta comunidade e para nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baffi, Maria Adelia Teixeira. *O Perfil Profissional do Formando no Projeto Pedagógico*. Pedagogia em Foco, Petrópolis, 2002.
- Brasil. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996; *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*.
- Brasília. *Secretaria de Educação Fundamental*. MEC/SEF, 1997, p. 130.
- Bezerras. Lei Nº 870 de 21 de maio de 2008 – *Plano de Cargos e Carreira Salarial*;
- Silva, Pe. Sérgio Venceslau-Ir. Maria Júlia. *Quando os Pequenos Se Tornam Grandes*. Bezerras-PE, 2000.
- Vasconcellos, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995.

ANEXOS

APOIO

Secretaria Municipal de Educação

Ladjane Karla Tôrres de Lima – Secretária Municipal de Educação

Alecassandra Simone Ferreira Furetti – Secretária Adjunta

Janice Maria de Lima – Gerência de Administração Setorial

Maria Ivonete Alexandre – Gerência de Ensino

PESQUISADORA DE CAMPO

Maria Dalvani Soares da Silva

RECURSOS HUMANOS

Quadro de funcionários

GESTORA

Maria Vera Lúcia Silva de Santana

COORDENADOR DE APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

Maria Adenilda Silva

PROFESSORES

Alba Valéria R. Lira de Lima

Maria Simone Laurentino da Silva

Taciana Silva Maciel

CUIDADORAS

Joseane Farias Costa

AUXILIARES ADMINISTRATIVO

Flaviane G. dos Santos Sanguineto

Lilene Luna de Araújo

VIGIA

Adriano Manoel da Silva

Rogério de Souza Lima

AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS

Edvaldo Noé da Silva

Josenise Farias Costas

PROGRAMAS E PROJETOS – CRONOGRAMA

PERÍODO	
Fevereiro a Outubro	Programa Mais Educação
Fevereiro a Dezembro	Instituto Alfa e Beto (IAB)
Fevereiro a Dezembro	PNAIC

RECURSOS FINANCEIROS

A Prefeitura Municipal dos Bezerros mantém a Escola com pagamento de água, luz e funcionários. O Governo Federal também contribui com a manutenção da Escola, através PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Esse Recurso permite a manutenção e compra de material didático, limpeza e equipamentos, administrado pelo Conselho de Pais e Mestres e Alunos (CPMA).

**CRONOGRAMA DOS DIAS DOS PROJETOS DE MATEMÁTICA E DE
PORTUGUÊS DAS DUAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE BEZERROS**

**Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores
Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas**

- 14/07/14** (Segunda-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D. Abertura do Projeto e Apresentação final do Projeto Político Pedagógico e sua entrega;
- 15/07/14** (Terça-feira) – Tarde – Lourdes Chagas. Abertura do Projeto e Apresentação final do Projeto Político Pedagógico e sua entrega;
- 16/07/14** (Quarta-feira) – Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 17/07/14** (Quinta-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 18/07/14** (Sexta-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;
- 21/07/14** (Segunda-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 22/07/14** (Terça-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;
- 23/07/14** (Quarta-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;
- 24/07/14** (Quinta-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 25/07/14** (Sexta-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;
- 28/07/14** (Segunda-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 29/07/14** (Terça-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;
- 30/07/14** (Quarta-feira) – Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 31/07/14** (Quinta-feira) – Manhã – C.A.S.N.S.D.; – Tarde – Lourdes Chagas;
- 01/08/14** (Sexta-feira) – Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 04/08/14** (Segunda-feira) – Manhã – C.A.S.N.S.D.; – Tarde – Lourdes Chagas;
- 05/08/14** (Terça-feira) – Tarde – C.A.S.N.S.D.;
- 06/08/14** (Quarta-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;
- 07/08/14** (Quinta-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.;

08/08/14 (Sexta-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;

11/08/14 (Segunda-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.;

12/08/14 (Terça-feira) – Tarde – Lourdes Chagas;

13/08/14 (Quarta-feira) – Tarde – C.A.S.N.S.D.;

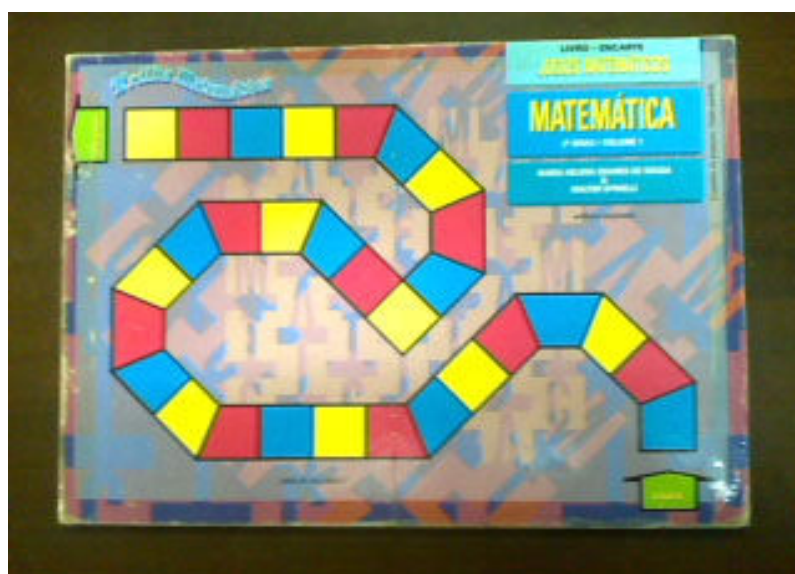
14/08/14 (Quinta-feira) – Manhã e Tarde – C.A.S.N.S.D.; Culminância do Projeto;

15/08/14 (Sexta-feira) – Tarde – Lourdes Chagas; Culminância do Projeto;

Observação:

- Essas datas podem ser flexivas seguirá a organização das escolas;
- Essas datas a pesquisadora estará na escola para dar apoio aos educadores nas atividades pedagógicas em sala de aula assim que for solicitada;
- Se a pesquisadora não estiver na escola não impede que você educador execute algum trabalho pedagógico desde que registre através de foto;
- Qualquer dúvida do projeto me procure se não estiver ligue: 3728-0401 / 9706-9684 Tim / 9473-0543 Claro.

PROJETO
APRENDENDO BRINCAR E JOGAR COM A MATEMÁTICA
ESCOLA MUNICIPAL
CLUBE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DAS DORES



PESQUISADORA: Maria Dalvani Soares da Silva

“Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mas triste ainda é vê-los enfileirados em sala sem ar, com atividades estéreis sem importância alguma para a formação humana.”

Carlos Drummond de Andrade

Bezerros - PE

2014

EDUCAÇÃO INFANTIL

Início 12 de julho a 14 de agosto

- Pré-Escola: 4 e 5 anos
- Matemática

SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Apresentação do sistema numérico por meio dos rótulos dos alimentos.

Use as informações das embalagens - como tabela nutricional, data de validade e quantidade - para que as crianças da pré-escola aprendam mais sobre o sistema de números.

OBJETIVOS

Ler, comparar e ordenar números.

CONTEÚDOS

- Investigação de algumas regularidades do sistema de numeração;
- Leitura e comparação de números;
- Análise das informações nos rótulos dos alimentos.

TEMPO ESTIMADO

5 aulas

MATERIAL NECESSÁRIO

Diferentes embalagens de alimentos.

INTRODUÇÃO

Algumas pesquisas mostram que as crianças relacionam os números que falam e ouvem no cotidiano com a escrita e, assim, identificam algumas regularidades que vão ajudá-las a avançar no aprendizado sobre o sistema numérico. Uma alternativa para impulsionar esse conhecimento pode estar em um recurso simples: uma coleção de diferentes embalagens de bebidas e alimentos, por exemplo.

A sugestão desta sequência didática é que, a partir do manuseio desse material, você proponha desafios aos pequenos, como procurar informações numéricas ou interpretar os números dos rótulos dos alimentos (leia reportagem do projeto "Emagrece Brasil!" sobre como ler os dados das embalagens). Comece com a análise da data de validade, do peso e das informações nutricionais e, em seguida, proponha problemas pontuais de interpretação, produção e comparação.

DESENVOLVIMENTO

1º ETAPA: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES NUMÉRICAS DAS EMBALAGENS

Peça que as crianças tragam de casa embalagens de alimentos como cereal matinal, amido de milho, café, chocolate em pó, gelatina etc. Quando já tiver uma quantidade razoável (uma média de 5 embalagens para cada 4 crianças), divida a turma em grupos e convide os pequenos a encontrar números nos pacotes e a pensar para que eles servem.

As crianças devem explorar as embalagens e discutir nos grupos o que interpretaram. Organize uma socialização para que dividam suas descobertas, ideias e opiniões. É interessante gerar condições para que contem as hipóteses que encontraram e discutam as dos colegas. Neste momento, levante questões, como o exemplo a seguir: "Este grupo acredita que o número que aparece na frente da embalagem indica até quando o alimento pode ser ingerido. O que vocês pensam? Será que este número pode servir para duas coisas diferentes?"

Para registrar as conclusões da turma, cole uma embalagem desmontada em um cartaz e destaque os diferentes números encontrados junto das hipóteses da turma para as funções de cada um. É importante ter em mente que, nesta primeira etapa, o esperado é que as crianças descubram novas informações por meio da exploração dos materiais, por isso se preocupe em provocar questionamentos e não em dar respostas.

2º ETAPA: ENCONTRAR O ALIMENTO MAIS PESADO E O MAIS LEVE

Recupere o que foi aprendido na etapa anterior. Para isso, você pode usar o cartaz já elaborado. Se considerar necessário, acrescente outras informações ou questionamentos para que as crianças avancem nas hipóteses.

Em seguida, entregue quatro embalagens para cada grupo e peça que descubram os números que indicam o peso dos produtos e mostrem quais são os mais pesados. Uma dica para o sucesso da atividade é procurar embalagens que tenham a mesma unidade de medida (como "gramas", por exemplo) e números de dois ou três dígitos. Não há problema em oferecer embalagens de alimentos iguais para os diferentes grupos. Exemplo: todos podem ter uma caixa de cereais, uma de amido de milho, uma de gelatina e outra de chocolate em pó.

Durante aproximadamente dez minutos as crianças devem discutir nos grupos como solucionar o problema. Ao longo da atividade, faça uma observação minuciosa do que os pequenos estão fazendo para reconhecer quais as estratégias utilizadas por eles.

Logo após, selecione dois grupos que tenham respostas diferentes sobre o peso dos pacotes. Essa seleção atende a, pelo menos, dois objetivos: o primeiro é ver se todos consideraram o número que representa o peso do alimento na embalagem. O outro é evidenciar a maneira como as crianças compararam os números e escolheram o mais pesado. Atenção: o fundamental não é apontar erros e acertos, mas proporcionar o intercâmbio de diferentes ideias e permitir que os pequenos contem quais os critérios que utilizaram.

Considere que é possível que os grupos considerem outros valores em vez da quantia de gramas para definir qual é o mais pesado. Nessas situações, o professor pode trazer algumas embalagens para a roda e dizer coisas como: "Percebi que o grupo tal olhou para o seguinte número para saber quanto pesava esta gelatina (apontando para a data de validade). Vocês acham que esse número mostra o peso deste alimento? Para onde temos que olhar para descobrir o peso? Existem outras maneiras de descobrirmos qual é o mais pesado sem olharmos para este número?"

Esse momento serve para compartilhar uma informação que pode não ser evidente para todos e que vai ajudá-los, no futuro, a resolver novos desafios.

3º ETAPA: ORDENAR OS ALIMENTOS PELO PESO

Novamente, relembre o que já foi feito e, em seguida, peça que as crianças organizem três ou quatro embalagens pelo peso. Para dar conta dessa tarefa, eles precisarão analisar as escritas dos números considerando o que já sabem sobre o sistema de numeração.

Esteja atento à complexidade do exercício! Se para alguns for muito difícil ordenar quatro embalagens, reduza para três ou até mesmo duas. Mais uma vez, as conclusões da turma devem ser compartilhadas. Para que os pequenos compreendam a regularidade do sistema numérico, levante pontos importantes na organização, como:

- Os números que tem menos algarismos vêm primeiro;
- O número que começa com o algarismo menor vem na frente (no caso de números com a mesma quantidade de algarismos);
- Quando têm dois números que começam com o mesmo algarismo, temos que olhar para o segundo para saber quem vem antes.

É bem provável que as crianças não utilizem a palavra algarismo, mas você pode informá-los dos nomes convencionais para que aprendam a se expressar com maior precisão.

AVALIAÇÃO

Analise se as crianças avançaram no uso social dos números encontrados nos rótulos, na leitura, na comparação e na utilização das informações, como tabela nutricional e peso, como fonte de pesquisa. É importante também observar os critérios utilizados para fazer as comparações.

Pensando que o aprendizado do sistema numérico é sequencial, você pode analisar aspectos como: os tópicos das discussões, os equívocos das crianças, as questões que ainda poderiam ser explorados e quais outras informações podem ser incluídas nas próximas aulas.

Na culminância, apresentar todo processo do trabalho através de cartaz, com os rótulos colocados por eles, acrescentando apenas o seu toque.

1º ANO – BRINCANDO TAMBÉM SE APRENDEM AS QUATRO OPERAÇÕES

INTRODUÇÃO

É consensual a ideia de que não existe um caminho que possa ser identificado como único e melhor para o ensino aprendizagem de qualquer disciplina, em particular, da matemática.

No entanto, conhecer possibilidades de trabalho em sala de aula é fundamental para que o professor construa sua prática. Constatase que o conhecimento matemático oferecido pela maioria das escolas, métodos de ensino que induzem a aprendizagem esta ligada a atender às necessidades socioculturais do país, o que desencadeia uma série de fracassos na aprendizagem dos alunos. Em consequência disto, parece haver consenso entre os educadores a respeito da necessária alteração nos processos de ensino aprendizagem da matemática, como decorrência dos críticos índices de desempenho na disciplina, da pouca motivação que o estudar traz para os alunos e do distanciamento que se percebe existir entre o que os estudantes aprendem na escola e a transposição de tal saber para o exercício da cidadania. Por isto este projeto de intervenção em sala de aula obtém o

intuito de atender as necessidades dos estudantes. Através de jogos e brincadeiras, que é uma maneira bem, mas prazeroso em aprender as quatro operações fundamentais.

BRINCANDO TAMBÉM SE APRENDE AS 4 OPERAÇÕES

Nos dias atuais tem-se questionado muito sobre: a forma tradicional de educar e o modo de transformar a aula em um ambiente estimulante para o estudante. As dificuldades encontradas por estudantes e professores no processo ensino-aprendizagem da matemática são muitas e conhecidas. Pois, o estudante não consegue entender a matemática que a escola lhe ensina; sente dificuldades em utilizar o conhecimento "adquirido", em síntese, não consegue efetivamente ter acesso a esse saber de fundamental importância. Este trabalho busca fornecer um recurso didático que possa despertar o interesse dos estudantes através de jogos matemáticos construídos a partir de materiais recicláveis. O jogo, na Educação Matemática, "passa a ter o caráter de material de ensino quando considerado promotor de aprendizagem".

Nosso propósito aqui é discutir a introdução das crianças à matemática, ou seja, como oferecer às crianças, no início da escolaridade, atividades que propiciem oportunidade de construir os conceitos fundamentais para o acesso ao conhecimento científico, mais especificamente, matemático. Assim, é a criança que constrói esse conhecimento refletindo sobre suas ações. Essas reflexões são um processo contínuo em que cada nova experiência é integrada às experiências anteriores, resultando na construção de conceitos cada vez mais complexos. Nesse processo, a qualidade das experiências é um fator muito importante e dependem de várias condições, como a interação com os companheiros, a relação professor-aluno e os materiais didáticos.

A nossa preocupação será discutir esses três fatores nas atividades propostas para o ensino de matemática nos primeiros anos escolares:

- A interação entre companheiros;
- A relação professor-aluno;

- O material didático.

“A criança, colocada diante de situações lúdicas, apreende a estrutura lógica da brincadeira e, deste modo, apreende também a estrutura matemática presente”.

Com o uso de materiais recicláveis além de promover uma sensibilização da necessidade do reaproveitamento de material de sucata têm-se o objetivo de sensibilização sobre a produção e destinação do lixo. A confecção desses jogos provocará a interação entre professores e estudantes, pois os mesmos serão elaborados a partir de materiais que não requerem, necessariamente, recursos financeiros, visto que serão utilizados materiais recicláveis e essa mobilização possibilitará uma maior interação entre o grupo. Os jogos como recurso para ensinar matemática, Os jogos são um instrumento de aprendizagem muito importante para desenvolver a motivação na criança, “Kishimoto (2007) explica que, no Renascimento, o jogo era visto como uma conduta livre, que favorece o desenvolvimento da inteligência e facilita o estudo”. Assim, os conteúdos deveriam aparecer em forma lúdica, deixando de lado práticas como o uso da palmatória e da extensa oratória. Pois a partir do 1º ano serão constantemente usadas em situações matemáticas mais complexas, tais como problemas e relações com situações cotidianas.

Uma ferramenta para a avaliação dos alunos em relação às operações é o uso dos jogos que envolvem situações de operação entre números.

Exemplo: O jogo matemático sugerido é o BINGO DAS OPERAÇÕES, onde os alunos estarão trabalhando diretamente com as quatro operações matemáticas de acordo com o ano em que estiver cursando.

Materiais:

- Caixas de cereais ou papelão para confecção das cartelas;
- 60 Tampas de garrafas PET (média);
- 02 garrafas PET;
- 01 caixa de sapato;
- Jornal, Régua, canetinhas, fita adesiva;

- Grão para a marcação.

Número de participantes: 2 ou mais jogadores

Faixa etária: A partir de 7 anos

Confecção do bingo:

1. Cortar retângulos com as caixas de papelão (16 x 14 cm) e depois dividir cada cartela em 9 quadros para em seguida ser colocada em cada quadro uma operação matemática;
2. Para fazer o sorteio deve ser colocado no verso de cada tampinha de garrafa PET um número que corresponda a um resultado das operações matemáticas presentes na cartela;
3. Os resultados ficarão dentro de um recipiente feito de garrafa PET para o sorteio. Para confecção desse recipiente devem-se cortar as garrafas PET e uni-las pelo gargalo e em uma delas produzir uma alavanca de jornal e fita adesiva para misturar as tampas. O suporte que ficará a roda do bingo será feita de caixa de sapato.

Como jogar:

As cartelas serão distribuídas aos jogadores e será dado um tempo de cinco minutos para a resolução das operações presentes nela.

Para dar início à partida, todos os participantes devem estar atentos aos números contados e aos resultados de suas cartelas.

Vencedor:

Vencerá o jogador que completar a sua cartela primeiro.

O Bingo das Operações é apenas um dos muitos tipos de jogos que podem ser utilizados em sala de aula para o ensino da matemática. O importante é que o professor tenha objetivos claros do que pretende atingir com a atividade proposta. O

jogo é um facilitador da aprendizagem, pois mobiliza a dimensão lúdica para a resolução de problema, disponibilizando o aluno a aprender.

2º ANO – QUEBRA-CABEÇA

(TRABALHO PEDAGÓGICO ENVOLVENDO AS 4 OPERAÇÕES)

Objetivo: Detectar no estudante o grau de dificuldade de aprendizagem.

Metodologia: Quebra-cabeça com adição, subtração, multiplicação e divisão, jogo confeccionado pelos estudantes do 2º ano e apresentado no dia da culminância.

Recursos humanos: A pesquisadora, os estudantes e o educador da turma e a equipe gestora com o seu apoio.

Recursos materiais: Cartolina, Pilot, Quebra-cabeça de blocos de calendários.

Avaliação: será contínua até alcançar o objetivo da pesquisa.

3º ANO – POESIA COM DESENHOS ENIGMÁTICOS

Ciência Matemática

Existe uma Ciência
Que trabalha com cálculos
E exige paciência
Em suas resoluções
Essa Ciência é exata
E resolve equações
Resolve somas
E também subtrações
Essa ciência é capaz
De uma cidade construir
Com ela a gente faz

Um prédio subir
Essa ciência resolve problemas
De uma forma prática
Ela exige atenção
Ela é a MATEMÁTICA.

4º ANO – EXPOSIÇÃO DE FIGURAS PLANAS E POLÍGONOS E ESCOLHE ESTUDANTES PARA EXPLICAR COMO FOI O PROCESSO APOIO IQE TRABALHANDO A TRILHA DA MATEMÁTICA (5º ANO)

Objetivos: identificar o índice de comportamento e de aprendizagem dos estudantes.

Metodologia: Um componente de cada grupo jogará o dado e irá para a casa (enumerada) cujo número saiu no dado. Nas casas que tiverem interrogação deverão ser respondidas perguntas sorteadas pelo próprio estudante e obedecer aos critérios pré-estabelecidos pelo caminho para cada acerto ou erro.

- Os componentes do grupo vão se revezando de forma que todos participem.
- Cada resposta correta valerá 02 pontos para o grupo.
- Marcarão cinco pontos o grupo que chegar ao final da trilha primeiro e os demais irão marcando pontos na ordem decrescente.

Perguntas

1. Um quinquênio equivale há quantos anos?
2. 96 Horas equivale há quantos dias?
3. Represente esta fração através do desenho $\frac{20}{24}$?
4. Determine 250 em números romanos?
5. Como se lê esta fração $\frac{3}{12}$?
6. Em uma festa comeram dois terços do bolo de 3 kg. Quantos quilos comeram e quantos sobraram?

7. Classifique a fração dando nomes aos termos $\frac{2}{3}$?
8. No sítio do senhor Antônio há 36 animais. Os cavalos correspondem a $\frac{1}{4}$ do total de animais. Quantos cavalos há?
9. Qual é a maior fração $\frac{20}{24}$ ou $\frac{18}{24}$?
10. Tenho R\$ 1.000,00 no banco, retirei R\$ 650,00 como ficou meu saldo?
11. A carne bovina é vendida no atacado por arroba. Uma arroba é equivalente a quantos quilogramas?

**TEXTO TEATRAL COM A PESQUISADORA – EU SOU MATEMÁTICA?
DE EMÍLIO CARLOS (ENTRAM TINA E BETE)**

Tina: Ai, que chato, viu? Como é chato!

Bete: Ah, Tina: não é bem assim.

Tina: É bem assim sim; chato!

Bete: Ah, eu gosto.

Tina: Claro, né Bete? Você é a crânio aqui.

Bete: Como assim “crânio”?

Tina: A inteligente, a descolada, a que manja.

Bete: Mas é fácil, Tina.

Tina: acredite, não é fácil. É impossível!

Bete: Ai que exagero, Tina.

Tina: A coisa toda é má, entende? Muito má. Ó é má-temática. Ela é má...

Bete: Até parece, viu Tina.

Tina: Sinceramente: pra que aprender matemática? Eu nunca vou usar...

Bete: Você usa matemática.

Tina: (ri) Até parece...

Bete: Usa sim.

Tina: De tanto fazer contas seus miolos derreteram. (ri) Eu não uso coisas más...

Bete: Ah, não usa?

Tina: Claro que não! Deus me livre.

Bete: Pois eu vou mostrar que você usa.

Tina: O que? Eu uso matemática?

Bete: Usa. Quer ver?

Tina: (ao público). Dá até medo de dizer que “sim”.

Bete: Por exemplo: pesos e medidas.

Tina: Opa: chegou aqui! Olha o peso da garota. E olha... as medidas. Tudo “em riba”.

Bete: Então você está com o peso e as medidas em cima?

Tina: Menina: olha pra mim!

Bete: Pois é: pesos e medidas são parte da matemática.

Tina: Não acredito!

Bete: É: seu peso é medido em quilogramas. Suas medidas usam o metro e os centímetros.

Tina: Tudo coisa de matemática.

Bete: Pois é.

Tina: Sabe: eu não acredito.

Bete: Mas é Tina.

Tina: (ao público). Gente: eu fiquei bestificada agora.

Bete: E vai ficar mais besta ainda.

Tina: Olha como fala, mulher.

Bete: Você quer tomar um refrigerante, certo?

Tina: Olha... Até que é uma boa ideia...

Bete: Aí você vai ao supermercado. Qual você vai escolher? A latinha de 300 ml, a garrafinha de 600 ml ou pega logo uma pet com dois litros?

Tina: Ah, meu bem: eu prefiro a latinha. Eu tenho que manter esse corpinho, né? 300 ml já tá bom.

Bete: Aí: de novo.

Tina: De novo o que?

Bete: Ml – que por sinal é mililitros – também é uma medida.

Tina: Parente do litro?

Bete: Mais ou menos isso.

Tina: Matemática de novo?

Bete: Sim.

Tina: Diz que não.

Bete: Sim.

Tina: (comicamente). Diz que não.

Bete: Sim.

Tina: (dramática). Eu pedi pra você dizer não...

Bete: Como é sua casa?

Tina: Bem... (se recompõe) é média.

Bete: Seu quarto é grande?

Tina: Não... Uns 3 por 2 ...6 metros quadrados.

Bete: Aí: você fez de novo.

Tina: O que? O que é que eu fiz?

Bete: Usou matemática. Acabou de fazer o cálculo de área do seu quarto.

Tina: (ao público) Aí: ela me pegou de novo...

Bete: Agora pense comigo: este perfume aqui custa 20 reais (mostra o perfume). E este outro aqui custa 35 reais (mostra o outro perfume, idêntico ao primeiro). Qual você compraria?

Tina: Ô inteligência: os dois perfumes são iguais. Só muda o preço. É claro que eu vou comprar o mais barato. São 15 reais de diferença, né?

Bete: Puxa, você é boa em matemática, hein? Dinheiro, comparação de preços, cálculo de diferença...

Tina: Ah, mas isso é coisa que eu uso todo dia...

Bete: Pois é Tina: matemática você usa todo dia, no seu dia-a-dia...

Tina: Ó: Você não me convenceu, viu?

Bete: Tá certo... Olha: vamos fazer um bolo?

Tina: Um bolinho até que caía bem.

Bete: Vamos fazer um bolo diferente: 250 gramas de trigo, 8 ovos, 250 gramas de açúcar, 250 gramas de manteiga...

Tina: Para, para, para: eu já sei onde você quer chegar.

Bete: Até na cozinha tem matemática.

Tina: (faz drama) Essa conversa me deu nos nervos, viu? Acho que a minha pressão subiu, viu?

Bete: A pressão arterial também é medida – e medida é o que?

Tina: Matemática. (ao público) Melhor eu não passar mal.

Bete: Quer um copo de água?

Tina: Olha, o que eu quero mesmo é um banho quente e bem demorado.

Bete: Vai gastar água e luz.

Tina: E daí?

Bete: Daí o relógio da água e o da luz vão medir tudo – e o seu pai vai ter que pagar.

Tina: Gente: assim não dá! Sai para lá, matemática.

Bete: O mundo é matemático. Tudo é matemática, mesmo na natureza.

Tina: Então... é assim que é!?

Bete: É

Tina: E... parece que não tem outro jeito, né?

Bete: Não.

Tina: Então eu vou fazer o que eu tenho que fazer.

Bete: E o que é?

Tina: Raciocine comigo: se a matemática governa o mundo... quem souber matemática está por cima.

Bete: E o que você vai fazer?

Tina: A única coisa que sobrou pra fazer.

Bete: O que?

Tina: Estudar matemática, mulher. Vamos lá me dar umas aulas, vai. (puxa a amiga)

Bete: Tá bom , Vamos lá.

FIM

OBSERVAÇÃO: **Bete** é aluna mais inteligente da classe, e **Tina** é uma personagem cômica.

CONCLUSÃO

Em verificar em que medida de uma intervenção pedagógica, via jogos de regras e brincadeiras em sala de aula, foi bastante proveitoso à construção da noção e a prática das 4 operações básicas para as crianças. Participaram da pesquisa os estudantes da pré-escola até o 5º ano do ensino fundamental da escola Clube de

Assistência Social Nossa Senhora das Dores. com o intuito de avaliar o conhecimento prévio das noções de somar, subtrair, multiplicar e dividir. Onde descobrimos que é de grande importância trabalharmos através dos jogos e brincadeiras com as 4 operações, consistiu em verificar a evolução para os estudantes após serem submetidos a uma intervenção com jogos e regras. O Desenvolvimento positivo do comportamento dos estudantes em relação à matemática. Pode-se dizer, de acordo com os resultados obtidos, a intervenção via jogos permitiu expressivas evoluções nos sujeitos estudados, tanto no que concerne que resolveu numa construção das noções das operações como na elaboração de novas estratégias de solução de problemas.

Palavras-chave: Educação matemática, Jogos didáticos, e as 4 Operações para os alunos obterem sucesso em sala de aula.

ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES CHAGAS
PROJETO DE LEITURA: MINHA ESCOLA LÊ

“Ó bendito que semeiam livros, Livros a mão cheia”. “E manda o povo pensar...”.

Castro Alves.



PESQUISADORA: Maria Dalvani Soares da Silva

Bezerros - PE

2014

INTRODUÇÃO

Ser capaz de imaginar outras vidas e outros mundos é a grande aventura de multiplicar nossa existência, e assim encontrar um sentido. Ouvir histórias desde a primeira infância é, sem dúvida, o aprendizado das palavras, o estímulo para criar, pela fala e pela escrita, e dominar com propriedade a linguagem. Então, não podemos mais pensar em ensino de qualidade sem elaborarmos e incluirmos nos planos de aula um bom Projeto de Leitura, tanto para a própria escola quanto para a comunidade como um todo. Onde as dificuldades dos alunos, com relação à leitura, devem ser trabalhadas e enfatizadas em todas as disciplinas, de maneira interdisciplinar, visto que o aluno se utiliza da leitura em todas as matérias proporcionadas no currículo escolar.

São inúmeras as queixas de pais, responsáveis e professores acerca da problemática da aquisição e do gosto pela leitura. Então, enquanto educadores nós precisamos de ações que disponibilizem o processo de aquisição da leitura no cotidiano desse estudante. O trabalho para minimizar essa realidade deve dar-se de forma conscientizadora para os educadores e de conquista para os estudantes.

Embora enfatizemos a conscientização de nossos professores de que a leitura está num plano de máxima relevância, mais precisamente nas séries iniciais, tão raro observamos que a atenção está voltada quase que de maneira exclusiva ao ensino de gramática. O que estamos detectando é que o ensino fundamental em seu ciclo inicial está produzindo estudantes copistas e com anos de distorção e defasagem em relação à série-idade, mesmo que com projetos e compensações destinados a atender e suprir esses atrasos.

Diante a tantas possibilidades com relação ao mundo da leitura, é preciso despertar esse interesse em nossos estudantes, lendo e acompanhando-os na leitura, o que irá aflorar e ampliar suas mentes para o gosto pela leitura. Assim, faz-se necessário que o professor prepare o ambiente para o estudante, conquistando esse processo aos poucos, e não só proporcionando espaços de leitura na sala e na escola, mas também permitindo o contato direto com o “livro” através da biblioteca itinerante, a qual irá até o estudante. E, se o professor se dispuser a fazer seu papel de sedutor e preparar o ambiente, então, teremos um ótimo trabalho de ensino-

aprendizagem, e um estudante apaixonado pela leitura, crítico, imaginativo e consciente de seu papel de cidadão.

JUSTIFICATIVA

Considerando a realidade sócio cultural dos estudantes com relação ao processo ensino-aprendizagem, observamos que é de fundamental importância repensarmos na educação do futuro como formação do conhecimento e não somente como informação compartimentada no preparo do cidadão. Evidenciando essa realidade, consideramos de suma importância elaborar este projeto, com a finalidade de formarmos sujeitos do conhecimento despertando nos estudantes o prazer pela leitura, podendo dessa maneira proporcionar a possibilidade de acesso a essa gama de conhecimentos efetivada nos livros disponíveis através da biblioteca itinerante, a qual estará atendendo o município como um todo.

Para incentivar o desenvolvimento do “hábito da leitura” e da escritura, na comunidade escolar, serão desenvolvidas durante o ano letivo, atividades envolvendo docentes, funcionários e estudantes na interatividade com o livro, despertando e estimulando o gosto pelo livro e pela leitura.

OBJETIVO GERAL

- a) Desenvolver uma prática pedagógica que motive os estudantes ao hábito da leitura. Proporcionando momentos extrovertidos e agradáveis de leitura, Provocando o gosto pela diversidade textual;
- b) Promover na comunidade escolar, o envolvimento de educadores, educandos e funcionários para a construção e desenvolvimento de ações que proporcionem o resgate da leitura pelo prazer de ler; Proporcionar a interatividade dos estudantes, professores e funcionários com as literaturas infantis, infanto-juvenis, juvenis e clássicas, despertando o gosto e o prazer pela leitura; Intensificar na escola interesse pela leitura tornando uma prática prazerosa e constante nas atividades cotidianas; Sensibilizar os alunos através do contato com a leitura de obras diversas, motivando-os

para a descoberta da importância da leitura como fonte de ampliação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades; Incentivar o desenvolvimento dos processos da comunicação, da criatividade e da imaginação através do debate sobre o lido, da contação de história e da produção literária.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estimular a leitura por prazer, por meio de atividades lúdicas;
- Desenvolver estratégias de leitura/ produção de textos coerentes;
- Oferecer tempos e espaços de leitura diferentes aos da escola para as crianças e as famílias;
- Fomentar o gosto pela leitura, em educadores e estudantes, implementando práticas leitoras ricas e diversificadas em todas as áreas do conhecimento;
- Sensibilizar, difundir e favorecer a leitura nos espaços pedagógicos e comunitários, permitindo que a linguagem seja um fator interativo, ampliando o repertório dos que leem e constroem a sua própria história cidadã;
- Propiciar a formação de educadores, e alunos leitores e produtores de textos nas diversas áreas do conhecimento;
- Estimular o gosto pela leitura vivenciando emoções, fantasias e imaginação, compreendendo que se escreve para que alguém leia;
- Desenvolver as capacidades das habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever;
- Propor situações de práticas leitoras com os diferentes tipos e gêneros textuais;
- Aproximar os estudantes do universo escrito e dos portadores de escrita (livros e revistas) para que eles possam manuseá-los, reparar na beleza das imagens, relacionarem texto e ilustração, manifestar sentimentos,

experiências, ideias e opiniões, definindo preferências e construindo critérios próprios para selecionar o que vão ler.

- Fazer com que construam o hábito de ouvir e sentir prazer nas situações que envolvem a leitura de histórias. Serão desenvolvidas atividades pela escola e atividades pela professora de cada turma.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 1: DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Na data agendada para o início do projeto, será realizada no turno vespertino, socialização e interpretação das ações do Projeto Minha Escola Lê para os pais e comunidade escolar, bem como a divulgação dos trabalhos a serem desenvolvidos e os momentos da execução das atividades para prévia organização dos professores e estudantes.

Serão convidados pais que apresentem alguma habilidade em declamação, música, dança, teatro, contação de histórias, paródias entre outras para que apresentem aos estudantes e demais pais.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 2: SACOLA DA LEITURA (SEMANAL)

Será confeccionada uma sacola para cada turma. Nessas sacolas serão colocados kits contendo diversos materiais de leitura para a mãe, o pai os irmãos e o próprio aluno, dependendo do nível em que se encontra. Cada vez um estudante levará para casa para ler em família também irá neste kit um caderno para que os pais anotem o que mais achou interessante na leitura em família.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 3: FEIRA DE LIVROS (ÚLTIMA SEMANA)

Na semana do encerramento do projeto será realizada a feira do livro “sebo”. Envolvendo os estudantes do Ensino Fundamental, docentes, funcionários, escolas do bairro e pais que serão convidados a doar e ou a realizar a troca de livros usados e em bom estado. Serão aceitos todos os gêneros literários.

Nesta feira os estudantes irão apresentar as atividades desenvolvidas durante o período do projeto para a comunidade escolar, principalmente para os pais através de trabalhos escritos, confecção de livros, contação de histórias, leitura de poesias e criação de desenhos. Cada sala será palco de uma atividade.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 4: TODOS LENDO (UM DIA POR SEMANA)

O aviso do início da atividade será com um sino.

Em cada sala, os estudantes e docentes realizam leitura. Da mesma forma, os funcionários em seus locais de trabalho deixam seus afazeres e leem. Também os pais, que por ventura vierem à escola nestes horários serão convidados a visitar o cantinho da leitura. “No final do projeto serão premiados os alunos destaque” na leitura.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 5: HORA DO CONTO: (QUINZENALMENTE)

A atividade é desenvolvida com todas as turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. A Hora do Conto é parte integrante de um dos trabalhos desenvolvidos pelo cantinho da leitura. Este momento acontece quinzenalmente, criando momentos de interação entre professores e estudantes mediatizados pela “contação”, teatro e leitura de histórias da literatura infantil. São momentos dinâmicos e lúdicos que envolvem planejamento coletivo entre educadores e a pesquisadora.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 6: (ÚLTIMA SEMANA)

Vovó e Vovô na escola: Serão convidados os avós dos alunos para participarem do momento de contação de história, os avós farão o relato de experiência proporcionando um momento de interação entre as diferentes idades. Este momento será realizado com as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Nove Anos.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 7: (3 SEMANA)

Contação de história nas turmas. Nos momentos da Hora do Conto as turmas juntamente com as professoras se organizarão com uma contação de história para outra turma a ser escolhida pelo grupo, os alunos do 5º Ano irão contar para os alunos do 1º Ano que ainda não sabem ler.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS TURMAS (FORAM TRABALHADOS)

- Comprometimento por parte dos professores para a leitura de livros durante a realização do projeto relacionado a áreas da educação.
- Apresentação de algumas obras lidas por estudantes do 1º ao 4º ano;
- Manuseio individual e espontâneo de livros;
- Escolha de livros a serem lidos;
- Leitura de livros;
- Fichamento de livros lidos pelos estudantes (opiniões sobre o tema abordado, etc.);
- Preparação da apresentação dos livros lidos, teatros, comercial, música, poesia, historietas, mímicas, parlendas, trava-língua, etc.;
- Reconto de histórias através de maquetes.

PARA CULMINÂNCIA DO PROJETO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM O 1º ANO

Os estudantes do 1º Ano trabalharão com Literatura Infantil com o Livro Cachinhos de Ouro ou outros.

Os alunos juntamente com a professora, farão a leitura da capa do livro, retirando informações sobre a referência bibliográfica do mesmo:

- Título do livro;
- Nome do autor;
- Nome do ilustrador;
- Nome da editora.

A professora fará uma orientação prévia sobre este trabalho oral: postura, entonação de voz, seriedade, leitura fluente. Os alunos que não souberem ler receberão uma página do texto para acompanhar a leitura.

Os alunos poderão sentar-se em círculo no chão, em cadeiras dispostas. A professora inicia a leitura da história, porém não termina, instigando assim a curiosidade das crianças.

Eles levarão para casa uma cópia da história e pedirão aos pais que terminem de contar a história fazendo com que os mesmos participem do desenvolvimento da leitura de seus filhos. Após esta etapa serão desenvolvidos vários exercícios relacionados com o texto. Na próxima etapa os alunos farão a dramatização da história. Divididos em grupos de cinco alunos, (narrador–Cachinhos de Ouro–mamãe Ursa–Papai Urso–Nenê Urso) cada equipe ensaiará com a coordenação da professora a encenação e apresentarão para as demais salas.

Depois de realizado a encenação trabalhar-se á a escrita. As crianças reproduzirão com suas palavras a história que leram. Os que não souberem escrever serão auxiliados pela professora ou por colegas já alfabetizados.

Apresentar o restante da história dos pais escrita por eles.

2º ANO

O 2º ano desenvolverá as seguintes atividades com livros de literatura:

- Leitura de textos literários feita pela professora;
- Comentar sobre a importância da leitura e os tipos de textos;
- Colocar os livros a disposição dos estudantes para que escolham o que mais lhe chamou atenção;
- Pedir que os alunos leiam junto com os pais;
- Comentar sobre o que entenderam sobre a história que leram;
- Trabalhar na oralidade os textos lidos (moral da história);
- Permitir a troca dos livros entre os estudantes;
- Procurar palavras desconhecidas no dicionário;
- Cada aluno irá confeccionar um livro da história lida.

Fazer a exposição dos livrinhos para as demais turmas no final do projeto.

3º ANO

Os alunos começarão escolhendo livros de seu interesse, com desenhos coloridos e atrativos. Depois de cada livro lido os estudantes preencherão uma ficha de leitura. Em cada troca de livros será sorteado um estudante que irá contar à história que leu com suas palavras, para que a professora analise sua interpretação, vocabulário e entendimento da história.

- Dar acesso ao estudante as diferentes leituras da internet através de jogos e sites educativos;
- Confecção de mural usando recortes, colagem desenhos e pintura sobre a história lida;
- A professora distribuirá vários trechos de histórias conhecidas para que os mesmos identifiquem e completem;

- Os alunos irão apresentar histórias para os alunos do 1º e 2º ano;
- Visita a biblioteca municipal para conhecer as obras;

Apresentação de um teatro de uma história infantil escolhida pelos estudantes.

4º ANO (MAQUETE)

No primeiro momento os alunos serão divididos em duplas, cada dupla escolhe um livro de literatura para ser lido. Após a leitura, decidirão juntos uma parte da história para dramatizarem em forma de maquete. As duplas confeccionarão a maquete com a parte principal da história lida num segundo momento apresentarão a história para os demais alunos da escola.

5º ANO (APRESENTAÇÃO DE TEATRO)

Outro trabalho que será desenvolvido com os alunos do 5º Ano será o ensaio e apresentação de teatro com fábulas. Os alunos serão divididos em grupos de quatro pessoas, escolherão e farão o estudo e análise da fábula por eles escolhida. Cada grupo opta em apresentar com fantoches, dedoches, máscaras, roupas ou outro material de sua criatividade que caracterizem os personagens. No dia marcado, apresentarão para os colegas de sala e logo em seguida para as demais turmas. Um dos alunos falará sobre a moral da história. Inicialmente, será feita uma oficina de apresentação para a família, colocando-a em sintonia com a proposta do projeto. As atividades seguintes serão feitas em sala de aula, a partir da leitura de um tipo de texto a cada semana/ aula e, a partir do qual desembocará todos os trabalhos propostos em sala. A leitura feita em sala poderá variar entre: Textos Informativos, Bíblicos, poesias, parlendas, piadas, contos, músicas, versos de cordel, histórias infantis, receitas, listagem, rótulos, etc.

Paralelo ao trabalho do professor em sala, as Sexta-feira, cada estudante levará um livro em uma sacola decorada, que deverá ser lido em família e, no

retorno à escola, o aluno deverá transmitir aos colegas a experiência do Tempo de Ler recontando a história.

Mensalmente os pais preencherão uma ficha de acompanhamento do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário realizar atividades integralizadas as professoras da escola, pois estes são o maior elo motivador da leitura para crianças, após as influências familiares, na escola. Portanto, estimulando, criando e incentivando o hábito de leitura e conseqüentemente o uso de cantinho da leitura pelos estudantes. Pode-se mostrar a todos os integrantes das escolas, a importância da leitura na formação de um cidadão. Assim sendo, o cantinho da leitura passou a ser um elo entre estudantes e professores, tornando-se uma importante ferramenta de ensino-aprendizagem.

As crianças ainda não conhecem as letras, não conseguem ler as histórias. Mesmo assim, são estimuladas a contar para os colegas o que entendem através das gravuras. “Assim as crianças desenvolvem a oralidade, o interesse e o cuidado com livro, a melhora da produção, além de estimular o interesse de recontar histórias”. E para que o gosto pelos livros realmente cresça, a participação dos pais é fundamental. Atendendo a um pedido da escola, eles leem para os filhos as histórias que vão ser contadas depois para os colegas.

OBSERVAÇÃO: Este projeto deverá ser trabalhado durante todo ano letivo, as atividades desenvolvidas com a ajuda da pesquisadora seguem em anexo como início do projeto.

“O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano.”

“OBRIGADO MEU DEUS POR ESSA OPORTUNIDADE!”

12. FOTOS

APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS FAMÍLIA, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS







CAPACITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CULMINÂNCIA E ENTREGA DO P.P.P. – C.A.S.N.S.D.







CONTOS E MATEMÁTICA







MATEMÁTICA: BINGO – ENIGMA E CARTAS







CULMINÂNCIA DO PROJETO: APRENDENDO BRINCAR E JOGAR COM A MATEMÁTICA

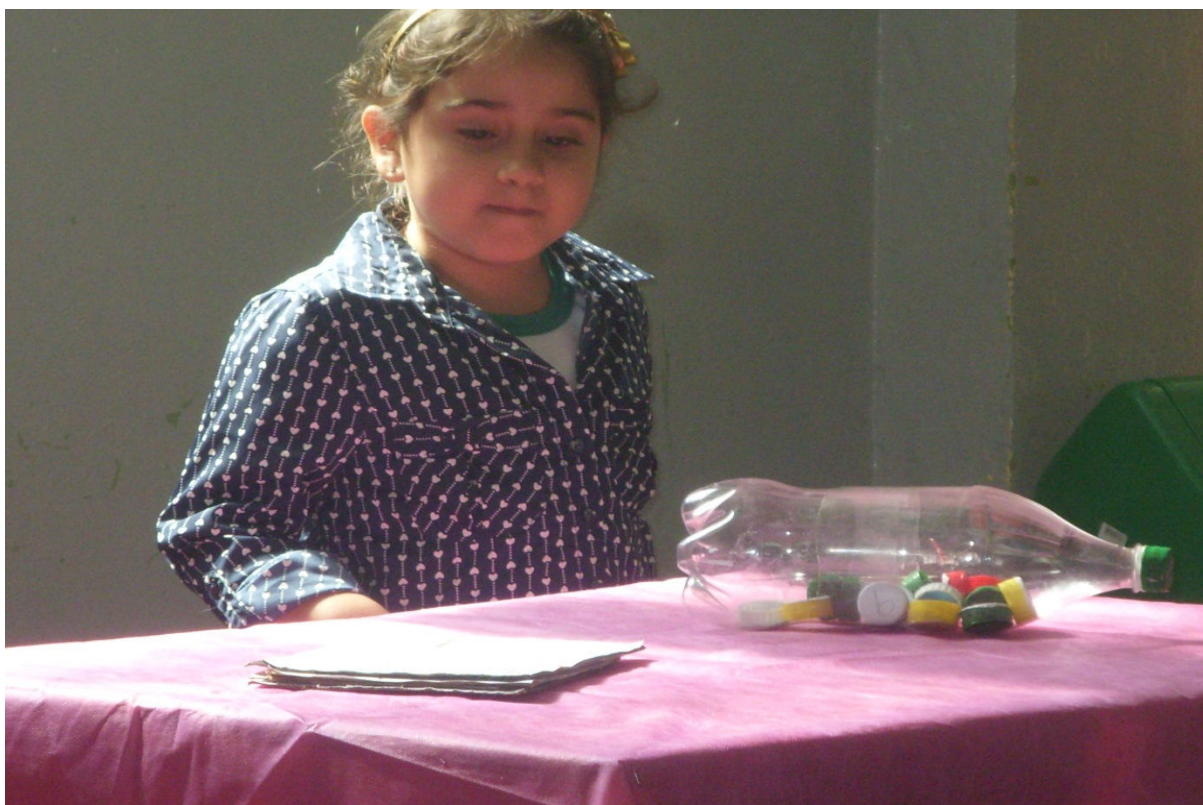
TURMA MATUTINA

PRÉ-ESCOLAR: EDUCADORA: CÍCERA – TRABALHANDO COM RÓTULOS





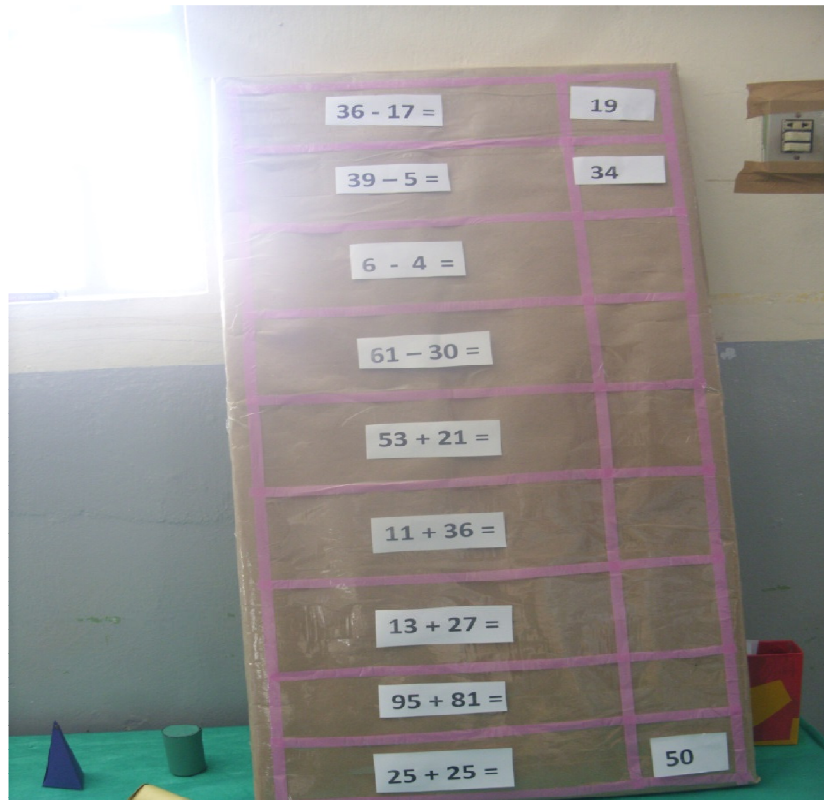
1º ANO: BINGO DAS OPERAÇÕES – EDUCADORA: MARINA





2º ANO: QUEBRA – CABEÇA – TABULEIRO DA MATEMÁTICA
EDUCADORA: PAULA MONTEIRO





3º ANO: POESIA ENIGMÁTICA – CARTA E TELA – EDUCADORA: CLAUDIMAR





**4º ANO: TRABALHANDO COM SÓLIDOS GEOMÉTRICOS – EXPOSIÇÃO E
TEATRO DE FANTOCHE – O VILAREJO DOS SÓLIDOS GEOMÉTRICOS –
EDUCADORA: CRISTIANE SOARES**





5º ANO: TRILHA DA MATEMÁTICA – EDUCADORA: PAULA GOUVEIA





TEATRO – EU SOU MATEMÁTICA? COM AS EDUCADORAS: CÍCERA E CLAIRIMAR





TURMA VESPERTINA

1º ANO: BINGO DAS OPERAÇÕES – EDUCADORA: ÉRICA



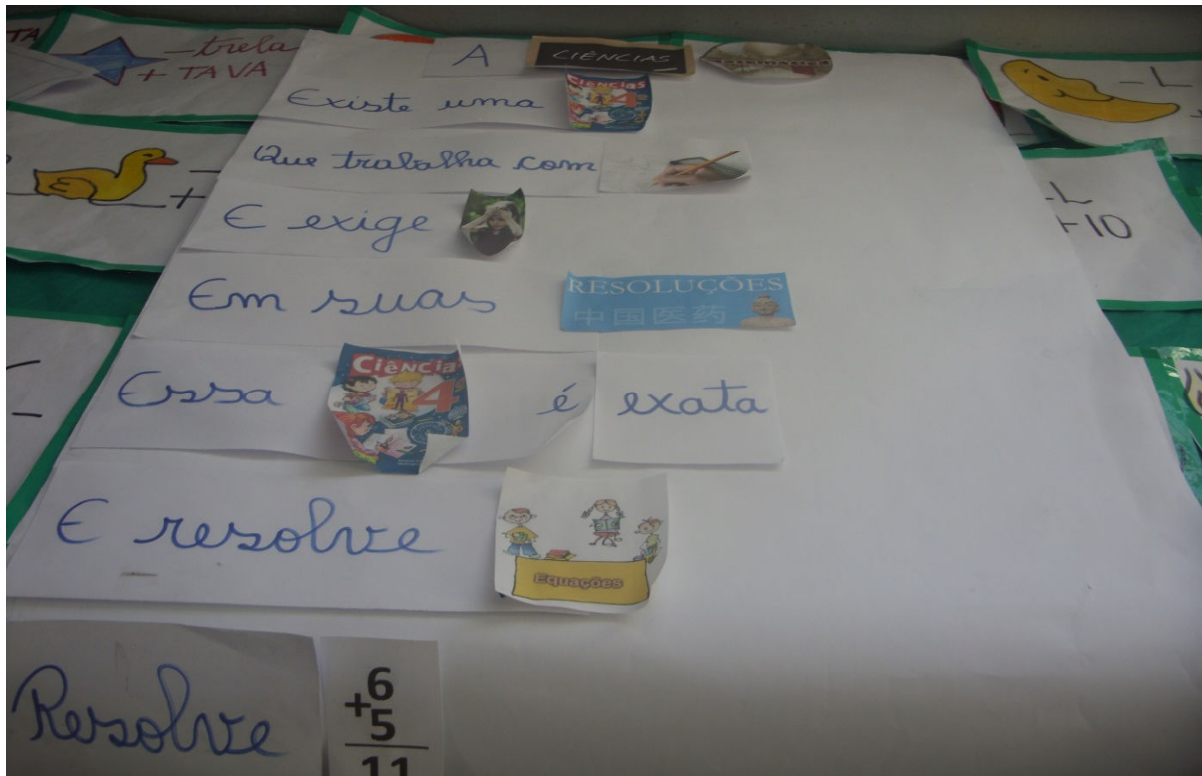


**2ºANO: QUEBRA – CABEÇA – USANDO AS OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS –
EDUCADORA: ANA CLÁUDIA**





3º ANO: POESIA ENIGMÁTICA – EDUCADORA: LUIZA





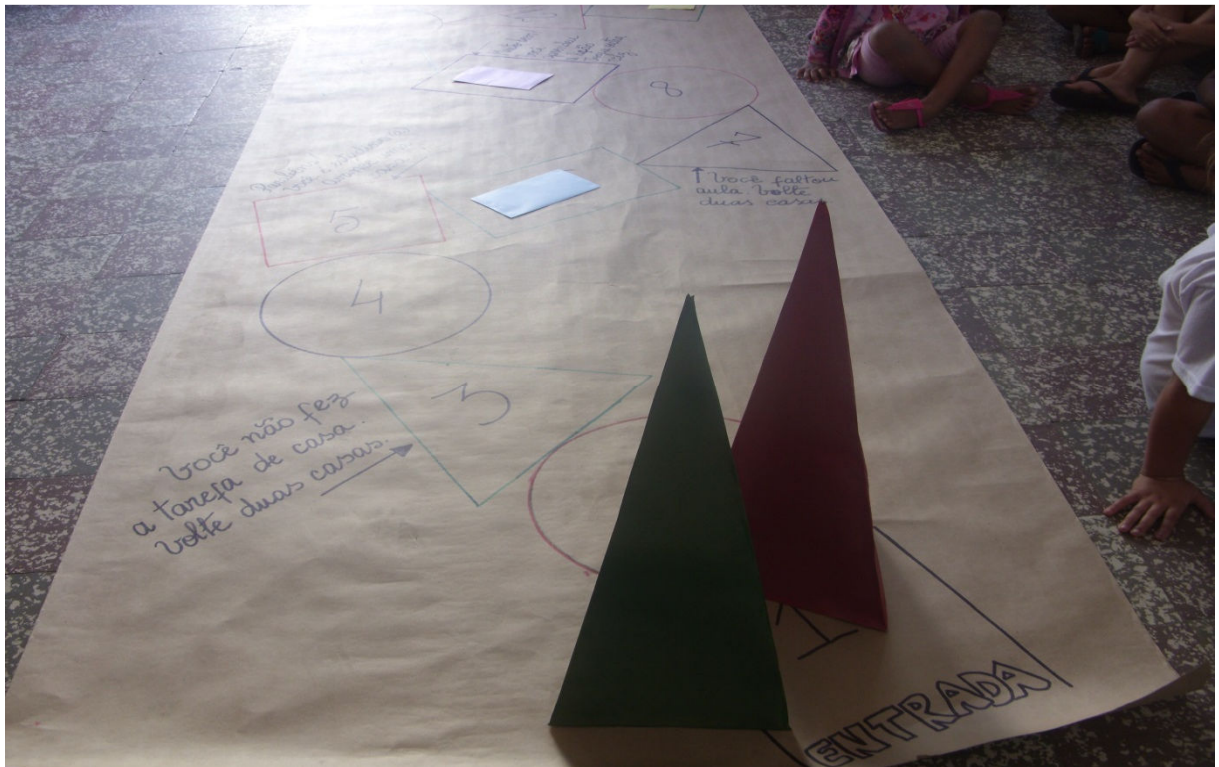
**4º ANO: EXPOSIÇÃO DOS SÓLIDOS GEOMÉTRICOS – E SUA
APRESENTAÇÃO – COM PALITOS E DESENHOS – EDUCADORA: LEILIANE**





5º ANO: TRILHA DA MATEMÁTICA – EDUCADORA: JANAINA









TEATRO: EU USO MATEMÁTICA? COM AS EDUCADORAS: ELIZABETH E JANAINA





ENCERRAMOS COM O FOLC POPULAR – EDUCADORA: MILEIDE





**EQUIPE DO CLUBE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOSSA SENHORA DAS DORES
MATUTINO**



VESPERTINO



“Feliz daquele que tem a oportunidade de passar por essa casa”

OBRIGADA SENHOR!

APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS FAMÍLIA, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS







CAPACITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CULMINÂNCIA E ENTREGA DO P.P.P. – L.C.





MAQUETE HISTÓRIA CHAPEUZINHO



MAQUETE DE PORTUGUÊS



RODA DA LEITURA







EQUIPE DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES CHAGAS





DIVULGAÇÃO DO PROJETO PARA AS FAMÍLIAS

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 14/07/14 A 15/08/14



SACOLA DA LEITURA EM FAMÍLIA



TOQUE DO SINO PARA LEITURA



HORA DO CONTO



CANTINHO DA LEITURA



A RODA DA LEITURA COM OS MONITORES DO 5º ANO REALIZANDO COM OS DEMAIS ESTUDANTES



**CULMINÂNCIA DO PROJETO MINHA ESCOLA LÊ
PRÉ-ESCOLAR E 1ºANO – EDUCADORA: TACIANA
INTERPRETANDO A HISTÓRIA DE FREVOLINA**



**2ºANO E 3ºANO – EDUCADORA: ALBA
QUEBRA – CABEÇA ENVOLVENDO FRASES – PALAVRAS E TEXTOS
FOLCLÓRICOS**





4º ANO – EDUCADORA: SIMONE LAURENTINO
MAQUETE DE HISTÓRIAS E CONTOS INFANTIS



**OS TRÊS PORQUINHOS – CHAPEUZINHO VERMELHO – A COPA –
OS DINOSSAUROS E O SÍTIO DE SEU LOBATO**



**5º ANO – APRESENTAÇÃO DE FÁBULAS – COM A PESQUISADORA E A
PROFESSORA SIMONE LAURENTINO – FÁBULAS – O RATINHO, O GATO
E O GALO – A FORMIGA E A POMBA**







APRESENTAÇÃO DO FOLC POPULAR – EDUCADORA: MILEIDE





EQUIPE PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA



APÊNDICE

GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES

- E1** – Refere-se à Escola Municipal Clube de Assistência Social Nossa Senhora das Dores
- E2** – Refere-se à Escola Municipal Maria de Lourdes Chagas
- P1 e P2** – Professores da primeira escola selecionada
- P3** – Professores da segunda escola selecionada
- CEP** – Controle Estatístico de Processo
- CICLO PDCA** – São siglas dos termos ingleses PLAN DO CKECK e ACT, extremamente simples, devendo ser efetuada de forma contínua e em espiral
- GQT** – Gestão Qualidade Total
- CEPAL** – Comissão Econômica das Nações Unidas da América Latina
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- PLAN** – Planejar
- CHECK** – Checar ou Verificar
- DO** – Fazer ou Agir
- ACTION** – Atuar
- EJAI** – Educação de Jovens, Adultos e Idosos